Casas de Renda Económica de Santo Tirso

[Duas fases, duas metodologias]

Ana Luísa Gomes Mendes

Dissertação de Mestrado apresentada

à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em

Arquitectura

Este trabalho enquadra-se no projeto de investigação Mapa da Habitação PTDC/CPC-HAT/1688/2014[1] que tem como finalidade identificar os programas de habitação subsidiados pelo estado e as suas concretizações espaciais ao longo do século XX em Portugal.

Cofinanciado por:
COMPETE 2020 PORTUGAL 2020 UNIÃO EUROPEIA Fundos Europeus Estruturais e de Investimento FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UNIVERSIDADE DO PORTO FACULDADE DE ARQUITECTURA CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITECTURA E URBANISMO CEAU MAPA DA HABITAÇÃO PTDC/CPC-HAT/1688/2014

1 | Projeto de investigação desenvolvido pelo CEAU (Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo) e inserido no grupo "Atlas da Casa".

Prova de Dissertação de Mestrado orientada pela Professora Doutora

Maria Fernanda Gaspar Tavares

Agradecimentos

À Professora Maria Tavares, pelo acompanhamento e disponibilidade na orientação desta prova.

À Eduarda, pela ajuda nos desenhos, pelos conselhos e pela disponibilidade em ajudar.

À minha mãe e à minha irmã, pelo apoio incondicional e pelo incentivo com que me acompanharam no curso e na vida.

Ao Duarte, por estar a meu lado, pelo apoio, pelos conselhos, pelas longas conversas e pelo amor.

[Palavras-chave]

Santo Tirso

Habitações Económicas

Federação de Caixas de Previdência

Bartolomeu Costa Cabral

Alcino Soutinho

Resumo

O presente trabalho propõe uma aproximação à temática da habitação colectiva na segunda metade do século XX, através do estudo de dois bairros promovidos pelas «Habitações Económicas» – Federação de Caixas de Previdência na cidade de Santo Tirso. É analisada a influência deste organismo na construção de habitação e dá-se particular relevo à arquitectura em contexto rural no Norte do país.

Verificamos que após a 2ª guerra mundial, o interesse dos arquitectos pela arquitectura em contexto rural, proporcionou uma nova perspectiva sobre os aspectos formais e de conjunto das habitações de âmbito económico, pelos materiais, construção e modos de habitar. Emergiu, na década de 1960, um conjunto de reinterpretações da arquitectura moderna, experimentando-se diferentes escalas.

O trabalho centra-se assim, nos dois agrupamentos de Casas de Renda Económica de Santo Tirso, construídos em fases distintas, 1963 e 1975, respectivamente. Fazem parte integrante do plano de urbanização da vila de Santo Tirso e num conjunto de construções que emergiram no país com a mesma premissa: construir para o *maior número*.

[Keywords]

City of Santo Tirso

Economic Housing

Federação de Caixas de Previdência

Bartolomeu Costa Cabral

Alcino Soutinho

Abstract

The present work proposes an approach to the theme of the collective housing in the second half of the twentieth century, through the study of two neighbourhoods promoted by the «Economic Housing» -Federação de Caixas de Previdência in the city of Santo Tirso. It is analysed the influence of this organism in the construction of housing and it is given particular emphasis to the architecture in rural context in the North of the country.

We have verified that after the Second World War, the architects' interest in architecture in the rural context provided a new perspective on the formal aspects and on the set of houses in the economic sphere, through materials, construction and ways of living. A set of reinterpretations of modern architecture emerged in the decade of 60's, experimenting with different scales.

The work focuses therefore, on the two groups of Santo Tirso Economic rent Houses, built in different phases, 1963 and 1975 respectively. They form an integral part of the urbanization plan for the town of Santo Tirso and a set of buildings that emerged in the country with the same premise: build for the *largest number*.

Lista de Imagens

Fig. Pág.

Capítulo 1

1. Bairro de Casas Económicas | Caselas, Lisboa _Cedida por Maria Tavares 32
2. Bairros de Casas Económicas _ TAVARES, Maria, "Casas a Norte: as HE num processo continuidade", Resdomus 32
3. Bairro de Casas Económicas | Encarnação, Lisboa, 1946 _ Cedida por Maria Tavares 32
4. Primeira página da Lei nº2007 de 7 de Maio de 1945 no Diário da República, _ https://dre.tretas.org/dre/277895/lei-2007-de-7-de-maio. 34
5. Símbolo [transformado em carimbo] «Habitações Económicas» - Federação de Caixas de Previdência. _ Cedida por Maria Tavares 37
6. Bairro de Alvalade em construção, 1953. _ PORTAS, Nuno, Habitação para o maior número. Portugal, os anos de 1950-1980, IHRU/CML, Lisboa, 2013, p. 25. 38
7. Propostas de Miguel Jacobetty Rosa, Casas de Renda Económica, Série I, Tipo 1, 2 e 3, 1945 _ Cedida por Maria Tavares 39
8. Vila Nova de Famalicão, Casas de Renda Económica | Miguel Jacobetty _ Google Earth, 2013 39
9. Évora, Casas de Renda Económica | Miguel Jacobetty _ Cedida por Maria Tavares 39
10. 1º Congresso Nacional de Arquitectura | sessão de trabalho, auditório IST._ Cedida por Maria Tavares 40
11. "Habitações para o maior numero" | artigo de Nuno Teotónio Pereira _ Arquitectura, n.o 110, Jul/Ago 1969, p. 181-183 40
12. Agrupamento Casa do Povo da Chamusca, 1959| Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft | Planta implantação _ "Bairro económico da Chamusca", Arquitectura, n.o 74, Mar 1961, p. 11 47
13. Agrupamento Casa do Povo da Chamusca, 1959| Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft | Foto conjunto _ "Bairro económico da Chamusca", Arquitectura, n.o 74, Mar 1961, p. 11 47
14. Agrupamento Casa do Povo da Chamusca, 1959| Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft | Foto conjunto _ "Bairro económico da Chamusca", Arquitectura, n.o 74, Mar 1961, p. 11 47
15. Distribuição dos Arquitectos Regionais, 1o esboço, 1958 | Nuno Teotónio Pereira _ Cedida por Maria Tavares. 48
16. Distribuição definitiva dos Arquitectos Regionais [início da década de 1960]| _ Cedida por Maria Tavares 48

Capítulo 2

17. Estudo da divisão de Zonas dos arquitectos regionais afectas à delegação Norte _ Cedida por Maria Tavares 53
18. Capa do Boletim HE, n.o 1, Janeiro 1965 _ Cedida por Maria Tavares 53
19. Prova CODA, Arnaldo Araújo _ Cedida por Maria Tavares 54
20. Proposta do grupo CIAM-Porto de um Habitat Rural. Nova Comunidade Agrícola _ Cedida por Maria Tavares 54
21. Planta de localização das famílias de Espinhosela | Arnaldo Araújo _ Cedida por Maria Tavares 54
22. Levantamento da casa de Francisco António | Arnaldo Araújo _ Cedida por Maria Tavares 55
23. Painel de apresentação de proposta para o Agrupamento Casa do Povo Torre Dona Chama | Arnaldo Araújo, José Dias _ Cedida por Maria Tavares 55
24. Alçados da proposta de Alcino Soutinho para o Agrupamento Casa do Povo Torre Dona Chama _ Cedida por Maria Tavares 55
25. Casas de Renda Económica, Braga, 1950 | Nuno Teotónio Pereira | Implantação [redesenhada] — Produção própria a partir de desenho cedido por Maria Tavares 58

26. Casas de Renda Económica, Braga, 1950 | Nuno Teotónio Pereira | Vista dos blocos perpendiculares à Avenida — Cedida por Maria Tavares 58
27. Casas de Renda Económica, Braga, 1950 | Nuno Teotónio Pereira | Foto do espaço comum entre blocos edificados — Cedida por Maria Tavares 58
28. Casas de Renda Económica, Braga, 1950 | Nuno Teotónio Pereira | Planta R/C tipo 7 — Cedida por Maria Tavares 59
29. Casas de Renda Económica, Braga, 1950 | Nuno Teotónio Pereira | Planta R/C tipo 3/4 — Cedida por Maria Tavares 59
30. Casas de Renda Económica, Vila Nova de Gaia, 1957 | João Andresen | Implantação [Redesenhado] S/escala. — Produção própria a partir de desenho cedido por Maria Tavares 60
31. Casas de Renda Económica, Vila Nova de Gaia, 1957 | João Andresen | Um dos edifícios — Cedida por Maria Tavares 60
32. Casas de Renda Económica, Vila Nova de Gaia, 1957 | João Andresen | Planta tipo, S/escala — Cedida por Maria Tavares 60
33. Casas de Renda Económica, Vila Nova de Gaia, 1957 | João Andresen | Bloco de acesso — SILVA, Sérgio Dias da – João Andresen: uma ideia de arquitectura. Dissertação de Mestrado Integrado, Faup 2007 61
34. Casas de Renda Económica, Vila Nova de Gaia, 1957 | João Andresen | Topo de um dos edifícios — SILVA, Sérgio Dias da – João Andresen: uma ideia de arquitectura. Dissertação de Mestrado Integrado, Faup 2007 61
35. Casas de Renda Económica, Viana do Castelo, 1958 | Jerónimo Reis | Implantação [Redesenhada] S/escala. —Produção própria a partir de desenho cedido por Maria Tavares 62
36. Casas de Renda Económica, Viana do Castelo, 1958 | Jerónimo Reis | Planta T3.4 — Cedida por Maria Tavares 62
37. Casas de Renda Económica, Viana do Castelo, 1958 | Jerónimo Reis — Cedida por Maria Tavares 62
38. Casas de Renda Económica, Viana do Castelo, 1958 | Jerónimo Reis — Cedida por Maria Tavares 63
39. Casas de Renda Económica, Viana do Castelo, 1958 | Jerónimo Reis — Cedida por Maria Tavares 63
40. Casas de Renda Económica, Barcelos, 1959 | Nuno Teotónio Pereira; Nuno Portas | Implantação [Redesenhada] S/escala — Produção própria a partir de desenho cedido por Maria Tavares 64
41. Casas de Renda Económica, Barcelos, 1959 | Nuno Teotónio Pereira; Nuno Portas | Desenho do conjunto — http://www.monumentos.gov.pt/ 64
42. Casas de Renda Económica, Barcelos, 1959 | Nuno Teotónio Pereira; Nuno Portas | Vista do conjunto — Cedida por Maria Tavares 64
43. Casas de Renda Económica, Barcelos, 1959 | Nuno Teotónio Pereira; Nuno Portas | Primeira proposta — Cedida por Maria Tavares 65
44. Casas de Renda Económica, Barcelos, 1959 | Nuno Teotónio Pereira; Nuno Portas | Proposta final | Planta tipo 2, piso 0 — Cedida por Maria Tavares 65
45. Casas de Renda Económica, Vila Nova de Famalicão, 1964 | Nuno Teotónio Pereira | Implantação [Redesenha] S/escala — Produção própria a partir de imagem satélite Google Earth. 66
46. Casas de Renda Económica, Vila Nova de Famalicão, 1964 | Nuno Teotónio Pereira | Vista do Conjunto — Cedida por Maria Tavares 66
47. Casas de Renda Económica, Bragança, 1972 | Alcino Soutinho | Implantação [Redesenhada] S/escala — Produção própria a partir de desenho de Maria Tavares. 68
48. Casas de Renda Económica, Bragança, 1972 | Alcino Soutinho | Vista principal dos blocos — http://www.monumentos.gov.pt/ 68

49. Casas de Renda Económica, Bragança, 1972 | Alcino Soutinho | Vista tardoz dos blocos —http://www.monumentos.gov.pt/ 68
50. Casas de Renda Económica, Bragança, 1972 | Alcino Soutinho | Vista do sistema de acesso —http://www.monumentos.gov.pt/ 69
51. Casas de Renda Económica, Bragança, 1972 | Alcino Soutinho | Vista exterior das galerias —http://www.monumentos.gov.pt/ 69
52. Bloco das Águas Livres — http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/328059 74
53. Unidade de Habitação Coop., AIL, 1954 | Nuno Teotónio Pereira, Bartolomeu da Costa Cabral | Planta do conjunto — Cedida por Maria Tavares 74
54. Casa Protótipo | Planta —Cedida por Maria Tavares 74
55. Agrupamento Casa do Povo da Chamusca, 1959 | Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft | Planta de Implantação — Cedida por Maria Tavares 75
56. Agrupamento Casa do Povo da Chamusca, 1959 | Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft | Planta — Cedida por Maria Tavares 75
57. Universidade da Beira Interior, Covilhã | Biblioteca — https://commons.wikimedia.org/wiki/File:UBI_-_Biblioteca_principal.jpg 77
58. Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Guimarães. — http://www.guimaraesdigital.com/cache/w650/fotoarquivo/arquivo_2014/educacao/escolas/um/universidade_minho.jpg 77
59. Instituto Politécnico de Bragança. — http://jgarq.blogs.sapo.pt/tag/.escola+em+bragan%C3%A7a 77
60. Agrupamento Casa do Povo Torre Dona Chama | Arnaldo Araújo, José Dias | Painel de apresentação proposta — Cedida por Maria Tavares 78
61. Agrupamento Casas do Povo Torre Dona Chama | Alcino Soutinho | Alçados do conjunto — Cedida por Maria Tavares 78
62. Agrupamento Casa do Povo Moura Morta | Arnaldo Araújo, José Dias | Plantas e perfil — Cedida por Maria Tavares 79
63. Agrupamento Casa do Povo Moura Morta | Alcino Soutinho | Alçados — Cedida por Maria Tavares 79
64. Agrupamento para a Casa do Povo de Favaios | Octávio Lixa Filgueiras, Alcino Soutinho —Cedida por Maria Tavares 79
65. Casas de Renda Económica, Bragança, 1972 | Alcino Soutinho | Implantação [Redesenhada] S/escala. — Produção própria a partir de original cedido por Maria Tavares 80
66. Implantação do conjunto | [Redesenhada] S/escala. — Produção Própria a partir de original cedido pela Câmara Municipal de Santo Tirso. 80
67. Bairro da Maceda | Campanhã, Porto, 1976 | Alcino Soutinho e Manuel Mendes— http://www.porto.pt 80
68. Conversão de um castelo para pousada, Vila Nova de Cerveira |1973 —http://www.archdaily.com.br/ 80
69. Museu Amadeo Souza-Cardozo, Amarante |1979—http://www.archdaily.com.br/ 81
70. Paços do Concelho de Matosinhos | 1980 —http://www.archdaily.com.br/ 81
71. Quinta das Sedas, Matosinhos. — http://www.cnll.pt/portfolio/alcino-soutinho/ 81
72. Conjunto Residencial Varandas da Venezuela, Porto —http://arquitecturafotos.blogspot.pt/ 81

Capítulo 3

73. Vista aérea indicando a distância entre Santo Tirso e Porto, Braga e Guimarães. — Produção própria sobre imagem do Google Earth 2013. 84
74. Vista aérea de Santo Tirso onde se comprova a proximidade com o Mosteiro Beneditino e o Rio Ave. — Produção própria sobre imagem do Google Earth 2013. 84

75. Planta comparativa das alterações em Santo Tirso entre 1920 e 1943. — MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade.– Santo Tirso: Câmara Municipal,2013, p.279 86
76. Planta comparativa das alterações em Santo Tirso entre 1943 e 1949. — MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade.– Santo Tirso: Câmara Municipal,2013, p.290 86
77. Ante-Projecto de Urbanização de Rogério de Azevedo | 1943 —MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade.– Santo Tirso: Câmara Municipal,2013, p.277 86
78. Ante-Projecto de Urbanização de Rogério de Azevedo | 1943 —MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade.– Santo Tirso: Câmara Municipal,2013, p.278 86
79. Edifício da Câmara Municipal de Santo Tirso | Agostinho Ricca | 1970 — GONÇALVES, José Fernando– Agostinho Ricca; Colecção Arquitectos Portugueses, Série 2; Vila do Conde: Verso da História , 2013, p.21 87
80. Edifício do Mercado Municipal de Santo Tirso de José Marques da Silva | S/data — https://www.facebook.com/santotirsocomhistoria/photos/a.599097783489881.1073741871.490757150990612/633521643380828/?type=3&theater 87
81. Ante-Plano de Urbanização de Miguel Rezende | Estado actual | 1949 —MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade.– Santo Tirso: Câmara Municipal,2013, p.288 88
82. Ante-Plano de Urbanização de Miguel Rezende | Planta de Urbanização | 1949 — MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade.– Santo Tirso: Câmara Municipal,2013, p.289 88
83. Vista aérea com a indicação dos pontos principais do eixo Norte|Sul de Santo Tirso. —Produção própria sobre imagem do Google Earth 2013. 88
84. Vista aérea onde se pode ver o novo eixo Nascente|Poente | S/data. — https://www.facebook.com/santotirsocomhistoria/photos/a.511816745551319.1073741838.490757150990612/513355628730764/?type=3&theater 89
85. Planta comparativa das alterações em Santo Tirso entre 1949 e 1967. — MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade.– Santo Tirso: Câmara Municipal,2013, p.298 89
86. Vista aérea de Santo Tirso com a indicação dos bairros construídos. —Produção própria sobre imagem do Google Earth 2013. 90
87. Vista aérea com a indicação da proximidade dos bairros 1, 2 e 3. —Produção própria sobre imagem do Google Earth 2013. 92
88. Fotografia da demolição da antiga cadeia | 1915. — https://www.facebook.com/santotirsocomhistoria/photos/a.524474250952235.1073741845.490757150990612/1400720786660906/?type=3&theater 93
89. Acesso às casas | Bairro da Cadeia. — Arquivo Pessoal. 92
90. Vista da Rua de uma das casas | Bairro da Cadeia. —Arquivo Pessoal. 92
91. Proximidade do Bairro Joaquim Moreira (à esquerda) com o Bairro da Cadeia (à direita). — Arquivo Pessoal. 92
92. Indicação das 3 fases do Bairro do Telles. —Produção própria sobre imagem do Google Earth 2013. 95

93. Planta topográfica das fases 1 e 2 da autoria de Sequeira Braga | 1954. — Arquivo Museu Municipal Abade Pedrosa. 94
94. Vista aérea das fases 1 e 2 do Bairro do Telles (em baixo), avistando-se também a fábrica e os terrenos adjacentes (em cima) | S/data. — Arquivo Museu Municipal Abade Pedrosa. 94
95. Panorâmica do encontro dos três bairros: Bairro Joaquim Moreira (à esquerda); Bairro da Cadeia (centro); Bairro do Telles (à direita). — Arquivo Pessoal. 94
96. Fotografia antiga do gaveto. | S/data. — Arquivo Museu Municipal Abade Pedrosa. 96
97. Fotografia actual do gaveto. | 2017. — Arquivo Pessoal. 96
98. Casas geminadas T2 | Primeira fase |2017. —Arquivo Pessoal. 97
99. Casas isoladas T3 | Primeira fase | 2017. —Arquivo Pessoal. 97
100. Planta rés-do-chão do T2 | Primeira fase | S/escala.—Produção Própria através de levantamento. 97
101. Planta piso 1 do T2 | Primeira fase | S/escala.— Produção Própria através de levantamento. 97
102. Casas geminadas de um piso | Segunda fase | 2017 —Arquivo Pessoal. 96
103. Casas geminadas dirigidas a administrativos | Terceira fase | 2017—Arquivo Pessoal. 96
104. Vista aérea da localização do Bairro do Arco e proximidade com o Mercado Municipal. —Produção própria sobre imagem do Google Earth 2013. 98
105. Arrumamentos da envolvente ao Mercado Municipal, assinalando o terreno disponível para o Bairro do Arco | S/data. —MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade.– Santo Tirso: Câmara Municipal,2013, p.291. 98
106. Fotografia de época da abertura da Rua João de Brito | Bairro do Arco à esquerda a branco | Recinto da feira e Mercado Municipal à direita | S/data. — Arquivo Pessoal. 100
107. Fotografia do conjunto | 2017. — Arquivo Pessoal. 100
108. Fotografia do conjunto | 2017. — Arquivo Pessoal. 100
109. Planta topográfica do conjunto |S/ escala | 2011. — Arquivo Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso. 103
110. Vista da Rua da Misericórdia | Bairro da Misericórdia | 2017. — Arquivo Pessoal. 102
111. Vista da Rua da Misericórdia | Bairro da Misericórdia | 2017. — Arquivo Pessoal. 102
112. Fachada da Tipologia T3. — Arquivo Pessoal. 102
113. Fachada da Tipologia T2. — Arquivo Pessoal. 102
114. Planta aproximada do T3. | S/ escala — Produção Própria através de levantamento. 103
115. Planta aproximada do T2. | S/ escala — Produção Própria através de levantamento. 103
116. Fotografia de época do conjunto | S/ data. — https://www.facebook.com/santotirsocomhistoria/photos/a.514163535316640.1073741841.490757150990612/565560360176957/?type=3&theater 106
117. Vista aérea do conjunto com indicação das ruas criadas: Rua Gonçalves Zarco | Rua Infante Dom Henrique | S/escala. — Produção própria sobre imagem do Google Earth 2013. 106
118. Implantação do conjunto | Escala 1/1000 | Redesenhado. — Produção Própria a partir de desenhos cedidos pela CMST. 108
119. Porto | Casas de Renda Económica de Ramalde, 1950 | Fernando Távora | Implantação — Cedida por Maria Tavares 109
120. Viana do Castelo | Bairro do Liceu, 1958 | Jerónimo Reis | Implantação redesenhada. — Produção própria a partir de desenho cedido por Maria Tavares 109
121. Vista da Rua Gonçalves Zarco para o conjunto . | 2017. — Arquivo Pessoal. 108
122. Implantação original, desenhada à mão com a indicação dos logradouros afectos a cada casa e indicação dos espaços de lazer. | S/escala. — Arquivo CMST 109
123. Espaço destinado ao convívio dos moradores no interior do conjunto. | 2017.— Arquivo Pessoal. 108

124. Espaço destinado a zona de brincar das crianças. | 2017. — Arquivo Pessoal. 110
125. Espaço destinado a zona de brincar das crianças. | 2017. — Arquivo Pessoal. 110
126. Fotografia de época do conjunto | S/ data. — https://www.facebook.com/santotirsocomhistoria/photos/a.514163535316640.1073741841.490757150990612/565560360176957/?type=3&theater 110
127. Vista aérea actual do conjunto | Relação com a malha urbana | Proximidade com os eixos principais — Produção própria sobre imagem do Google Earth 2013. 111
128. Vista da rua da entrada das casas no 21 e 23. —Arquivo Pessoal. 110
129. Vista do interior do conjunto da entrada das casas no 18 e 20. —Arquivo Pessoal. 110
130. Primeira proposta da entrada da casa. | S/escala — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 113
131. Proposta final da entrada da casa | S/ escala —Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 113
132. Planta do rés-do-chão da casa | S/escala —Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 112
133. Planta do piso 1 da casa | S/escala —Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 112
134. Fachada lateral com aberturas verticais que acompanham a subida da escada e iluminam os hall de entradas das duas casas | 2017 —Arquivo Pessoal. 112
135. Planta da casa do rés-do-chão | Laranja: Escritório/Quarto | Vermelho: Sala | Azul: Quartos | Escala 1/100 | Redesenhado —Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 112
136. Planta rés-do-chão: marcação dos espaços de distribuição: Hall de recepção | Acesso ao espaço diurno | Corredor de distribuição dos quartos. | S/escala —Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 113
137. Planta Piso 1: marcação dos espaços de distribuição: Hall de recepção | Acesso ao espaço diurno | Corredor de distribuição dos quartos. | S/escala—Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 113
138. Indicação da organização interna relativamente ao logradouro | Escala 1/750 — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 114
139. "O cooperativismo habitacional no mundo" | Cartaz da exposição de 1957 —Cedida por Maria Tavares. 115
140. Casa Protótipo | Planta — Cedida por Maria Tavares. 114
141. Rés-do-chão 1a fase Santo Tirso | Planta — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 114
142. Agrupamento Casa do Povo da Chamusca, 1959| Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft | Planta — Cedida por Maria Tavares. 115
143. Planta Piso 1 | Separação clara das duas zonas | Azul: Zona Diurna | Laranja : Zona Noturna | Escala 1/100 —Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 116
144. Póvoa Sta Iria, Casas de Renda Económica, CPP Soda Póvoa, 1954 | NTP — Produção própria sobre desenho cedido por Maria Tavares. 117
145. Extensão da cozinha para o logradouro com uso de lavagem de roupas. | 2017 — Arquivo Pessoal. 117
146. Planta Rês-do-chão | Informação das medidas dos compartimentos | Escala 1/100 — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 116
147. Excerto da planta de implantação | 1/500 — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 119
148. Logradouro e acesso da cozinha para o espaço exterior — Arquivo Pessoal. 118
149. Alterações realizadas pelos moradores nos logradouros e nas varandas —Arquivo Pessoal. 118

150. Alterações realizadas pelos moradores nos logradouros. — Arquivo Pessoal. 119
151. Fotografia da época | Relação dos edifícios com o ambiente marcadamente agrícola. — https://www.facebook.com/santotirsocomhistoria/photos/a.514163535316640.1073741841.490757150990612/565560360176957/?type=3&theater 120
152. Fotografia actual — Arquivo Pessoal. 120
153. Alçado Principal | Redesenhado | 1/250 — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 121
154. Alçado Principal — Arquivo Pessoal. 121
155. Alçado Lateral da Sala e de dois quartos | A: Varanda da sala B: Quartos | Redesenhado | 1/250 — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 120
156. Alçado Lateral da Cozinha e acesso ao logradouro | A: Varanda da cozinha B: Quartos | Redesenhado | 1/250 — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 120
157. Alçado Lateral | Varanda da sala e quartos — Arquivo Pessoal. 121
158. Bloco A do conjunto — Arquivo Pessoal. 122
159. Vista aérea | Relação de proximidade do conjunto com Santo Tirso, Monte N. Sra. da Assunção e Monte Córdova —Produção própria sobre imagem do Google Earth 2013. 122
160. Vista aérea da 2a fase das Casas de Renda Económica de Santo Tirso | Bloco A e B — Google Earth 2013. 123
161. Vista aérea das Casas de Renda Económica de Bragança | Bloco A, B e C. — Google Earth 2013. 123
162. Folha 3 da Memória Descritiva da proposta assinada por Júlio Anciães. —Arquivo CMST. 125
163. Alçado principal | CRE Bragança —http://www.monumentos.gov.pt/ 124
164. Alçado principal | CRE Santo Tirso — Arquivo Pessoal. 124
165. Alçado tardoz | CRE Bragança —http://www.monumentos.gov.pt/ 124
166. Alçado tardoz | CRE Santo Tirso — Arquivo Pessoal. 124
167. Implantação do conjunto | Escala 1/1000 | Redesenhado. — Produção Própria. 124
168. Espaço entre os edifícios utilizado para estacionamento | Escola Primária ao fundo — Arquivo Pessoal. 125
169. Vista do conjunto da 1a fase de CRE em Santo Tirso — Arquivo Pessoal. 126
170. Vista do Bloco A da 2a fase de CRE em Santo Tirso — Arquivo Pessoal. 126
171. Sistema de acesso Vertical Múltiplo | Entrada 1 — Arquivo Pessoal. 127
172. Galeria de uma das casas já alterada | Extensão da vida da casa para o exterior — Arquivo Pessoal. 126
173. Uso da galeria numa casa minhota. — http://www.folclore-online.com/portal/arquitectura_popular/arquitectura-popular-minho.html#.WcGiYNOGORs 127
174. Exemplo de alteração da galeria pelos moradores —Arquivo Pessoal. 127
175. Marinha Grande, CRE 1955 | Conceição Silva | Galeria — Cedida por Maria Tavares 129
176. Planta da organização interna dos edifícios. | em cima Bloco A, em baixo Bloco B | Redesenhado | 1/400 — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 128
177. Entrada oficial na casa. —Arquivo Pessoal. 129
178. Hall de entrada/Sala de onde se vê um dos quartos —Arquivo Pessoal. 129
179. Planta da organização interna do T3 | Redesenhado | 1/100 — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 128
180. Vista da sala para a entrada e a galeria à esquerda e para a cozinha à direita. — Arquivo Pessoal. 128
181. Ligação da cozinha com a sala. — Arquivo Pessoal. 130
182. Vista da cozinha para a distribuição dos quartos — Arquivo Pessoal. 130
183. Vista da cozinha para a entrada de serviço e zona de lavagem de roupa. —Arquivo Pessoal. 130

184. Galeria, zona de lavagem de roupa e acesso à cozinha ao fundo. —Arquivo Pessoal. 131
185. Vista do quarto principal para a sala/ entrada e galeria. —Arquivo Pessoal. 130
186. Desenho sobre planta do fogo T3 | relação dos espaços diurnos [vermelho] com os espaços noturnos [azul] | fluidez de movimentos entre compartimentos | S/escala — Produção Própria. 131
187. Implantação | Espaços virados a Nascente [zona diurna] e Poente [zona noturna] | 1/1000 — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 130
188. Planta do fogo T4 | acrescento de um quarto e casa de banho | Redesenhado | S/escala — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 131
189. Alçado principal virado a Nascente | Bloco B (o Bloco A é igual) | Redesenhado | 1/200 — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 132
190. Alçado principal virado a Nascente | Bloco A | Piso superior | Dois planos visíveis — Arquivo Pessoal. 132
191. Vista exterior do gradeamento que está alinhado com a entrada formal. — Arquivo Pessoal. 133
192. Vista dos dois planos: plano da galeria e plano da casa. — Arquivo Pessoal. 133
193. Vista do Bloco A | Terceiro plano para receber a casa de banho. — Arquivo Pessoal. 133
194. Alçado tardoz virado a Poente | Bloco B |Redesenhado | 1/200 — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 132
195. Alçado tardoz virado a Poente | Bloco B — Arquivo Pessoal. 132
196. Alçado tardoz virado a Poente | Vãos dos quartos de fogo T3 | Bloco B — Arquivo Pessoal. 134
197. Caixilho original em madeira — Arquivo Pessoal. 135
198. Caixilho Batente | original em madeira | quarto principal — Arquivo Pessoal. 134
199. Caixilho em Guilhotina | original em madeira | restantes quartos, sala e cozinha — Arquivo Pessoal. 134
200. Alçados laterais | Bloco A à esquerda | Bloco B à direita — Arquivo Pessoal. 134
201. Extrato fachada Nascente | Bloco A | Redesenhado | 1/200 — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 135
202. Fachada lateral | Bloco A | Redesenha- do | 1/200 — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 135
203. Localização das duas fases em relação com Santo Tirso —Produção própria sobre imagem do Google Earth 2013. 136
204. 1a fase de Casas de Renda Económica, Santo Tirso | Bartolomeu da Costa Cabral | 1963 — Arquivo Pessoal. 136
a) Implantação 1a fase de Casas de Renda Económica, Santo Tirso | Bartolomeu da Costa Cabral | 1963 | Redesenhado S/escala — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 137
205. 2a fase de Casas de Renda Económica, Santo Tirso | Alcino Soutinho | 1975 — Arquivo Pessoal. 136
a) Implantação 2a fase de Casas de Renda Económica, Santo Tirso | Alcino Soutinho | 1975 | Redesenhado S/escala—Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 137
206. Planta rés-do-chão | 1a fase | Redesenhado | S/escala — Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 138
207. Planta T3 | 2a fase | Redesenhado | S/escala —Produção Própria a partir de desenho do arquivo da CMST. 138
208. 1a fase | Espaço de lazer e de convívio entre moradores no interior do quarteirão. — Arquivo Pessoal. 138
209. 1a fase | Espaço destinado às crianças no interior do quarteirão — Arquivo Pessoal. 138
210. 2a fase | Espaço entre edifícios inicialmente usado para convívio entre moradores.— Arquivo Pessoal. 138

Lista de Abreviaturas

Associação Internacional dos Críticos da Arte | **AICA**

Associação Inquilinos Lisbonenses | **AIL**

Casas Económicas | **CE**

Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna | **CIAM**

Câmara Municipal de Santo Tirso | **CMST**

Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto | **CODA**

Casas de Renda Económica | **CRE**

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais | **DGEMN**

Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa | **ESBAL**

Escola Superior de Belas-Artes do Porto | **ESBAP**

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | **FAUP**

Fundo de Fomento da Habitação | **FFH**

Gabinete de Estudos e Projectos | **GEP**

Gabinete de Planeamento e Arquitectura | **GPA**

«Habitações Económicas»- Federações de Caixas de Previdência | **HE-FCP**

Instituto Nazionale delle Assicurazioni - Casa | **INA-Casa**

Ministério das Obras Públicas | **MOP**

Serviço de Apoio Ambulatório Local | **SAAL**

Sumário

Agradecimentos V

Resumo [Palavras-chave] VII

Abstract [Keywords] IX

Lista de Imagens XI

Lista de Abreviaturas XIX

Introdução 25

Capítulo 1 | 29

«Habitações Económicas» - Federação de Caixas de Previdência [HE]

1.1. A questão da habitação: enquadramento 31

Das Casas Económicas às Casas de Renda Económica 31

1.2. HE: um projeto estratégico com princípio, meio e fim 37

A experiência em Alvalade 38

O pragmatismo de Nuno Teotónio Pereira 39

Dois momentos, duas metodologias 42

O GEP e a Rede de Arquitectos Regionais 44

Fim 49

Capítulo 2 | 51

O Contexto das intervenções das HE no Norte de Portugal

2.1. Delegação Norte 53

2.2. O projeto e a obra 57

Blocos da Previdência, Braga | Nuno Teotónio Pereira [1950] 59

Bairro Cabo-Mor, Vila Nova de Gaia | João Andresen [1957] 61

Bairro do Liceu, Viana do Castelo | Jerónimo Reis [1958] 63

Bairro de Santa Marta, Barcelos | Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas [1959] 65

Bairro da Previdência, Vila Nova Famalicão | Nuno Teotónio Pereira [1964] 67

Bairro da Previdência, Bragança | Alcino Soutinho [1972] 69

2.3. A vida e a obra 73

Bartolomeu da Costa Cabral 73

Alcino Soutinho 78

Capítulo 3 | 83

Casas de Renda Económica em Santo Tirso

3.1. Plano de Urbanização de Santo Tirso 85

3.2. Contexto de habitação programada em Santo Tirso 91

3.3. Agrupamentos de Casas de Renda Económica em Santo Tirso 105

1a fase | 1963 107

Projeto e obra: contexto

Implantação

Volumetria

Sistemas de Acesso

Organização Interna da Habitação

Materiais

2a fase | 1975 123

Projeto e obra: contexto

Implantação

Volumetria

Sistemas de Acesso

Organização Interna da Habitação

Materiais

Duas metodologias 137

Considerações finais 143

Referências Bibliográficas 147

Apêndice 153

"Habitar é viver. Construir casas dignas é uma das funções da arquitectura, como forma de proporcionar uma vida saudável ao Homem. Mas, quando se criam desiquilíbrios no ambiente urbano, a vida deixa de ser natural e as suas relações entre o Homem e o Habitat entram em crise."[2]

2 | CROFT, Vasco - Arquitectura e humanismo : o papel do arquitecto, hoje, em Portugal. 1ª ed . Lisboa : Terramar, 2001, p. 278.

Introdução

[Objecto de Estudo]

A presente dissertação surge ancorada ao projeto *Mapa da Habitação, Programas Habitacionais no Século XX Português* do grupo de investigação Atlas da Casa do CEAU, e tem como objecto de estudo os agrupamentos de Casas de Renda Económica de Santo Tirso promovidos pelas «Habitações Económicas» - Federação de Caixas de Previdência [HE].

[Objectivos]

A investigação expõe um tema que tem vindo a ser discutido, reflectido e aprofundado nos últimos anos por diversos autores: a habitação económica programada pelo estado Português, nomeadamente, entre outras, as acções realizadas pelas HE, e que caracterizaram a arquitectura da habitação portuguesa das décadas de 1950, 60 e início de 70.

Tendo por base este conjunto de reflexões e com o objectivo de realizar uma aproximação às décadas de 1960 e 1970, por se viverem novas experiências arquitectónicas de forma a melhorar a resposta às necessidades da população, cresce uma preocupação pela aproximação à arquitectura em contexto rural, nomeadamente a do Norte do país. É com este pretexto

que se apresenta um conjunto de projectos que marcaram as intervenções das HE no Norte do país e onde surgem como objecto de estudo os dois agrupamentos de Casas de Renda Económica na cidade de Santo Tirso. Não existindo ainda estudos aprofundados sobre os mesmos, pretendeu-se expor e obter novas informações sobre a sua integração na cidade, organização e modos de habitar. Apresentam-se, como enquadramento temático, outros casos de habitação de âmbito económico na cidade promovidos por outras entidades, estatais ou não, possibilitando uma base para futuras investigações.

[Estrutura / Metodologia]

O trabalho está dividido em três diferentes momentos, representando igualmente metodologias distintas.

Pretende-se, num primeiro momento, enquadrar genericamente o panorama da habitação programada pelo estado em Portugal no século XX, assim como dar conhecimento das diversas acções que levaram à criação do programa de Casas de Renda Económica e ao consequente aparecimento das HE. No decorrer da narrativa, pretende-se ainda enfatizar actores que marcaram a evolução do organismo e as diferentes etapas de resposta das HE às necessidades de habitação. Para tal socorremo-nos de bibliografia específica sobre o tema.

O segundo momento, referente à ação das HE no Norte do país, tem como objectivo cruzar a arquitectura promovida pelas HE, nomeadamente a que se localiza em contexto rural, mapeando os casos mais relevantes, sendo por vezes, contra um dos princípios metodológicos do organismo, replicados pelo país. Estudos académicos ajudaram-nos a enquadrar o momento, assim como a reproduzir graficamente os casos que foram convocados para cruzamento de ideias.

No terceiro e último momento, desenvolve-se uma análise da cidade e do objecto de estudo, numa perspectiva de aproximação do geral para o particular. Sectoriza-se em três fases, por forma a entender o contexto dos casos de estudo, nomeadamente:

1| desenvolvimento urbano de Santo Tirso;

2| construção de habitação de âmbito económico promovida por diversos organismos até à intervenção das HE, mapeando-os;

3| reflexão sobre os dois casos de estudo em Santo Tirso, demonstrando particular atenção à sua localização, relação com a malha urbana, organização dos agrupamento e, por fim, um estudo de aproximação ao desenho da casa e respetivas formas de habitar, estabelecendo relações directas com casos específicos que estabeleçam continuidade de pensamentos e acções.

Para tal, socorremo-nos dos arquivos da Câmara Municipal de Santo Tirso, tendo acesso às fontes primárias, assim como o acesso aos arquivos da Santa Casa de Misericórdia e do Museu Municipal, tendo acesso a fontes relacionadas com outras habitações de âmbito económico na cidade e o acesso à Biblioteca Municipal de forma a proceder à procura de mais informações acerca do desenvolvimento da cidade.

Por forma a darmos corpo a este momento, foi relevante a visita aos agrupamentos e interacção com os respectivos moradores. Servimo-nos de conversas informais com os moradores e do acesso ao interior de algumas habitações para melhor compreensão dos espaços.

Capítulo 1

«Habitações Económicas»
Federação de Caixas de Previdência [HE]

1.1 |
A questão da habitação: enquadramento[3]

Das Casas Económicas às Casas de Renda Económica

[Casas Económicas]

Desde inícios do século XX até à década de 1930, que as necessidades de habitação acompanharam o efectivo aumento da população. Esta, concentrava-se maioritariamente nas cidades, ou capitais de distrito, cuja oferta de emprego seria maior, mas cuja resposta financeira face às rendas praticadas era muito elevada e custosa para o seio familiar.

A partir de 1933, deu-se a instituição da República Corporativa Portuguesa, tendo por base o projeto da nova Constituição Política da Nação, marcando assim o início do período cronológico do Estado Novo. A habitação para as classes trabalhadoras passou a ser uma prioridade para o estado,

3 | A reflexão nesta dissertação acerca das «Habitações Económicas» - Federação de Caixas de Previdência [HE], é baseada em trabalhos já realizados, referidos ao longo do trabalho ou na bibliografia. Entre os diversos trabalhos destaca-se:

— TAVARES, Maria - "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto: Faup, 2015.

— TAVARES, Maria; PORTAS, Nuno; FERNANDES, José Manuel - "Nuno Teotónio Pereira. Arquitectura e Contexto: uma experiência", Habitação para o Maior Número. Portugal, os Anos de 1950-1980, IHRU e CML, Lisboa, 2013.

introduzindo assim, um conjunto de diplomas corporativos, por forma a dar resposta às visíveis carências. É neste contexto que surge o programa das Casas Económicas[4], permitindo o acesso legal à propriedade. [Fig.1, 3]



1. Bairro de Casas Económicas | Caselas, Lisboa

"Os bairros de casas económicas eram compostos de habitações unifamiliares, de um ou dois andares, independentes ou geminadas, cada uma com o seu próprio jardim. Estes bairros eram construídos directamente pelo Estado e destinados a funcionários públicos ou a trabalhadores filiados nos sindicatos nacionais patrocinados pelo regime. As casas eram pagas em prestações mensais ao longo de um período de 25 anos, findos os quais se tornavam propriedade da família"[5]



2. Bairros de Casas Económicas

Este decreto era dirigido às classes trabalhadoras, nomeadamente trabalhadores do sindicado ou funcionários do estado e propunha a construção e atribuição de Casas Económicas, *"em moradias de família com quintal"*[6] e em regime de propriedade resolúvel, ou seja, rendas amortizáveis em 20/25 anos, sendo que no final desses anos a casa passava para a posse do proprietário. Neste sentido, a Secção das Casas Económicas, da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)[7] assegurava a aprovação dos projectos e os respectivos orçamentos, a escolha dos terreno, a fiscalização da construção das mesmas e as posteriores obras de conservação.



3. Bairro de Casas Económicas | Encarnação, Lisboa, 1946

No entanto, as condições exigidas para concurso do agregado familiar à ocupação das Casas Económicas relativamente à situação profissional, idade e saúde, reduziam a percentagem dos candidatos.[8]

Entre 1933 e 1947, construiu-se cerca de 6000 Casas Económicas, distri-

4 | Decreto-lei n.º 23052 de 23 de Setembro de 1933.

5 | TEIXEIRA, Manuel C.- As estratégias de habitação em Portugal, 1880-p.79-80

6 | Decreto-lei n.º 23052 de 23 de Setembro de 1933: artigo 12º.

7 | Criada em 1929

8 | Consultar Decreto-lei nº 23052 de 23 de Setembro de 1933: artigo 2º e 33º.

buídas principalmente pelos grandes centros populacionais mas também no resto do país.[9] Tendo estes números em vista, o programa das Casas Económicas não era suficiente para responder ao aumento das famílias com necessidades económicas e carências habitacionais. O grande fluxo da população dos meios rurais para os centros urbanos - respondendo ao aumento da actividade pois o poder de aquisição por parte dos novos moradores era muito baixo.

Estes primeiros anos foram um marco no início da participação activa do regime com o objectivo de " *(...) promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos corporativos"*[10] para famílias com recursos económicos baixos. O programa das Casas Económicas foi repensado passados uns anos, principalmente devido ao elevado consumo de terreno e respectivos gastos com infra-estruturas.

"a lei de [19]33 foi abandonada, porque (...) o consumo de terreno e os gastos com essas estruturas eram enormíssimas. (...) colectores, abastecimentos, ruas (...) era muito caro" [11]

[Casas de Renda Económica]

Com o final da 2ª Guerra Mundial, encontramos uma espécie de momento charneira, onde o debate da habitação assume maior importância. Com as alterações políticas, económicas e do contexto social do país, o regime vê-se obrigado a repensar uma posição mais pragmática sobre o problema habitacional, dado que era visível que a grande maioria da população mal

9 | TAVARES, Maria – "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto : Faup, 2015- p.70

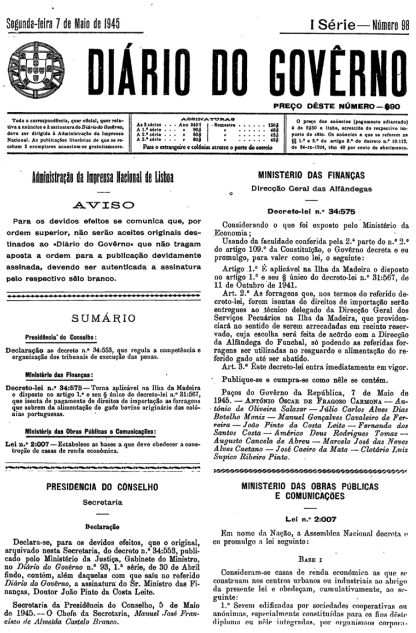
10 | Consultar Decreto-Lei nº 23 052 de 23 de Setembro de 1933, Artigo 1º.

11 | TAVARES, Maria, PORTAS, Nuno, FERNANDES, José Manuel, "Nuno Teotónio Pereira. Arquitectura e Contexto: uma experiência", Habitação para o Maior Numero. Portugal, os Anos de 1950-1980, IHRU e CML, Lisboa, 2013, p. 158.

alojada não se encontrava contemplada pelo decreto de 1933.

Em 1945, foi aprovada pela Assembleia Nacional, a lei nº 2007 de 7 de Maio, que surge como alternativa ao programa inicial do Estado Novo das Casas Económicas. [Fig.4] Com o agravar do problema habitacional, esta lei, conhecida como a *Lei do Arrendamento,* pretendeu anunciar, como o nome indica, o arrendamento como solução para uma grande faixa de população que não se encontrava contemplada no programa das Casas Económicas.

"Esta lei defendia o alargamento do programa a sociedades corporativas ou anónimas, organismos corporativos, empresas industriais, instituições de previdência social, entre outras"[12]


Segunda-feira 7 de Maio de 1945 — I Série — Número 98

DIÁRIO DO GOVÊRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — $90

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Govêrno» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo sêlo branco.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Declaração ao decreto n.º 34:553, que regula a competência e organização dos tribunais de execução das penas.

Ministério das Finanças:

Decreto-lei n.º 34:575 — Torna aplicável na Ilha da Madeira o disposto no artigo 1.º e seu § único do decreto-lei n.º 31:067, que isenta de pagamento de direitos de importação as forragens que sirvam da alimentação do gado bovino originário das colónias portuguesas.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

Lei n.º 2:007 — Estabelece as bases a que deve obedecer a construção de casas de renda económica.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria

Declaração

Declara-se, para os devidos efeitos, que o original, arquivado nesta Secretaria, do decreto n.º 34:505, publicado pelo Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro, no *Diário do Govêrno* n.º 93, 1.ª série, de 30 de Abril findo, contém, além daquelas com que saiu no referido *Diário do Govêrno*, a assinatura do Sr. Ministro das Finanças, Doutor João Pinto da Costa Leite.

Secretaria da Presidência do Conselho, 5 de Maio de 1945. — O Chefe da Secretaria, *Manuel José Fernandes de Almeida Custódio Branco.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

Decreto-lei n.º 34:575

Considerando o que foi exposto pelo Ministério da Economia;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aplicável na Ilha da Madeira o disposto no artigo 1.º e seu § único do decreto-lei n.º 31:067, de 11 de Outubro de 1941.

Art. 2.º As forragens que, nos termos do referido decreto-lei, forem isentas de direitos de importação serão entregues ao técnico delegado da Direcção Geral dos Serviços Pecuários na Ilha da Madeira, que providenciará no sentido de serem arrecadadas em recinto reservado, cuja escolha será feita de acôrdo com a Direcção da Alfândega do Funchal, só podendo as referidas forragens ser utilizadas no resguardo e alimentação do referido gado até ser abatido.

Art. 3.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 7 de Maio de 1945. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — Marcelo José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Lei n.º 2:007

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

Base I

Consideram-se casas de renda económica as que se construam nos centros urbanos ou industriais no abrigo da presente lei e obedeçam, cumulativamente, ao seguinte:

1.º Sejam edificadas por sociedades cooperativas ou anónimas, especialmente constituídas para os fins dêste diploma ou nêle integradas, por organismos corpora-

4. Primeira página da Lei nº2007 de 7 de Maio de 1945 no Diário da República.

Consideramos, tal como outros autores[13], que a questão do arrendamento foi um grande passo para potenciar o acesso de mais famílias a habitações dignas. No entanto e independentemente deste passo, a questão do arrendamento era vista "*com maus olhos*"[14] pelo regime, pois a construção de casas para alugar não fixava a população a um lugar. Ideal contrário ao que o regime defendia com a sua *casa própria e independente*.

O novo programa das Casas de Renda Económica, surgiu com o intuito de *"(...) cobrir o território colmatando as grandes lacunas dos bairros de "Casas Económicas", com uma tipologia mais "urbana" e com um regime de locação menos exigente, virado, não já para as populações operárias, mas para as classes médias, cujas carências habitacionais se consideravam como um dado novo da situação, e de cujo apoio o regime precisa."*[15]

12 | TAVARES, Maria – "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto : Faup, 2015- p.118.

13 | Como por exemplo Luís V. Baptista: BAPTISTA, Luís V., Cidade e Habitação Social, o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa, Celta Editora, Oeiras, 1999.

14 | PEREIRA, Nuno Teotónio - Escritos (1974-1966, selecção), p.206.

15 | Ibidem, p.207.

O programa era essencialmente dirigido a uma classe média que necessitava de apoio. Uma classe que se encontrava entre as duas que ocupavam o extremo da cadeia social: o funcionário, o empregado em actividades particulares e o homem das profissões liberais nomeadamente, chefes de família através de rendas mensais, mais baixas que as habituais, tendo em conta o rendimento do agregado familiar, não havendo discriminação de classes sociais no mesmo edifício. No entanto e para não haver abuso por parte de alguns agregados familiares, a condição para se poder manter o arrendamento de uma Casa de Renda Económica era estipulado pelo rendimento mensal do mesmo: quem tivesse um rendimento 6 vezes superior à renda, estaria proibido de a manter.

Apesar das condições e regalias que o regime propunha, não foi suficiente para que houvesse compreensão e entusiasmo pelos privados em responder ao apelo da cooperação para o investimento da construção de renda económica. As instituições de previdência social viram uma possibilidade de investir as suas reservas após o apelo do regime para a existência *"(...) de um organismo central dotado de poderes e meios precisos para estudo das necessidades e elaboração de medidas a promulgar no sentido de as atender, além da fiscalização e delineamento das regras indispensáveis que [deviam] presidir à construção e reconstrução de casas."*[16]

16 | Debates Parlamentares, III Legislatura, Diário das Sessões da Assembleia Nacional n.o 136, 8 de Fevereiro de 1945, p. 305-306.

1.2 |
HE: um projeto estratégico com princípio, meio e fim



5. Símbolo [transformado em carimbo] «Habitações Económicas» - Federação de Caixas de Previdência.

Abre-se em 1946 uma nova porta para a resolução do problema habitacional em Portugal, através do decreto-lei nº 35.611 de 25 de Abril.[17] O mesmo permitia ou ordenava a federações de instituições de previdência a realizar obras sociais, nomeadamente Casas Económicas e Casas de Renda Económica. [Fig.5]

Neste contexto, encontravam-se criadas as condições para a criação legal das «Habitações Económicas» - Federação de Caixas de Previdência [HE], um organismo semi-público, dependente do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, "*com o objectivo de contribuir para o fomento da habitação económica através da aplicação de capitais das ins-*

17 | Ver Decreto-lei nº 35611, de 25 de Abril de 1946.

tituições da previdência"[18] na construção de Casas de Renda Económica. 26 anos foi o período em que o organismo esteve activo, o mais longo no contexto da habitação em Portugal, sendo que foi responsável pela criação de importantes núcleos habitacionais em diferentes contextos urbanos e rurais.

[A experiência em Alvalade]

Como *"rampa de lançamento"*[19] das HE, o Bairro de Alvalade em Lisboa[20] foi a primeira aposta de financiamento do organismo apenas dois meses após a sua fundação.[Fig.6] As duas primeiras células do Bairro destinadas a Casas de Renda Económica, foram inteiramente financiadas por fundos da Previdência. Era pela primeira vez, proposta habitação económica em regime de arrendamento e também em edifícios de habitação colectiva.[21]



6. Bairro de Alvalade em construção, 1953.

As HE estariam encarregadas do financiamento dos contratos com fornecedores e empreiteiros, pagamento do custo do terreno para a construção e todos os custos com despesas de fiscalizações. Neste caso, a Câmara Municipal de Lisboa, teria a responsabilidade do plano geral de urbanização, com planos dos trabalhos a executar e programas respectivos.

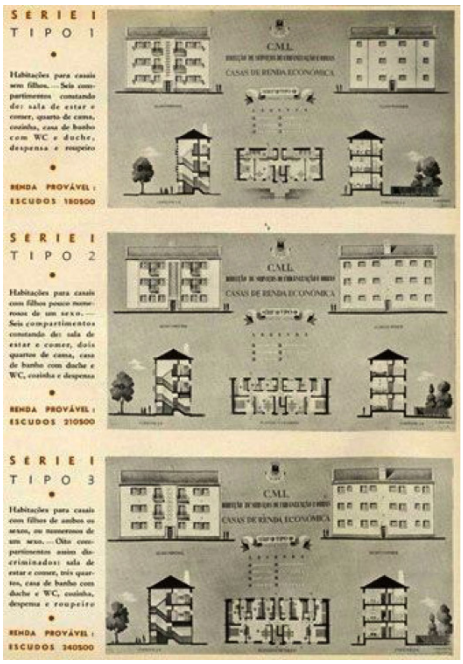
As habitações foram desenhadas para manter as rendas o mais moderadas possíveis sem descurarem os limites da boa habitabilidade. No entanto, importa referir que apesar das rendas baixas, isso não era sinónimo de má qualidade do projecto ou da obra, mas sim encaradas como um desafio

18 | TAVARES, Maria – "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto : Faup, 2015- p.86.

19 | PEREIRA, Nuno Teotónio- Escritos (1974-1966, selecção), p.207.

20 | O Bairro de Alvalade em Lisboa, foi o primeiro conjunto urbano integrado, que apostou no edifício de habitação plurifamiliar social.

21 | TAVARES, Maria – "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto : Faup, 2015- p.133.



7. Propostas de Miguel Jacobetty Rosa, Casas de Renda Económica, Série I, Tipo 1, 2 e 3, 1945.


8. Vila Nova de Famalicão, Casas de Renda Económica | Miguel Jacobetty


9. Évora, Casas de Renda Económica | Miguel Jacobetty

para a pesquisa intensiva sobre novos processos de projectar e construir.[22] As Casas de Renda Económica em Alvalade, projectos de Miguel Jacobetty Rosa enquanto funcionário da Câmara Municipal de Lisboa, [Fig.7] responderam aos pressupostos da lei[23] e foram a base experimental para seguintes propostas das HE, vencendo todas as expectativas.

Os pequenos alvalades que posteriormente foram surgindo pelo país, confirmaram que os fundos da Previdência faziam sentido no combate à crise habitacional sendo, neste caso, utilizados como projecto-tipo em centros de província. Casos como, Vila Nova de Famalicão (1950), Matosinhos e Évora (1951) ou ainda Guimarães (1952), apenas inovavam no que respeita aos materiais e técnicas locais. [Fig.8 e 9]

Esta primeira fase da intervenção das HE, apenas de recurso ao financiamento, foi importante para uma afirmação dos investimentos de capitais e da mobilização da construção de renda económica.

[O pragmatismo de Nuno Teotónio Pereira]

Nuno Teotónio Pereira, entrou para as HE num importante momento do arranque da estrutura do organismo. Após ter terminado o curso na ESBAL (Escola de Belas Artes de Lisboa) e ter passado por vários estágios com arquitectos, escolhe integrar a CML para acompanhar a construção da obra de Alvalade. A consciência sobre o problema da habitação em toda a sua complexidade, e a capacidade de identificar e registar as preocupações sobre as condições da habitação em conjuntos plurifamiliares, foram factores importantes que o tornaram um personagem importante no seio das HE.

22 | Ibidem, p.136.

23 | Máximo Limite de pisos, sistemas de acesso, número de divisões, entre outros. —ver Lei nº 2007 de 7 de Maio de 1945 : Base 1.

No decorrer do estágio centrado nas obras em Alvalade, o seu interesse pelo problema social da habitação é marcado pela colaboração com Costa Martins no 1º Congresso Nacional de Arquitectura em 1948, onde levaram o tema "Problema Português da Habitação"[24] a discussão, lançando uma nova perspectiva sobre o tema nas grandes cidades. [Fig.10] Defendiam que era tempo de afirmar a arquitectura moderna de forma a resolver o problema da habitação na cidade e na casa. Na sua tese identificaram dois grandes grupos sociais da população mal alojada: a classe proletária – defendendo a necessidade de acelerar e generalizar ao máximo o seu movimento ascendente - e a classe média - eliminando as causas que motivam o movimento descendente das mesmas.[25] Reclamavam a intervenção à escala da cidade, restruturando-a e dando ênfase às necessidades básicas de uma casa: dormida, higiene, lazer, alimento; obrigando a reorganizar o espaço doméstico. O Congresso de 1948 foi o momento de viragem na classe dos arquitectos, nomeadamente para Nuno Teotónio Pereira, cujas preocupações e reflexões foram importantes para a futura construção nas HE.



10. 1º Congresso Nacional de Arquitectura | sessão de trabalho, auditório IST.

Foi no rescaldo do Congresso, que Nuno Teotónio Pereira integra como efectivo os quadros técnicos das HE. Foi o primeiro arquitecto a integrar o organismo que até então era constituído apenas por engenheiros. Durante 10 anos foi o único arquitecto do organismo, e durante esse período procurou responder a um compromisso social, a uma relação com o contexto, com as tradições e com os utentes, sem perder os ideais do movimento moderno [construir sem preconceitos e sempre com a preocupação de construir bem].



11. "Habitações para o maior numero" | artigo de Nuno Teotónio Pereira.

Durante os primeiros anos, iniciou o acompanhamento dos pedidos para habitação para as várias caixas federadas, cooperando com as respectivas

24 | PEREIRA, Nuno Teotónio, MARTINS, M. Costa, "Habitação Económica e Reajustamento Social", in 1o Congresso Nacional de Arquitectura [edição fac-similada], Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2008, p. 248.

25 | Ibidem

câmaras, um trabalho mais burocrático. Nuno Teotónio Pereira pretendia responder aos pedidos das câmaras, mas rejeitando os projecto-tipo dos *pequenos Alvalades* replicados pelo país, sendo obrigado a reflectir sobre as necessidades desta rejeição tais como: as necessidades, as famílias, o lugar e a integração dos novos conjuntos com a malha da cidade.

"Participou activamente nas escolhas de terrenos, na definição dos programas, nas encomendas de projectos, produzindo os pareceres depois de frutuosas trocas de impressões."[26]

A renúncia do modo de actuação usando como modelo a tipificação das Casas de Renda Económica de Alvalade, veio dar importância à arquitectura que deveria ser valorizada a nível material e cultural no contexto em que se insere. Foi um passo determinante para a reflexão sobre o contexto da habitação. Era necessário compreender as necessidades e características sociais das famílias.

No entanto após manifestações contraditórias acerca do projecto-tipo, as HE passaram a encarar a situação em duas perspectivas: por um lado, seria importante ponderá-lo como uma espécie de *ponto de partida*[27] e não como resultado definitivo [conseguindo responder a um leque de solicitações, onde o arquitecto tinha a responsabilidade de acompanhar todo o processo de projecto, aperfeiçoando-o e adaptando-o às necessidades da população a alojar], por outro rejeitá-lo e apostar em projetos de raiz.

Durante a sua estadia no organismo como responsável, Nuno Teotónio Pereira participou e colaborou com outros técnicos nos seus projectos, tra-

26 | PEREIRA, Nuno Teotónio, "Um testemunho pessoal", Arquitectura e Cidadania, atelier Nuno Teotónio Pereira, Ana Tostões (coord.), Quimera, Lisboa, 2004, p. 45.

27 | A propósito ver tese de Doutoramento: TAVARES, Maria - "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto: Faup, 2015.

balhando em simultâneo no seu atelier. A década de 1950 foi marcada por experiências notáveis, marcando a transformação do ponto de vista da economia do espaço e do custo da construção assim como das necessidades das famílias juntamente com a vivência doméstica.

Se no início da década de 1950 as encomendas eram distribuídas por um número pequeno de arquitectos das cidades do Porto e Lisboa (através de amizades de Nuno Teotónio Pereira), no final da década o interesse de difundir o processo pelo país foi ganhando forma. Em 1958, o arquitecto Nuno Teotónio Pereira e após uma viagem a Itália com Nuno Portas, de onde trouxe importantes influências dos seus organismos congéneres, nomeadamente da INA-Casa, propõe a criação de uma Rede de Arquitectos Regionais que, trabalhando nas suas áreas de residência, conseguisse construir uma real relação entre a arquitectura e o sítio.

[Dois momentos, duas metodologias]

O domínio das intervenções das HE são caracterizadas por duas fases distintas e significativas: as Casas de Renda Económica (CRE)[28] ou as Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo (CCAAE)[29] que se sucedem do ponto de vista temporal, funcionando em paralelo a partir de 1958. A primeira, data de 1946 [no âmbito das acções das HE, apesar da lei ser de 1945] representa um conjunto significativo de agrupamentos construídos por todo o país, com o acompanhamento directo de Nuno Teotónio Pereira. A segunda mais conhecida por *Lei dos Empréstimos*, inicia em 1958 e está directamente relacionada com a descentralização que o organismo promoveu com a Rede de Arquitectos Regionais e com a entrada de João Braula Reis para chefiar o Gabinete de Estudos e Projectos (GEP).

28 | Casas de Renda Económica; Lei nº 2007 de 7 de Maio de 1945.

29 | Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo: Lei nº 2092 de 9 de Abril de 1958.

O final da década de 1950 como referido anteriormente, foi marcado por um momento de viragem e de restruturação do sistema montado pelo organismo. Com o esforço do financiamento de grandes operações urbanas, foi crescendo a motivação por parte dos arquitectos para a reflexão acerca da habitação num contexto mais rural.

Se a lei que promulgou o regime das Casas de Renda Económica [lei nº 2007], teve um impacto na construção nos meios urbanos e foi determinante para a descentralização do alcance da acção das HE, uma nova proposta de lei teve o intuito de reunir esforços para a permissão de empréstimos a uma nova camada de beneficiários. O único ponto em comum que estas duas leis teriam era a utilização dos capitais da previdência, cujas HE serviam de meio para a sua realização. O que se propunha, era *"uma cooperação mais aberta e extensa no fomento à habitação, não apenas nos meios urbanos mas também nas zonas agrícolas."*[30]

Esta proposta baseava-se num regime de empréstimos e era a esperança para outras camadas da população. Os beneficiários podiam ser particulares da previdência, para a construção da sua própria casa ou para a aquisição de uma; poderiam ser sócios efectivos das Casas do Povo, para a construção de habitação; ou poderiam ser entidades patronais, beneficiando de empréstimos para a construção de habitações para os seus empregados. No entanto poderiam perder o direito à habitação se deixassem de trabalhar nas respectivas entidades. A condição para tal acontecer definia-se apenas pela aquisição de terrenos pelo beneficiário.

Esta fase ficou marcada pela intensa investigação dos diferentes modos de habitar, acumulando experiências que aconteciam em paralelo com o In-

30 | TAVARES, Maria – "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto : Faup, 2015- p.381-382.

quérito à Arquitectura Regional Portuguesa[31], como consequência do congresso de 1948.[32]

O facto de se permitir os empréstimos individuais, possibilitou um contacto directo com os utentes, fazendo da discussão entre técnicos e população, uma mais valia, principalmente num contexto de cidades de província e meios rurais. A assistência do projecto e das obras era assegurada pelas HE e garantiam a vistoria dos terrenos, a elaboração dos projectos e a fiscalização das obras.[33]

Este novo programa foi a causa de toda a restruturação do organismo. A lei marcou de tal forma o interesse por parte dos beneficiários que obrigou a uma revisão sobre a forma de responder aos diversos pedidos. Foi necessário criar uma equipa de técnicos coesa, conforme Nuno Teotónio Pereira vinha a propor, ou seja, um Gabinete de Estudos e Projectos [GEP].

Até à extinção do organismo, ambos os programas responderam em paralelo, sendo que a condição do pedido é que determinava o envolvimento de cada um.

[O GEP e a Rede de Arquitectos Regionais]

É neste final da década de 1950 que é criado o Gabinete de Estudos e Projectos (GEP) das HE sediado em Lisboa. Este gabinete ajudou a criar um equipa jovem e dinâmica de arquitectos, sedentos de vontade em experimentar e testar novas formas de organização da casa e do espaço.

31 | A propósito ver tese de Doutoramento: TAVARES, Maria – "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto: Faup, 2015- p.292.

32 | PEREIRA, Nuno Teotónio, MARTINS, M. Costa, "Habitação Económica e Reajustamento Social", in 1o Congresso Nacional de Arquitectura [edição fac-similada], Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2008, p. 248.

33 | Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência, HE-FCP, [s.l.: s.n.], Agosto de 1966.

Com a ampliação dos quadros das HE, Nuno Teotónio Pereira vê-se obrigado a encontrar uma equipa que respondesse às necessidades do organismo. A alteração veio também, conforme já referido, com o desejo de dividir o país por zonas com o intuito de descentralizar o projecto por vários arquitectos residentes. Era uma espécie de gabinete de arquitectura, onde os projectos eram encomendados a profissionais jovens, permitindo que fossem distribuídos pelo território nacional, cujo conhecimento do local fosse o mais próximo possível da realidade. O facto destes arquitectos terem o conhecimento das realidades culturais locais e das necessidades da população, aumentou consideravelmente a qualidade dos projectos, pois conseguiam deste modo responder às exigências económicas ao mesmo tempo que renunciavam os projectos tipificados.

O momento da criação do GEP, foi também um momento de viragem na estrutura das HE, uma espécie de momento reforma, considerando que foi realizada uma reorganização e reavaliação do sistema após a criação da lei nº 2092[34] [que será abordada mais à frente].

Nuno Teotónio Pereira, deixou de ser responsável pela área de projeto, passando para a figura de consultor, dando apoio e pareceres técnicos em todas as fases do projecto, sendo ele individual, conjunto ou agrupamento.[35] Manteve-se até à extinção do organismo.

Para o substituir chamou João Braula Reis, um arquitecto jovem que conduziu o Gabinete de Estudos e Projectos de uma forma muito pouco burocratizada. Braula Reis já tinha aprofundado o tema da habitação económica enquanto estudante, o que permitiu abrir portas para este desafio.

34 | Ver Lei n.º 2092 de 9 de Abril de 1958 e TAVARES, Maria – "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto: Faup, 2015- p.379-380.

35 | TAVARES, Maria – "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto: Faup, 2015- p.391.

Como responsável, Braula Reis procurou construir uma equipa jovem, para responder às ambições das HE. Para conseguir responder a este desafio propõe três condições:

1| manter a relativa autonomia do grupo de trabalho que agora se formava, não se deixando "asfixiar num grande serviço público". Deste modo, conseguia "conservar liberdade de acção e concepção, mantendo o espírito dum atelier";[36]

2| recusar o princípio subjacente aos projectos tipo. Determinou, que cada caso devia ser alvo de um "projecto personalizado"[37], desde a unidade isolada ao agrupamento;

3| os técnicos que constituíssem a nova equipa, deveriam organizar um trabalho profundo de avaliação sobre construção económica da habitação.[38]

Foi com estas premissas que João Braula Reis iniciou o seu percurso nas HE, coordenando o GEP, que consistia num sector de estudos e num sector de projectos, relacionados com as obras a realizar. Para integrar o gabinete logo no seu início, convidou uma pequena equipa constituída por Bartolomeu da Costa Cabral e Vasco Croft de Moura.[39]

No sector de estudos, a vontade de sistematizar procedimentos no decorrer de projecto, passou a estar na ordem do dia, promovendo-se um sistema de planeamento e controlo de custos. Bartolomeu Costa Cabral lançou, assim, como proposta, desenhos de um conjunto de elementos funcionais tipo

36 | CROFT, Vasco - Arquitectura e humanismo : o papel do arquitecto, hoje, em Portugal. 1ª ed. Lisboa : Terramar, 2001, pág. 280.

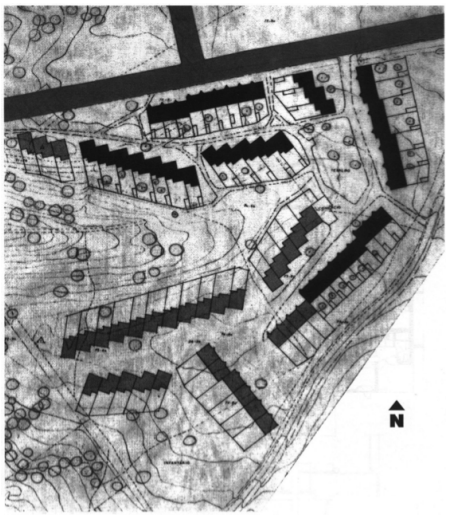
37 | Ibidem.

38 | Ibidem.

39 | TAVARES, Maria – "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto: Faup, 2015- p.394.

que, do ponto de vista construtivo e de equipamento, eram previamente testados e fornecidos aos projectistas, reduzindo os custos.

Foi neste contexto que um ambiente de laboratório sobre o estudo da casa se intensificou, com grande ênfase entre a dicotomia urbano/rural. Insere-se neste âmbito a primeira operação de Bartolomeu da Costa Cabral e Vasco Croft para a Casa do Povo da Chamusca (1959). [Fig.12, 13 e 14] Uma operação, *caso exemplar,*[40] que resolvia as questões funcionais da habitação, respeitando em simultâneo os hábitos locais e a tradição de um contexto profundamente rural. Foi uma proposta que introduziu uma visão diferenciada sobre o espaço comum da casa. Este acumulava funções partilhadas de vivência, do trabalho doméstico, da recepção de visitas, do articular do interior da habitação com o exterior. As casas do Bairro da Chamusca marcaram pela importância do contacto da equipa responsável com os futuros utentes e do testemunho sobre o uso do espaço, factores importantes que promoviam uma arquitectura que se pretendia humanizada. [41]



12. Agrupamento Casa do Povo da Chamusca, 1959| Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft | Planta implantação.



13. Agrupamento Casa do Povo da Chamusca, 1959 | Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft | Foto conjunto.



14. Agrupamento Casa do Povo da Chamusca, 1959 | Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft | Foto conjunto.

Com a criação do GEP e a necessidade da expansão da equipa, de modo a existir uma prestação de serviços que permitisse uma descentralização do projecto pelo país, foi criada também uma Rede de Arquitectos Regionais. A primeira proposta desta rede surgiu em 1958, a partir de interesses de Nuno Teotónio Pereira, cujo intuito era descentralizar o projecto por arquitectos devidamente qualificados, conhecedores da zona onde se ia inserir a obra. A formação da rede apresentou vantagens para a resolução dos diversos pedidos pelo território. [Fig.15]

40 | DUARTE, Carlos, RITA, Daniel Santa, "Bairro Económico da Chamusca. Comentário", Arquitectura, n.o 74, Mar 1961, p. 51.

41 | TAVARES, Maria – "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto: Faup, 2015- p.394.

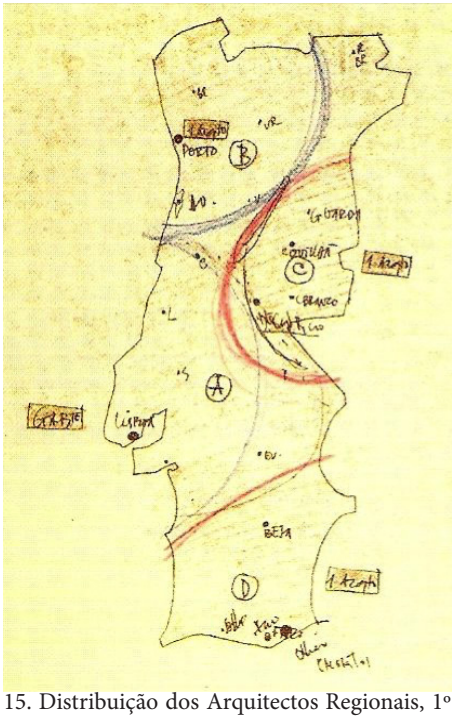
Esta rede previa, numa primeira fase, a divisão do país em 4 zonas:

A- Lisboa Setúbal, Évora, Santarém, Leiria e Coimbra;

B. Porto, Aveiro, Viseu, Vila Real, Braga e Viana do Castelo;

C- Bragança, Guarda , Castelo Branco e Portalegre;

D- Beja e Faro.



15. Distribuição dos Arquitectos Regionais, 1º esboço, 1958 | Nuno Teotónio Pereira.

Apenas no início da década de 1960, é que a Rede se formalizou. Ou seja, a primeira proposta de Nuno Teotónio Pereira entrou em vigor sob a alçada de João Braula Reis, determinando algumas alterações à proposta inicial. [Fig.16] As zonas de trabalho passaram a ser 8, no sentido de orientar os trabalhos para contextos específicos, onde o envolvimento da arquitectura com a tradição e as raízes conseguissem superar a tipificação, permitindo em simultâneo o aumento de oportunidades dos técnicos:

1-Porto;

2- Viana Castelo, Braga, Vila Real e Bragança;

3- Aveiro, Viseu e Coimbra;

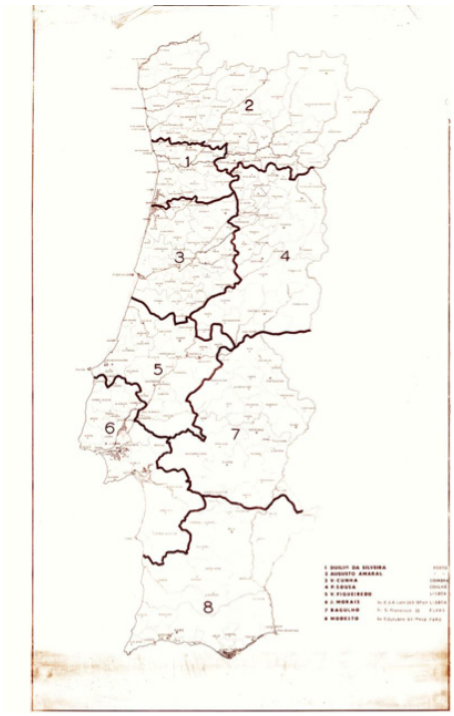
4- Guarda e Castelo Branco;

5- Leiria e Santarém;

6- Lisboa e Setúbal;

7-Évora e Portalegre;

8-Faro e Beja.



16. Distribuição definitiva dos Arquitectos Regionais.

Os arquitetos contratados para cada zona teriam de responder a toda a assistência técnica, nomeadamente a elaboração de projectos, pareceres técnicos e trabalhos relacionados com o estudo e execução das obras. No seu trabalho responsabilizavam-se por visitar os terrenos, levantamento topográfico, elaborar os projectos das diferentes fases [urbanística ou estudo-base, ante-projecto ou projecto e projecto de obra], manter o contacto com as HE e suportar a assistência técnica das obras nas diferentes fases.

O factor mais importante desta rede foi a relação dos arquitectos com os beneficiários, pois estavam mais próximos da zona em estudo. Segundo Bartolomeu da Costa Cabral, a descentralização do organismo, e o consequente contacto com as populações, teve resultados extraordinários.

[Fim]

A acção das HE termina oficialmente em 1972, sendo que por volta de 1969 já se sentia uma clima de instabilidade. Na altura, Nuno Teotónio Pereira manifestava *"(...) um total desânimo com as políticas habitacionais em vigor (...)"*,[42] durante o Colóquio Sobre Política da Habitação.[43] Apesar do reconhecimento do trabalho do organismo, as propostas de estruturação de uma política habitacional [e para tal propôs-se grupos de trabalho, com o objectivo de criar e regulamentar esta mesma estruturação, cujos esforços deveriam incidir na camada mais jovem de técnicos, e sensíveis à solução do problema] aquando do Plano Intercalar de Fomento (1965-67), as intenções não mostraram efeito. Passados 3 anos, o III Plano de Fomento, veio debater novamente os mesmo objectivos do Plano Intercalar de Fomento. Dever-se-ia valorizar o peso que a Previdência tinha no que respeita ao mercado da habitação programada em Portugal.

Em 1969, foi dado o reconhecimento da gravidade do problema. As HE financiavam exclusivamente o sector e os capitais do estado tinham sido reduzidos, pois foram desviados para outros sectores e previa-se o abandono da intervenção na construção de habitação.

A criação do Fundo de Fomento da Habitação (FFH) pelo Ministério das Obras Públicas (MOP), que veio confirmar as preocupações que Nuno Teotónio Pereira, tinha como objectivo centralizar num único organismo to-

42 | Ibidem p.504

43 | Ibidem p.504

das as intervenções na habitação económica, passando a trazer benefícios na promoção da habitação e na concentração de recursos. O MOP passou a ter a responsabilidade de participar em todas as fases do processo das habitações, tal como as HE já tinham. No entanto, as HE dependentes do Ministério das Corporações, continuariam a contribuir para o fomento da habitação durante pelo menos mais três anos, em actividade paralela ao FFH.

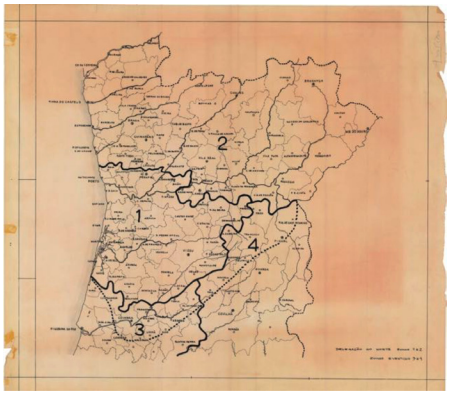
A 29 de Dezembro de 1972, o Decreto-Lei nº 587/72[44] levou à extinção dos organismos que não pertenciam à alçada do MOP, dando como extintas as «Habitações Económicas» - Federação de Caixas de Previdência. A partir desta data, o FFH passou a ser responsável por todos os novos programas de habitação.

Ao longo de 26 anos, as actividades do organismo marcaram o país pelo modo como se encarou a habitação económica e pelas mais variadas referências a nível arquitectónico e social. O arranque, marcado pela intervenção em Alvalade e que passou a ser dirigido por Nuno Teotónio Pereira, levou a realizações de experiências e novas estratégias de trabalho. Ao longo dos anos, foram aparecendo novas iniciativas e preocupações na prática do projecto, fomentadas pela experiência da resposta das HE. Sentiu-se vontade de investir num novo desafio com a criação do GEP, que parece-nos ter contribuído de forma positiva para a exposição que o organismo teve fora do núcleo de arquitectos. As HE não resolveram o problema da habitação mas foram acrescentando soluções de modo pontual, proporcionado o direito à Arquitectura através da habitação, sem ser apenas o direito à habitação.

44 | Ver Decreto-lei nº587/72 de 29 de Dezembro de 1972.

Capítulo 2

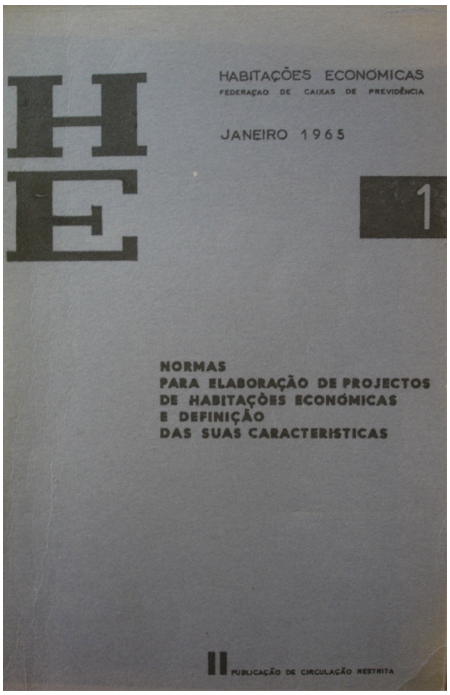
O Contexto das intervenções das HE no Norte de Portugal



17. Estudo da divisão de Zonas dos arquitectos regionais afectas à delegação Norte.

2.1 |
Delegação Norte

A denominada lei dos empréstimos[45] revelou-se determinante para a estrutura e metodologia de acção das HE. A mesma lei que impulsionou a criação do Gabinete de Estudos e Projectos, orientado por João Braula Reis e que permitiu a descentralização do trabalho por todo o território nacional, também orientou a criação da Delegação Norte do organismo.



18 . Capa do Boletim HE, nº 1 | Janeiro 1965

Foi então que, em 1960, Alcino Soutinho foi chamado a intervir e a ser responsável pela nova delegação das HE, cuja sede se localizava no Porto. A partir desta data, todos os pedidos que se localizassem acima da linha de Leiria eram dirigidos para o Porto, que geria todas as questões administrativas associadas. Abaixo da mesma linha, os pedidos dirigiam-se para a delegação central, em Lisboa. [Fig.17]

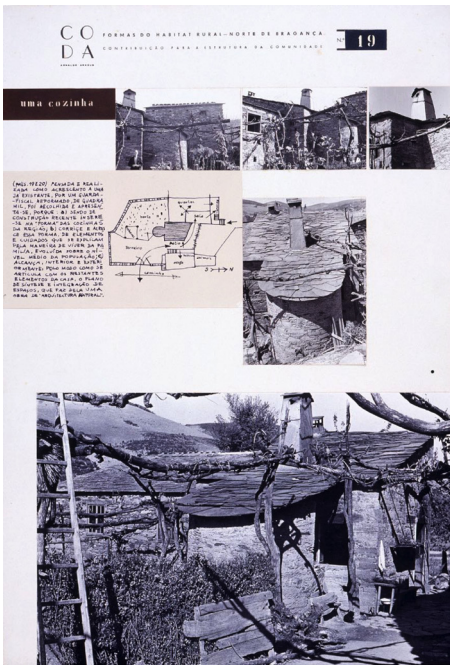
A acção das HE passaria a ser descentralizada, no entanto toda a actividade referente a formações, tratamento de informação para normalizar materiais, medições, pormenores tipo, entre outros que apoiavam tecnicamente os autores dos projectos permaneciam concentrados na delegação de Lis-

45 | Lei nº 2092 de 9 de Abril de 1958.

boa, no GEP. São então criados os *Boletins* de circulação restrita, onde as HE acumulavam informação pertinente, inteiramente relacionada com a habitação programada, de modo a promover os padrões de qualidade nas propostas. [Fig.18]

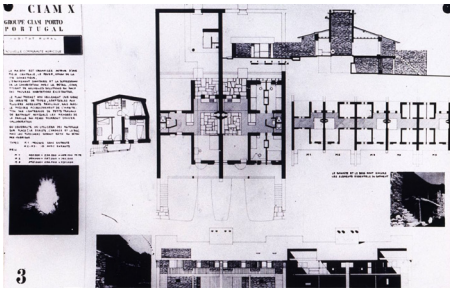
Apesar da importância da delegação central, a nova delegação orientada por Alcino Soutinho, passou a ter o privilégio de lidar com os arquitectos locais e de procurar elementos que demonstrassem a importância da diversidade regional da arquitectura do país.

[Aproximação ao rural: Espinhosela]



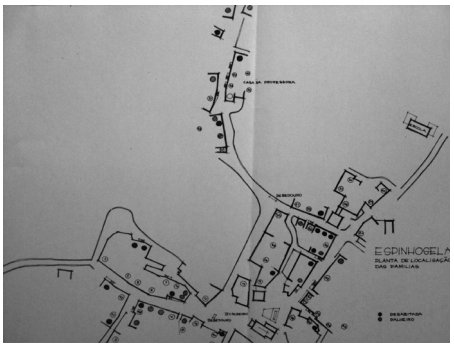
19. Prova CODA, Arnaldo Araújo

Espinhosela, uma aldeia transmontana perto de Bragança onde as condições de alojamento se apresentavam precárias, alojava 60 famílias. Foi este o cenário que as HE encontraram em visita e que suscitou uma enorme vontade de desenhar um plano piloto de recuperação, que pudesse ser replicado em outras aldeias de iguais circunstâncias de alojamento.



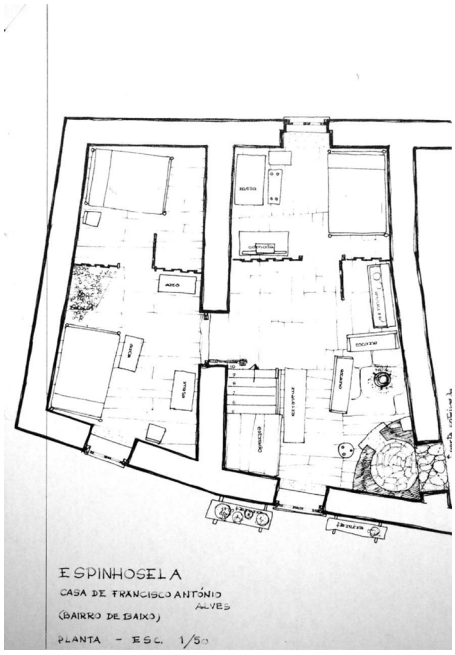
20. Proposta do grupo CIAM-Porto de um Habitat Rural. Nova Comunidade Agrícola

Com o início das funções da Delegação do Norte, o acompanhamento das operações seria feito por Arnaldo Araújo, responsável pela Zona 2 da Rede dos Arquitectos Regionais. A sua experiência e conhecimento da realidade transmontana tinham sido demonstradas na sua prova CODA,[46] "*Formas do Habitat Rural- Norte de Bragança. Contribuição para a Estrutura da Comunidade*", contribuindo para um reconhecimento efectivo da realidade do povo transmontano. [Fig.19] O seu trabalho provém da continuidade da experiência do grupo CIAM-Porto, onde Lixa Filgueiras, Carlos Carvalho Dias e Fernando Távora propõem um projecto denominado "*Habitat Rural. Nouvelle Comminauté Agricole*".[47] [Fig.20]

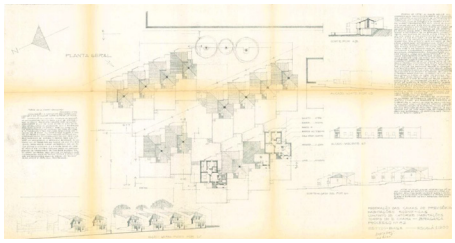

21. Planta da localização das famílias de Espinhosela | Arnaldo Araújo

46 | ARAÚJO, Arnaldo, Formas do Habitat Rural no Norte de Bragança. Contribuições para a estrutura da Comunidade, Trabalho de diploma (CODA), ESBAP, Porto, 1957.

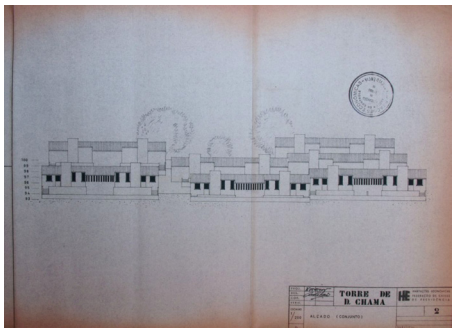
47 | A propósito consultar: COSTA, Alexandre Alves, MOTA, Nelson, "Nem neogarrettianos nem Vencidos na Vida. Uma pastora transmontana", in Monumentos, n.o 32, IHRU, Lisboa, Dezembro 2011, p. 151.



22. Levantamento da casa de Francisco António | Arnaldo Araújo



23. Painel de apresentação de proposta para o Agrupamento Casa do Povo Torre Dona Chama | Arnaldo Araújo, José Dias



24. Alçados da proposta de Alcino Soutinho para o Agrupamento Casa do Povo Torre Dona Chama

O estudo piloto de Espinhosela, propunha uma intervenção no mundo rural, proporcionado através da nova lei dos empréstimos. Neste caso, o interesse em recuperar a aldeia partiu de estudos das HE e não dos beneficiários. Esta acção demonstrava mais uma vez a vontade de aproximação ao mundo real. Assim, foi realizado um conjunto de inquéritos, em paralelo aos trabalhos que progrediam no gabinete da Delegação Norte, reconhecendo fragilidades, necessidades, vontades e essencialmente, modos de habitar no mundo rural.

Ao serem analisados os dados a equipa das HE, deparou-se com a necessidade de uma intervenção urgente, sendo ainda necessário um estudo mais aprofundado através de todo o levantamento da aldeia, incluindo o interior das habitações.[Fig.21-22] A intervenção em Espinhosela passou por aproveitar as estruturas existentes de forma a puderem introduzir alguns princípios modernos. Desta forma, os arquitectos poderiam diversificar e enriquecer a arquitectura do local, tendo em conta as raízes da aldeia.

Após esta intervenção, no decorrer da década de 1960 foram surgindo novas propostas de conjuntos para as aldeias transmontanas, como o caso da Casa do Povo de Torre Dona Chama em Bragança [Fig.23] ou Moura Mora, em Vila Real. Estas duas propostas não foram construídas a favor de propostas de Alcino Soutinho, [Fig.24] como responsável da delegação, fixando-se apenas em pequenas unidades para as Casas do Povo.

Com este conjunto de intervenções, *"(…) as HE pretendiam compreender formas de intervenção no mundo rural e, a verdade, foi que o objecto de trabalho que, aparentemente evidenciava maior facilidade de intervenção, acabou por se transformar num enorme desafio."*[48]

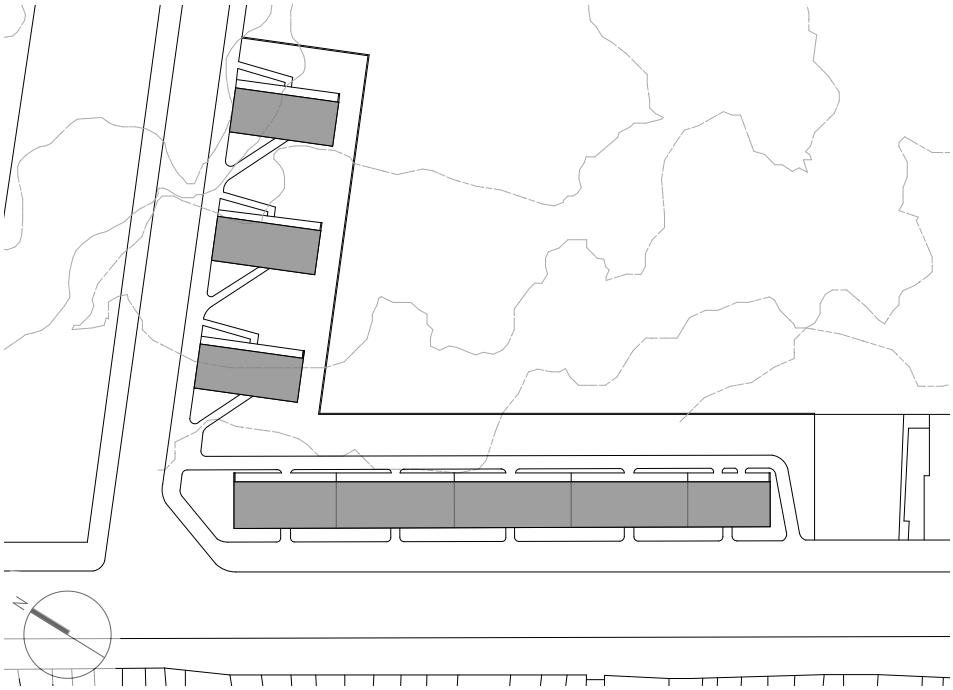
48 | TAVARES, Maria - "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto: Faup, 2015. p. 458.

2.2 |
O projeto e a obra

O Norte do país foi recebendo diversos tipo de intervenção no decorrer dos trabalhos das HE. Apesar de apenas em 1960 ser criada a Delegação Norte, já existia um sentimento urgente em permitir uma disseminação da acção do organismo. Nos Anos de 1950, os autores das operações eram definidos por afinidades de Nuno Teotónio Pereira e estariam localizadas maioritariamente em Lisboa e Porto. Rapidamente o projecto chegou a outros locais do país, marcando a rejeição à tipificação em virtude de uma aproximação às realidades físicas e culturais das populações.

Havia necessidade de repensar a forma como os novos agrupamentos se implantavam, como as habitações se interligavam, como os espaços da casa se relacionavam, como os equipamentos de proximidade seriam pertinentes no desenho dos espaços, entre outros. Este alerta para a mudança permitiu aos projectistas terem diferentes interpretações o que levou a uma forte evolução do percurso projectual das HE.

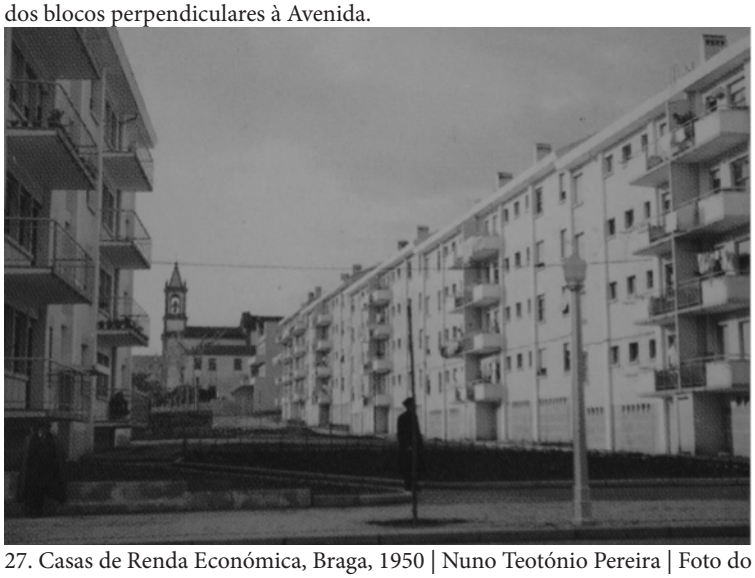
Salienta-se que todos os projectos agora apresentados, foram realizados ao abrigo da Lei n.º 2007, que promulga as Casas de Renda Económica.



25. Casas de Renda Económica, Braga, 1950 | Nuno Teotónio Pereira | Implantação [redesenhada] | S/escala.



26. Casas de Renda Económica, Braga, 1950 | Nuno Teotónio Pereira | Vista dos blocos perpendiculares à Avenida.



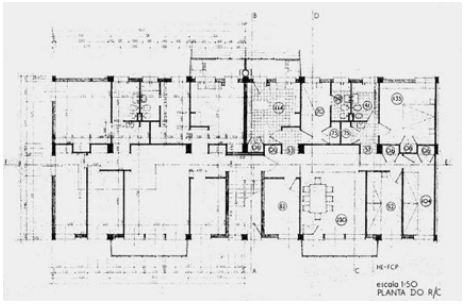
27. Casas de Renda Económica, Braga, 1950 | Nuno Teotónio Pereira | Foto do espaço comum entre blocos edificados.

1

Blocos da Previdência, Braga | Nuno Teotónio Pereira [1950]

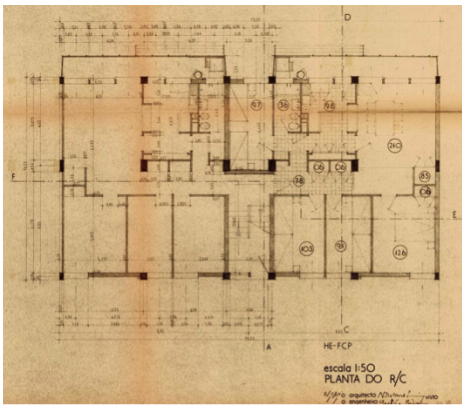
Em 1950, Nuno Teotónio Pereira projecta para Braga um agrupamento de Casas de Renda Económica.[49] O mesmo tem como premissa a ideal transição dos projectos tipificados de Casas de Renda Económica que Miguel Jacobetty desenhou para Alvalade, no âmbito do plano de Faria da Costa. Esta obra de Braga constitui-se como a primeira a ser idealizada e construída fora do conceito de projecto tipo, que Nuno Teotónio rejeitava.

Localizada num ponto central da cidade - numa das avenidas estruturantes - a proposta contemplava oito lotes de 4 pisos, e vieram permitir uma releitura do contexto, defendendo uma *"relação das novas construções com as preexistências e com o aglomerado da cidade. (...) [integrando] cada agrupamento (...) no contexto urbano existente."*[50] [Fig. 25]



28. Casas de Renda Económica, Braga, 1950 | Nuno Teotónio Pereira | Planta R/C tipo 7.

A implantação acompanhou a malha urbana e o crescimento da cidade para Sul, criou um logradouro aberto e permeável que permitia o atravessamento para o centro da cidade e procurou uma livre disposição dos blocos no terreno. A solução passou por romper a monotonia dos blocos sucessivos fechados ao colocar cinco dos oito blocos numa banda contínua à avenida principal e os outros três, isolados e implantados perpendicularmente a outra via que estava em construção, não fechando o quarteirão. [Fig.26-27]

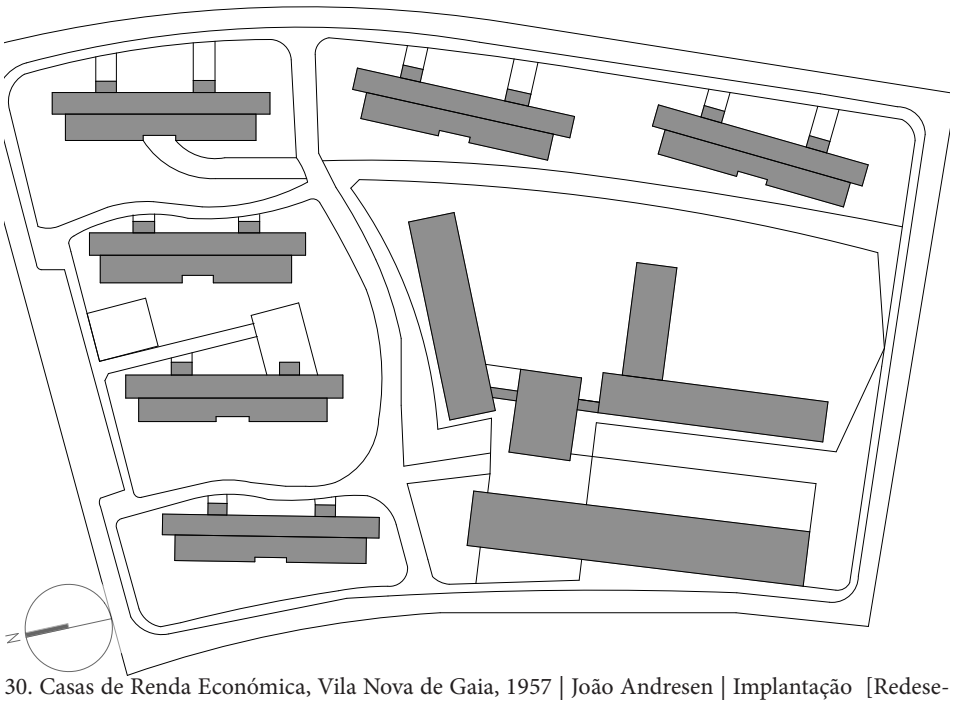


29. Casas de Renda Económica, Braga, 1950 | Nuno Teotónio Pereira | Planta R/C tipo 3/4.

O desenho das casas partiu de duas diferentes premissas: a primeira, cujo objectivo era alojar famílias numerosas, separou o espaço de estar comum da zona de serviços; a segunda, reflecte precisamente sobre o conceito de espaço comum e de vivência/permanência diurna, criando uma maior fluidez entre os diversos espaços. [Fig.28-29] Verificou-se que esta solução, foi sendo aperfeiçoada ao longo da década em outros projetos do promovidos pelo organismo.

49 | A propósito consultar: TAVARES, Maria - "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto: Faup,2015p.221-232

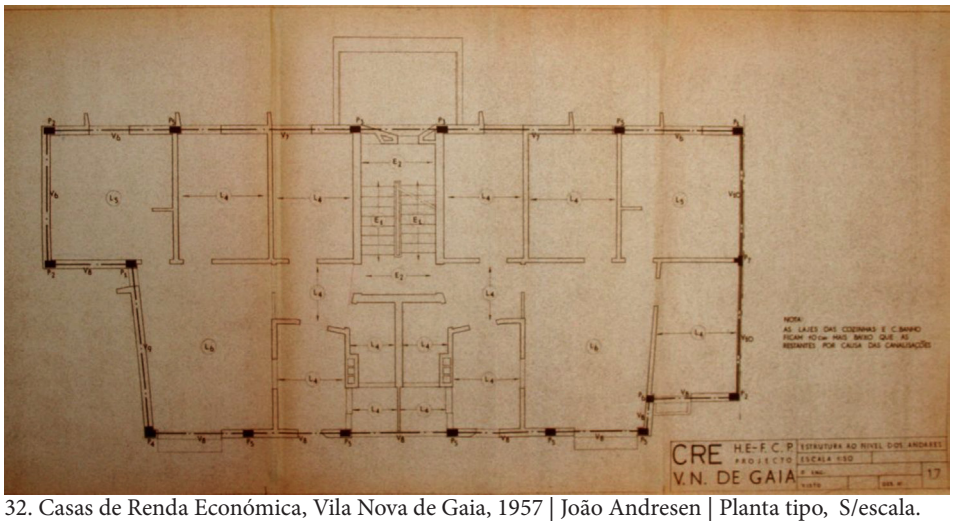
50 | TAVARES, Maria, PORTAS, Nuno, FERNANDES, José Manuel, "Nuno teotónio Pereira. Arquitectura e Contexto: uma experiência", Habitação para o Maior Numero. Portugal, os Anos de 1950-1980, IHRU e CML, Lisboa, 2013, p. 158.



30. Casas de Renda Económica, Vila Nova de Gaia, 1957 | João Andresen | Implantação [Redesenhado] S/escala.



31. Casas de Renda Económica, Vila Nova de Gaia, 1957 | João Andresen | Um dos edifícios.



32. Casas de Renda Económica, Vila Nova de Gaia, 1957 | João Andresen | Planta tipo, S/escala.

2

Bairro Cabo-Mor, Vila Nova de Gaia | João Andresen[51] [1957]

Com o avançar na década de 1950, surgem situações de compromisso com a cidade, como é o caso do Bairro Cabo-Mor em Vila Nova de Gaia, de João Andresen (1957).

Os seis edifícios de habitação foram orientados no eixo Norte-Sul, numa disposição livre no terreno, hierarquizando vias de acesso e disponibilizando espaço verde um contínuo, à imagem de soluções que a Carta de Atenas[52] sugeria. [Fig. 30-31]



33. Casas de Renda Económica, Vila Nova de Gaia, 1957 | João Andresen | Bloco de acesso.

O agrupamento de renda económica em causa possui o privilégio de usufruir de uma unidade escolar de 1º ciclo, o que representa um caso de sucesso com os princípios de orientação das HE: sempre que possível, equipamentos de proximidade contemplados nos planos, seriam de incluir, o que, infelizmente, raramente se verificou.

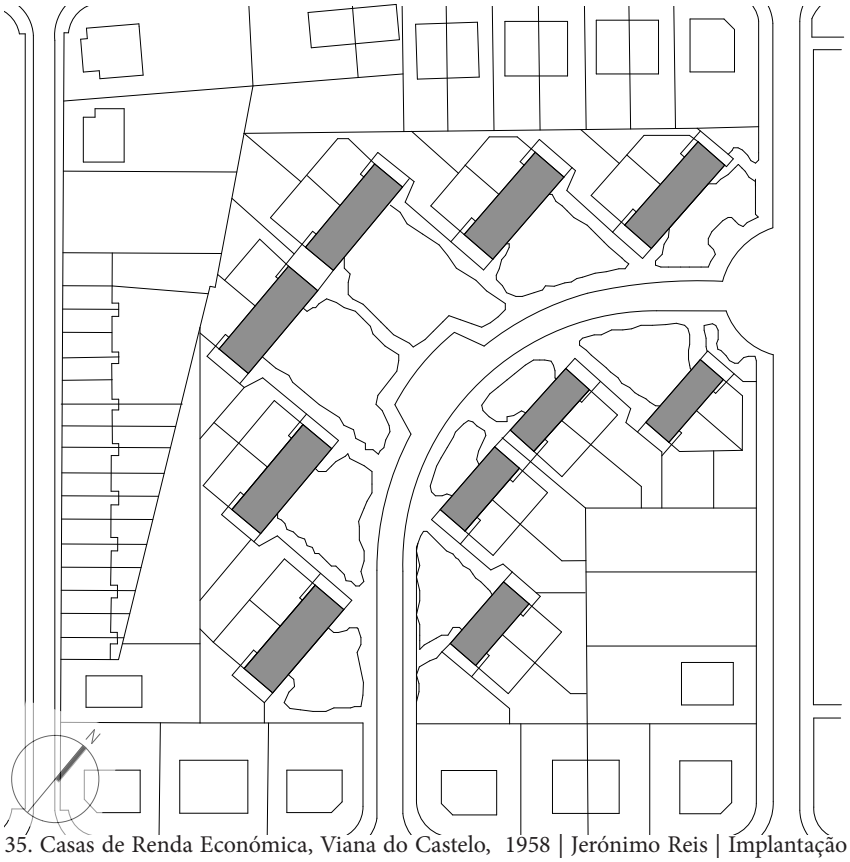
Os edifícios propostos por Andresen, possuem acesso vertical múltiplo com recurso a uma distribuição esquerdo-direito. O interior das casas foi desenhado por forma a anular ao máximo as zonas de circulação, resultando numa comunicação directa entre os quartos e a sala comum. [Fig.32] Se no caso de Braga, se partiu da distinção de zonas: serviço, diurna e noturna num caso e serviços/zona diurna de forma a criar privacidade à zona noturna noutro, a solução para Cabo-Mor apresenta uma visível unificação da zona diurna com a zona noturna. Ou seja, neste caso a redução das circulações é realizada na comunicação da sala com os quartos. A cozinha e a sala não apresentam uma solução unificada, existindo apenas uma pequena, mas importante comunicação através de um passa-pratos criando assim a chamada cozinha separada. Da cozinha, há acesso a um espaço exterior de serviço que marca a composição plástica da fachada pelo uso de uma grelha cerâmica, conferindo ao espaço privacidade. [Fig.33-34]



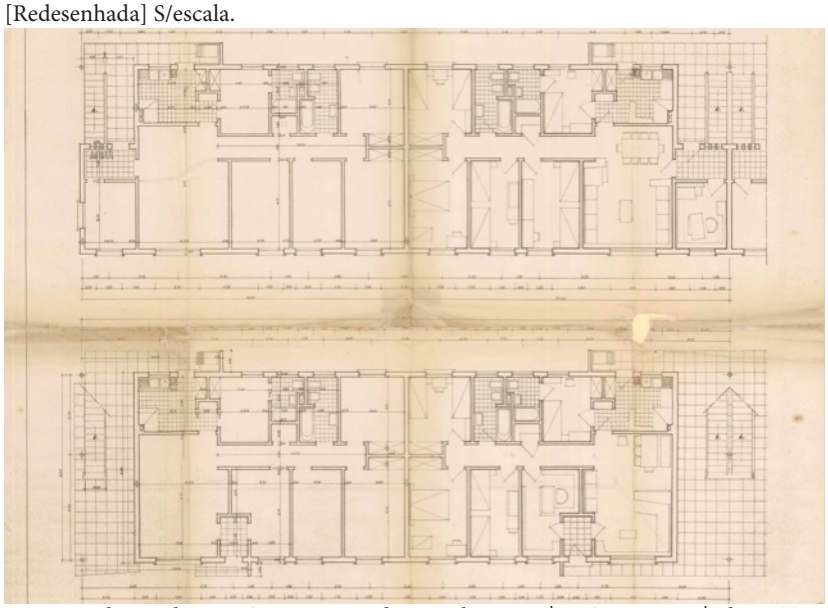
34. Casas de Renda Económica, Vila Nova de Gaia, 1957 | João Andresen | Topo de um dos edifícios.

51| A propósito consultar tese de Mestrado: SILVA, Sérgio Dias da – João Andresen: uma ideia de arquitectura. Dissertação de Mestrado Integrado, Faup 2007.

52 | "A carta de Atenas / C.I.A.M.; trad. Maria de Lourdes e F. Castro Rodrigues. - 1941, Capítulo 1



35. Casas de Renda Económica, Viana do Castelo, 1958 | Jerónimo Reis | Implantação [Redesenhada] S/escala.



36. Casas de Renda Económica, Viana do Castelo, 1958 | Jerónimo Reis | Planta T3.4 | S/ escala.



37. Casas de Renda Económica, Viana do Castelo, 1958 | Jerónimo Reis

3

Bairro do Liceu, Viana do Castelo | Jerónimo Reis[53] [1958]

O projecto do Agrupamento de Casas de Renda Económica em Viana do Castelo (1958), mais conhecido por Bairro do Liceu, foi desenhado por Jerónimo Reis, um relevante arquitecto nascido na cidade de Espinho. Ao contrário do caso de Braga apresentado, cujas implantação pretendia criar uma directa relação com a malha da cidade, o autor do Bairro do Liceu, propôs uma implantação marcadamente diferente da malha urbana, próximo do liceu da cidade e no interior de um quarteirão. [Fig.35] Se por um lado a disposição dos dez blocos era livre, por outro a colocação das peças era repetitiva dando a entender a ideia de conjunto. Uma questão pertinente no desenho dos projectos e da acção das HE, eram a quem se dirigiam os agrupamentos. Neste caso em específico existiam três tipos de beneficiários das habitações que diferiam nas suas profissões, estas seriam Hoteleiros (3 blocos), M. Mercantes (3 blocos) e Barqueiros (4 blocos).



38. Casas de Renda Económica, Viana do Castelo, 1958 | Jerónimo Reis

O que marca esta proposta das anteriores referidas é sem dúvida, os acessos directos ao primeiro piso de forma escultórica e permeável. [Fig.38-39] Com a criação deste elemento permitiu-se um local de acesso e ao mesmo tempo permitiu criar um nicho de trabalho para as diferentes profissões envolvidas no primeiro piso. No seu interior a sala apresenta um carácter de recepção que comunicava com o corredor de acesso aos quartos. [Fig.36-37]



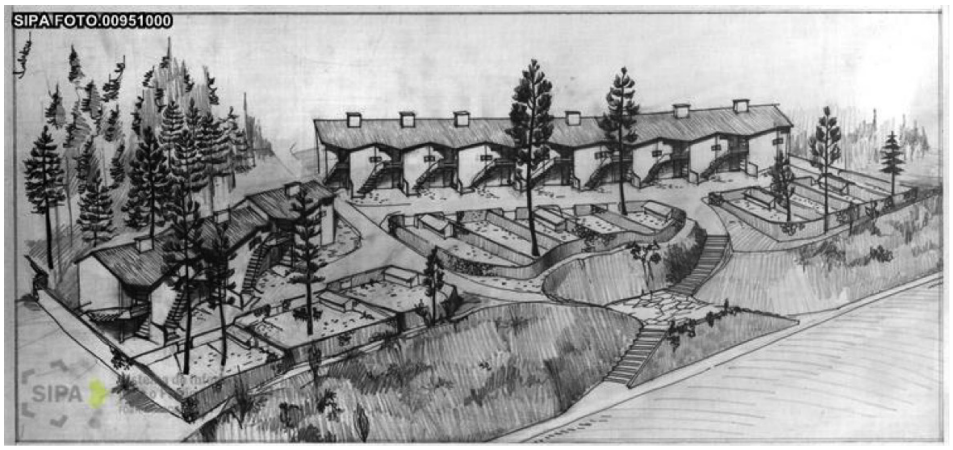
39. Casas de Renda Económica, Viana do Castelo, 1958 | Jerónimo Reis

Este caso, que se pensa ter sido realizado no contexto de um concurso juntamente com outro para Guarda, onde as questões que os projectos levantavam seriam idênticas, relacionavam-se com o sítio e com a cultural sociológica da população abrangida.

53 | Consultar tese de Doutoramento: TAVARES, Maria - "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto: Faup, 2015 p.263-265.



40. Casas de Renda Económica, Barcelos, 1959 | Nuno Teotónio Pereira; Nuno Portas | Implantação [Redesenhada] S/escala.



41. Casas de Renda Económica, Barcelos, 1959 | Nuno Teotónio Pereira; Nuno Portas | Desenho do conjunto.

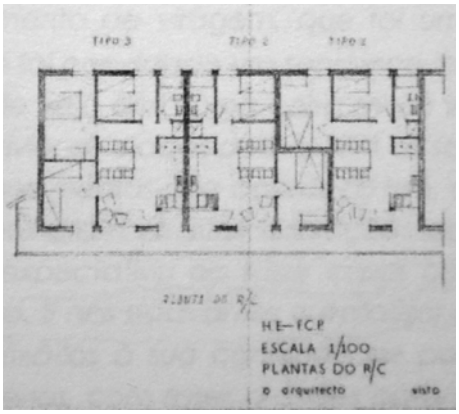


42. Casas de Renda Económica, Barcelos, 1959 | Nuno Teotónio Pereira; Nuno Portas | Vista do conjunto.

4

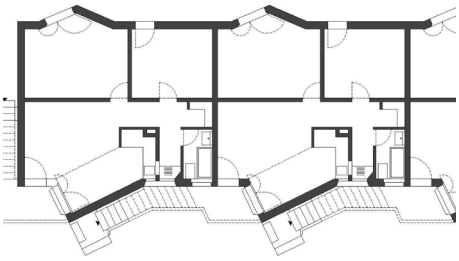
Bairro de Santa Marta, Barcelos | Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas [1959]

O projecto para o Bairro de Santa Marta em Barcelos de Nuno Teotónio Pereira, surge na sequência de um primeiro contacto da Secção de Barcelos do Sindicato Nacional dos Caixeiros do distrito de Braga com as HE. O pedido emerge numa fase de transição em que Nuno Teotónio Pereira enquanto coordenador das HE, ponderava utilizar projectos *ponto de partida*[54] para novas intervenções, sendo adaptável consoante o local de implantação ou as necessidades dos beneficiários. [Fig.40-41]



43. Casas de Renda Económica, Barcelos, 1959 | Nuno Teotónio Pereira; Nuno Portas | Primeira proposta .

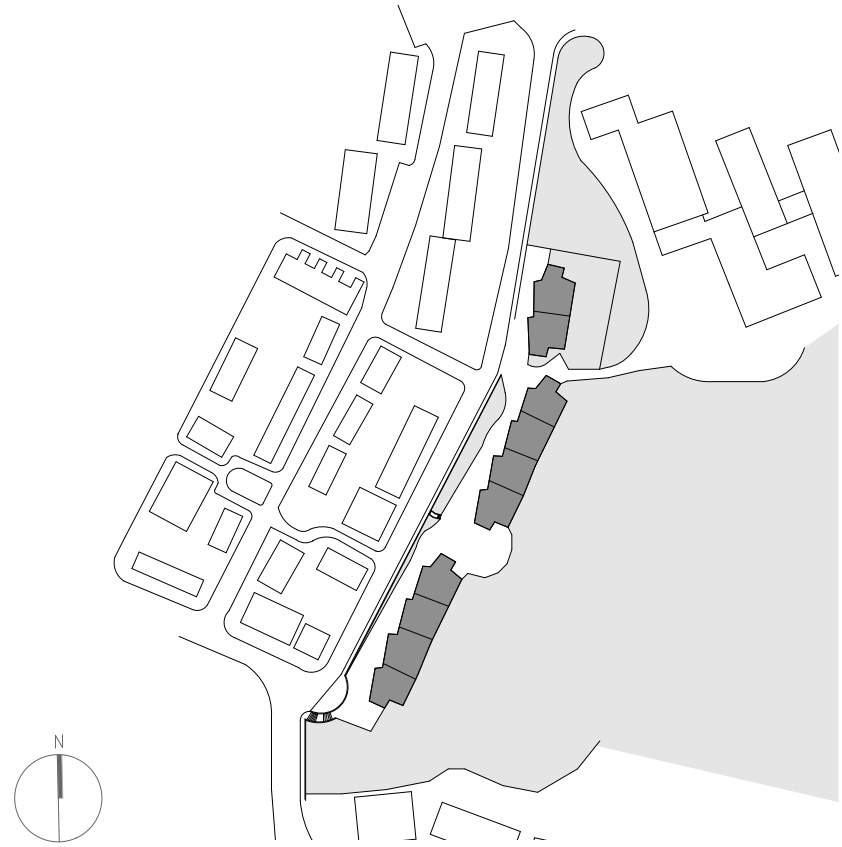
O primeiro esboço apresentado, tendo por base esses princípios, foi escolhido como ponto de partida para zonas similares, neste caso em contexto rural, cuja preocupação baseava-se na repetição de uma célula tipo. [Fig.43] O interior do fogo era caracterizado pela redução ao máximo das áreas de circulação, pela concentração das zonas de águas, criando uma relação muito directa com a sala comum, enquanto centro de toda a vida doméstica. Um espaço exterior, nem sempre contíguo às casas, oferecia zona privada para cultivo. A proposta final, após várias hipóteses, surgiu por volta de 1958 e apresentou uma imagem visivelmente enraizada na arquitectura popular, não só por questões de linguagem formal e materiais utilizados, mas igualmente pela importância que se dá à organização interna em torno do *fogo*. [Fig.42-44]



44. Casas de Renda Económica, Barcelos, 1959 | Nuno Teotónio Pereira; Nuno Portas |Proposta final | Planta tipo 2, piso 0.

O agrupamento passou a ser constituído por duas bandas de dois pisos e quebrou a rigidez de uma primeira proposta em bloco contínuo, adaptando-se à topografia do terreno e à paisagem. A volumetria, cujas saliências eram característica nos dois alçados ofereciam boa orientação e insolação aos fogos. No seu conjunto, era possível observar um sentido de unidade pela linguagem dos materiais usados e também pela cobertura única. O acesso ao piso superior era feito individualmente pelo exterior, através de uma escada em betão, contrastando com a fachada em granito da região.

54 |Ibidem. p.296-304.



45. Casas de Renda Económica, Vila Nova de Famalicão, 1964 | Nuno Teotónio Pereira | Implantação [Redesenhada] S/escala.



46. Casas de Renda Económica, Vila Nova de Famalicão, 1964 | Nuno Teotónio Pereira | Vista do Conjunto.

5

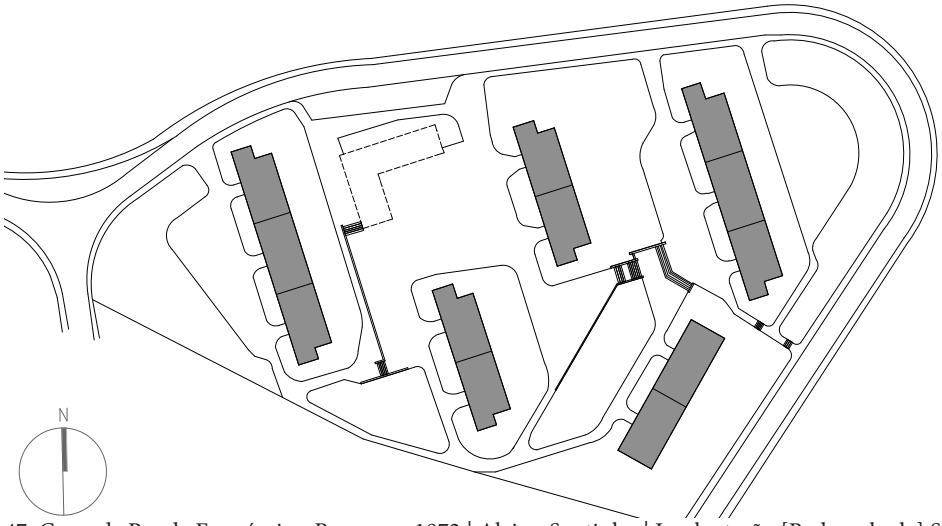
Bairro da Previdência, Vila Nova Famalicão[55] | Nuno Teotónio Pereira [1964]

A cidade de Vila Nova de Famalicão, após a intervenção dos primeiros capitais da previdência com a implantação dos projectos de Miguel Jacobetty por várias cidades de província, volta a beneficiar de outro conjunto de Renda Económica em 1964.

Já fora de uma fase de recusa do projecto-tipo, Nuno Teotónio Pereira utilizou os estudos que usou para Barcelos e replicou-os. [Fig.45] A diferença entre estas duas propostas será o tipo de acabamentos exteriores: a parte de granito é rebocado e pintado, as guardas são diferentes assim como o encontro da escada com o piso térreo. Estas alterações demonstravam que era necessário diferenciar do primeiro projecto e ao mesmo tempo adaptar ao contexto onde se inseria. [Fig.46]

Ambos as propostas, tanto para Barcelos como para Vila Nova de Famalicão, mostraram que era possível a partir de um suporte existente, enquadrar as circunstâncias e as necessidades individuais, cujo autor vai reavaliando consoante o contexto e o uso da família.

55 | Ibidem p.303.



47. Casas de Renda Económica, Bragança, 1972 | Alcino Soutinho | Implantação [Redesenhada] S/ escala.



48. Casas de Renda Económica, Bragança, 1972 | Alcino Soutinho | Vista principal dos blocos.

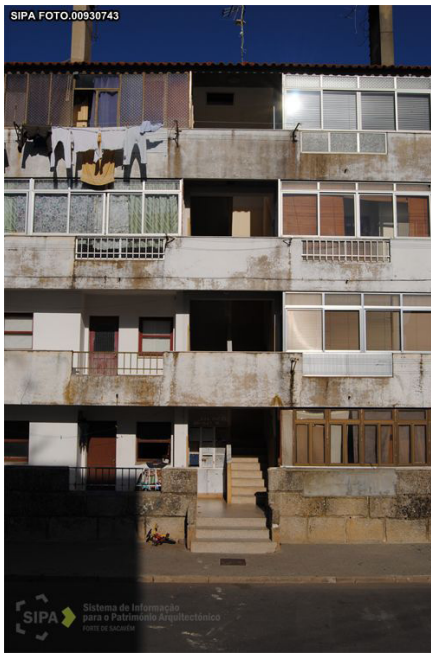


49. Casas de Renda Económica, Bragança, 1972 | Alcino Soutinho | Vista tardoz dos blocos.

6

Bairro da Previdência, Bragança | Alcino Soutinho [1972]

Numa fase da extinção do organismo, destaca-se o projecto de Alcino Soutinho responsável pela Delegação Norte, para a cidade de Bragança. O conjunto de Casas de Renda Económica da Previdência constituído por cinco blocos, [Fig.47] é considerada uma segunda fase da intervenção do organismo na cidade e marcou pela sua singularidade em termos de acesso ao fogo. [Fig. 48-49]



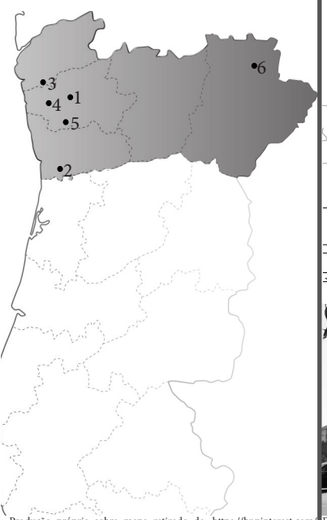
50. Casas de Renda Económica, Bragança, 1972 | Alcino Soutinho | Vista do sistema de acesso.

As hipóteses mais utilizadas pelos arquitectos nas propostas eram maioritariamente soluções de sistema vertical múltiplo ou escada comum. No caso da segunda fase em Bragança, Alcino Soutinho usou um sistema de acesso misto com galeria privativa para cada fogo, combinando o comum esquerdo-direito. [Fig.50] Na galeria de acesso ao fogo, que já por si era privativa era marcada por um portão de acesso. [Fig.51] Esta situação repetia-se em todos os pisos e conseguia elevar *"(...) todas as funções que uma casa unifamiliar beneficiava, nomeadamente a entrada mais formal, zonas de estar exteriores e zonas de tratamento de roupas."*[56] Esta solução é replicada na segunda fase do caso em estudo desta dissertação em Santo Tirso, que será exposto mais adiante.

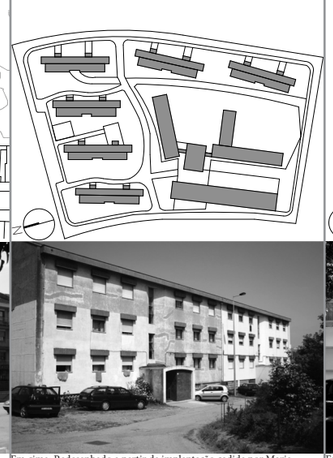
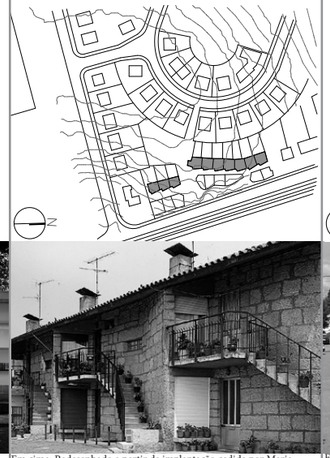
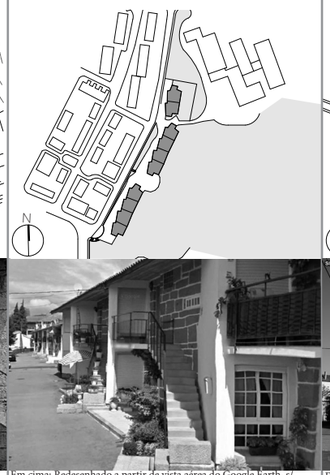
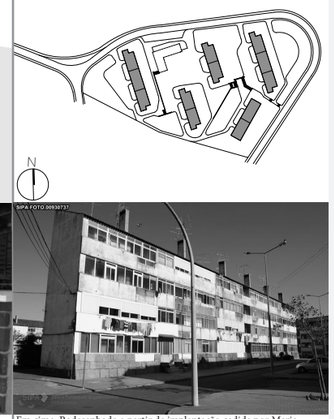


51. Casas de Renda Económica, Bragança, 1972 | Alcino Soutinho | Vista exterior das galerias.

56 | Ibidem. p.442.



Produção própria sobre mapa retirado de: https://br.pinterest.com/pin/799318633835108880/

	1 Blocos da Previdência	2 Bairro Cabo-Mor	3 Bairro do Liceu	4 Bairro de Santa Marta	5 Bairro da Previdência	6 Bairro da Previdência
						
	Em cima: Redesenhado a partir de implantação cedida por Maria Tavares, s/escala. Em baixo: cedida por Maria Tavares	Em cima: Redesenhado a partir de implantação cedida por Maria Tavares, s/escala. Em baixo: cedida por Maria Tavares	Em cima: Redesenhado a partir de implantação cedida por Maria Tavares, s/escala. Em baixo: cedida por Maria Tavares	Em cima: Redesenhado a partir de implantação cedida por Maria Tavares, s/escala. Em baixo: cedida por Maria Tavares	Em cima: Redesenhado a partir de vista aérea do Google Earth, s/escala. Em baixo: cedida por Maria Tavares	Em cima: Redesenhado a partir de implantação cedida por Maria Tavares, s/ escala. Em baixo: SIPA
Figura promocional	Casas de Renda Económica lei nº2007, 7 de Maio de 1945	Casas de Renda Económica lei nº2007, 7 de Maio de 1945	Casas de Renda Económica lei nº2007, 7 de Maio de 1945	Casas de Renda Económica lei nº2007, 7 de Maio de 1945	Casas de Renda Económica lei nº2007, 7 de Maio de 1945	Casas de Renda Económica lei nº2007, 7 de Maio de 1945
Plano	Habitações Económicas	Habitações Económicas	Habitações Económicas	Habitações Económicas	Habitações Económicas	Habitações Económicas
Projecto	Nuno Teotónio Pereira	João Andresen	Jerónimo Reis	Nuno Teotónio Pereira | Nuno Portas	Nuno Teotónio Pereira	Alcino Soutinho
Localização	Av. da Liberdade Braga 41º32'45.59"N 8º25'11.80W	Rua Bartolomeu Dias Vila Nova de Gaia 41º7'11.33"N 8º36'50.06"W	Rua Dr João Rocha Páris Viana do Castelo 42º01'25"N 8º37'55"W	Rua de Santa Marta Barcelos 41º32'4.21"N 8º36'30.27"W	Rua S. João Baptista Vila Nova de Famalicão 41°24'53.92"N 8°30'56.42"W	Rua Visconde da Bouça Bragança 41°48'1.92"N 6°45'57.02"W
Designação	Blocos da Previdência	Bairro Cabo-Mor	Bairro do Liceu	Bairro de Santa Marta	Bairro da Previdência	Bairro da Previdência
Data do Projecto	1950	1957	1958	1959	1964	1972
Data da Construção	_ _	_ _	_ _	1960 | 1962	_ _	_ _
Estrutura interna do bairro	Dependente do Sistema Viário	Independente do Sistema Viário	Independente do Sistema Viário	Independente do Sistema Viário	Independente do Sistema Viário	Independente do Sistema Viário
Dominante Tipo-morfológico	Blocos e Banda	Blocos	Blocos	Banda	Banda	Blocos
Habitação	Plurifamiliar	Plurifamiliar	Plurifamiliar	Plurifamiliar	Plurifamiliar	Plurifamiliar
Sistemas de Acesso	Vertical Múltiplo	Vertical Múltiplo	Acesso Directo	Acesso Directo	Acesso Directo	Vertical Múltiplo
Número de pisos	4	4	2	2	2	4
Universo	64 fogos	72 fogos	40 fogos	20 fogos	28 fogos	96 fogos
Equipamento	Sem equipamento	Escola [1958] Construída | João Andresen	Sem equipamento	Sem equipamento	Sem equipamento	Comércio

Quadro Síntese 1 - Habitação de Âmbito Económico no Norte de Portugal

2.3 |
A vida e a obra

[Bartolomeu da Costa Cabral]

O arquitecto responsável pela primeira fase do agrupamento das Casas de Renda Económica de Santo Tirso, foi Bartolomeu da Costa Cabral. Natural de Lisboa (1929 -), estudou na Escola Superior de Belas - Artes daquela cidade (ESBAL), iniciando o seu percurso académico em 1947. Logo no segundo ano surgiu um primeiro projecto para um conjunto de três casas de férias em Colares, juntamente com o colega João de Almeida.[57] Bartolomeu ficou encarregue de uma das casas, numa época de transição da arquitectura em Portugal: o rescaldo do I Congresso Nacional de Arquitectura. Esta primeira obra revelou a procura de uma nova arquitectura, que se integrasse na cultura portuguesa, estabelecendo ligações entre a linguagem moderna e as técnicas de construção de Portugal.

Entre 1952 e 1953, Bartolomeu da Costa Cabral integrou o atelier de Nuno Teotónio Pereira. Corria o ano de 1953, quando o atelier recebeu uma encomenda da Companhia de Seguros Fidelidade em Lisboa(1953-1956), feito em co-autoria entre Bartolomeu da Costa Cabral e Nuno Teotónio Pe-

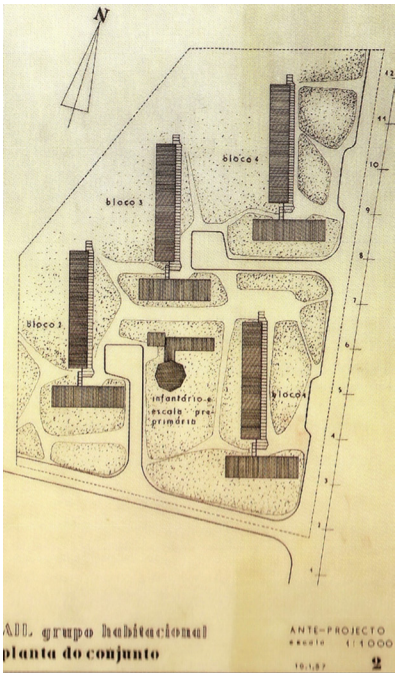
57 | COUTO, Mariana de Oliveira; Bartolomeu Costa Cabral, Arquitecto in 18 Obras, p.156.

reira. O projecto destacou-se na arquitectura da década de 1950, por uma organização idêntica a uma Unidade de Habitação Corbusiana, procurando responder a novos e modernos modos de habitar. [Fig.52]



52. Bloco das Águas Livres.

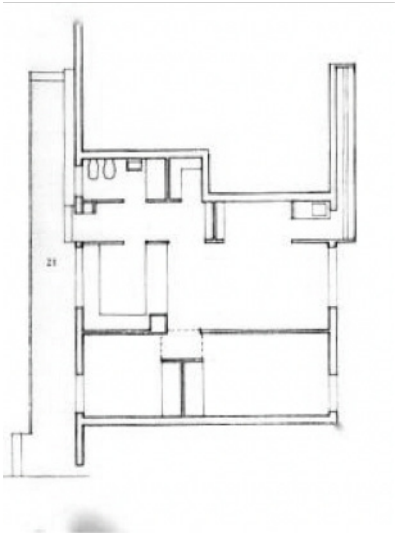
Em 1957 juntamente com Teotónio Pereira, participa no projecto de um conjunto habitacional para a Associação de Inquilinos Lisbonenses (AIL), com uma casa, construída à escala real - uma *Casa Protótipo* - para fazer parte da exposição "O Cooperativismo Habitacional do Mundo"[58], demonstrando o interesse da participação por parte dos utentes na concepção do projecto[59]. [Fig.53-54]



53. Unidade de Habitação Coop., AIL, 1954 | Nuno Teotónio Pereira, Bartolomeu da Costa Cabral | Planta conjunto

Entre 1954 e 1959, trabalhou no Gabinete de Estudos de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa, desenvolvendo estudos sobre escolas, nomeadamente o caso do projecto da Escola do Castelo que marcou a carreira do arquitecto como primeiro projecto individual, cujas inspirações segundo o arquitecto, se baseiam nas escolas suíças e inglesas da época.[60] O arquitecto revelava uma preocupação na localização das intervenções, dando importância à história do local e à polivalência dos espaços comuns.

Durante a sua estadia no atelier de Nuno Teotónio Pereira, colaborou principalmente com projectos de habitação, nomeadamente o caso do Bloco das Águas Livres e projectos de habitação económica entrando nas HE em 1959, cujas preocupações demonstradas na Escola do Castelo seriam postas em prática no organismo.



54. *Casa Protótipo* | Planta

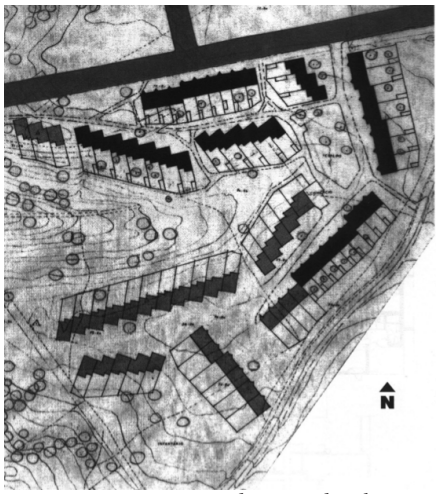
A sua entrada no organismo, surgiu na restruturação dos quadros das HE, no decorrer da Lei nº 2092, conhecida por *Lei dos Empréstimos*.[61] A inte-

58 | PEREIRA, Nuno Teotónio, "Um percurso na profissão", in Escritos (1947-1996, selecção), Faup publicações, Porto, 1996, p. 159-160.

59 | No final da visita à Casa *Protótipo,* os visitantes eram convidados a preencher uma pequena ficha, onde podiam dar opinião sobre a organização da casa, materiais, entre outros.

60 | COUTO, Mariana de Oliveira; Bartolomeu Costa Cabral, Arquitecto in 18 Obras, p.156.

61 | Lei nº 2092 de 9 de Abril de 1958.



55. Agrupamento Casa do Povo da Chamusca, 1959| Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft | Planta implantação

gração de Bartolomeu da Costa Cabral surge numa fase inicial, de "*espírito de atelier*"[62], liderado por Braula Reis e constituído também por Vasco Croft de Moura. Inicialmente, trabalhou como técnico do Gabinete de Estudos e Projectos (GEP) dando contributos para o importante laboratório de estudo da casa que se pretendia constituir.

Permaneceu nas HE até 1968 e durante os nove anos, trabalhou na legislação sobre habitação económica, juntamente com Braula Reis ao mesmo tempo que colaborou em diferentes projectos. Entre eles, o Bairro da Chamusca de 1960 com Vasco Croft de Moura, constituído por 11 blocos habitacionais em banda, implantados conforme o terreno e de forma espontânea, conciliando o programa com o sítio. [Fig.55-56]



56. Agrupamento Casa do Povo da Chamusca, 1959 | Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft | Planta

"O projecto da Chamusca (...), tem uma cozinha aberta que é o centro da casa, o grande elemento de reunião", pois "uma habitação com pessoas que não têm criadas, a peça principal não é a sala de estar, nem a sala de visitas, o principal é o fogo, é o sítio onde a pessoa está a cozinhar, onde a família se reúne".[63]

Este projecto, o primeiro de uma série de conjuntos destinados a trabalhadores rurais, avançou com a abordagem de aproximação ao contexto rural e à aproximação às tradições e hábitos locais e ao uso de materiais e técnicas de construção tradicional.

Na proposta de um conjunto para o topo poente dos Olivais- Sul com Vasco Croft de Moura e Joaquim Cadima, marcou um cruzamento de intervenções rurais/urbanas. Apesar do contexto diferente, foi possível observar a mesma posição forte do projecto da Chamusca quanto aos espaços

62 | COUTO, Mariana de Oliveira; Bartolomeu Costa Cabral, Arquitecto in 18 Obras, p.156.

63 | TAVARES, Maria, Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas, Um Percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal, Dissertação de Mestrado, FA-UTL, Lisboa, 2003, p. 254.

domésticos e à relação dos mesmos com o exterior, que pretendiam que fossem comuns.

Ambos os projectos contemporâneos com o projecto de Nuno Teotónio Pereira para o Bairro de Santa Marta em Barcelos, foram trabalhos que apresentaram a intenção de sair das cidades principais do país e que permitiram avaliar o que estava a acontecer nos anos 1950, revelando uma preocupação crescente das necessidades da sociedade.

Integrou a direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos (1965) e a comissão que organizou o I Colóquio do Habitar (1960), juntamente com Nuno Portas, Peres Fernandes, Rui Mendes Paula, Raul Chorão Ramalho, Octávio Lixe Filgueiras e Coutinho Raposo. No debate do Colóquio *"Costa Cabral (...) opõe-se à excessiva redução das áreas mínimas das habitações, defende a racionalização e industrialização da construção, sublinha a necessidade de conferir à habitação flexibilidade necessária à vida e ao tamanho das famílias e sua evolução (...). Evidencia uma preocupação com a criação de "quadros de vida" dos conjuntos para responder às necessidades dos utentes (...)."*[64] Foi neste contexto que Costa Cabral intensificou a importância do arquitecto saber aprofundar o conhecimento acerca dos destinatários da habitação e de conhecer através do contacto directo com os futuros habitantes as suas necessidades.

Em 1962 ganhou o 2º Prémio Nacional de Arquitectura da Fundação Calouste Gulbenkian pela concepção do Bloco das Águas Livres juntamente com Nuno Teotónio Pereira. Durante os anos seguintes, viajou para Paris e mais tarde para Londres de forma a conhecer as soluções para as habitações de carácter económico, assim como o aprofundamento das soluções para a industrialização da construção, propondo no organismo a criação

64 | COUTO, Mariana de Oliveira; Bartolomeu Costa Cabral, Arquitecto in 18 Obras, pag.159.



57. Universidade da Beira Interior, Covilhã | Biblioteca.



58. Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Guimarães.



59. Instituto Politécnico de Bragança.

dos *Boletins* e do desenho de pormenores-tipo, de forma a agilizar os pedidos. Bartolomeu da Costa Cabral, apresentou a suspensão dos serviços das HE em 1968 e deu aulas até 1970 na ESBAL.

No seu contexto profissional, trabalhou no Gabinete de Planeamento e Arquitectura (GPA) durante três décadas onde desenvolveu trabalhos de grande dimensão, principalmente planos de urbanização como o Plano de Recuperação da Brandoa (1971), o Plano de Urbanização da Falagueira (1973) ou o de Almada (1975) e edifícios para o ensino superior, nomeadamente a Universidade da Beira Interior, na Covilhã (Fase I – Fase V, 1972-1991), [Fig.57] que foi iniciado no GPA mas desenvolvido no seu próprio atelier, tornando-se a obra mais longa e continuada do autor. De edifícios escolares pode-se também sublinhar a Escola de Engenharia da Universidade do Minho (1986) [Fig.58] e o Instituto Politécnico de Bragança (1986). [Fig.59]

Durante as décadas seguintes trabalha com o GPA e em atelier próprio. Após o 25 de Abril, volta a trabalhar com Nuno Teotónio Pereira até finais da década de 1990. Se no GPA, trabalhou em projectos de grandes dimensões, no seu atelier conseguiu trabalhar em projectos de diversas escalas e programa como é o caso da Casa na Rua da Verónica (1973-1975) e o bairro do Pego Longo (1976) no âmbito do processo do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), onde se voluntaria.

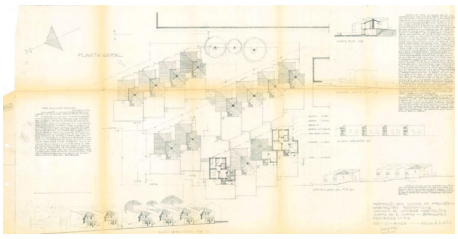
Durante o seu percurso profissional, Bartolomeu da Costa Cabral apresentou uma arquitectura com variedade de escalas, programas e linguagens. Recusou pré-conceitos e "*persegue, na arquitectura, o bem-estar de quem nela se demora.*"[65] Acreditou que não é possível projectar e construir sem olhar para os conceitos e soluções do passado, tentando construir obras

65 | Ibidem. p.168.

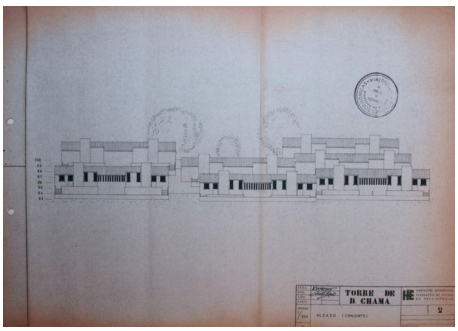
que demonstrem continuidade com o existente, com os modos de vida, de linguagem, com a cidade.

[Alcino Soutinho]

Alcino Soutinho (1930-2013), natural de Vila Nova de Gaia foi o arquitecto responsável pela segunda fase do Agrupamento de Casas de Renda Económica de Santo Tirso. Ingressou em 1948 no Curso de Escultura da Escola Superior de Belas artes do Porto (ESBAP) terminando em 1957, com uma prova final que representava o seu interesse pela cultura americana e pela arquitectura orgânica de Frank Lloyd Wright. A nota da sua prova final valeu-lhe um bolsa que permitiu que viajasse para Itália, onde pôde registar a atenção do país de acolhimento para o restauro, a recuperação e conservação do património cultural numa fase de pós-guerra. Esta viagem concedeu ao arquitecto ferramentas e inspiração para as suas obras.



60. Agrupamento Casa do Povo Torre Dona Chama | Arnaldo Araújo, José Dias | Painel de apresentação proposta



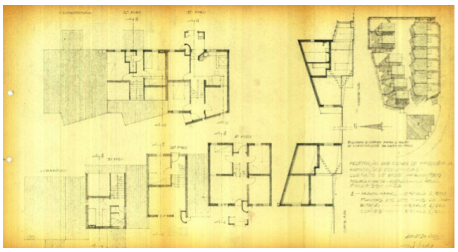
61. Agrupamento Casas do Povo Torre Dona Chama | Alcino Soutinho | Alçados conjunto

Durante dez anos (1954 e 1964), enquanto estudante e no início de carreira, Alcino Soutinho trabalhou com Januário Godinho, José Carlos Loureiro, Arménio Losa, Octávio Filgueiras e ainda João Andresen e Fernando Távora. Em 1959 apresentou uma proposta para o Monumento aos Calafates, com os colegas Lagoa Henriques e Álvaro Siza Vieira para primeira Exposição extraescolar dos Alunos da ESBAP, que não foi concretizado.

O pensamento arquitectónico de Alcino Soutinho mostrava-se diferente do que se aprendia na escola do Porto, sendo referido como o *"arquitecto da excepção da Escola"*[66], pois apesar de em termos de conceito, de princípios, da linguagem da ideologia da Escola do Porto, Alcino considera-se transgressor em termos formais. O arquitecto trabalhou de forma a conseguir relacionar-se com o utente sem fazer uma solução à "arquitecto", que significava fazer o muito bonito mas sem responder à realidade e às exi-

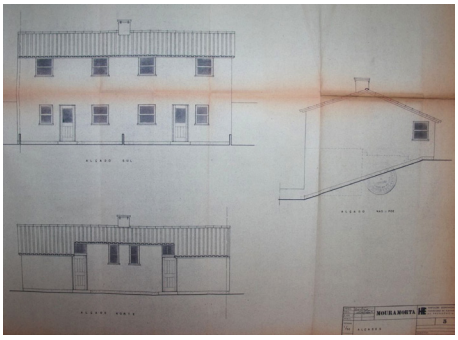
66 | LOPES, Nuno Lacerda, Arquitectura e modos de habitar, conversa com Arq. Alcino Soutinho p. 18.

gências que os utentes precisavam.[67] Sendo a sua formação de Beaux-Artes de Paris, a estrutura e o principio baseia-se na elaboração de projectos e construir muito, pois só assim se aprende e aperfeiçoa.



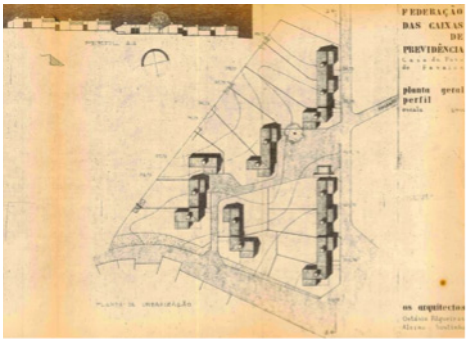
62. Agrupamento Casa do Povo Moura Morta | Arnaldo Araújo, José Dias | Plantas e perfil

No ano de 1960, integrou os quadros das HE, tornando-se o responsável pela Delegação Norte. O seu interesse pela proximidade com o contexto do local e com a realidade dos utentes foi uma das principais razões para a escolha como responsável. No decorrer do seu percurso nas HE, Alcino Soutinho é responsável pela investigação da casa e dos modos de habitar e da diversidade da arquitetura regional, com a intenção de compreender as formas de intervenção no contexto rural.



63. Agrupamento Casa do Povo Moura Morta | Alcino Soutinho | Alçados

Surgem novas propostas para diferentes aldeias do concelho de Bragança, com escalas pequenas e muito adaptadas ao sítio. No ano de 1963, Arnaldo Araújo e José Dias propõem para os sócios efectivos da casa do Povo de Torre Dona Chama em Bragança, [Fig.60] um conjunto de 14 casas e para a casa do Povo de Moura Morta em Vila Real,[Fig.62] um conjunto de 12 casas, que permitiam utilizar os desnível dos terrenos de forma a individualizar as funções da casa. Ambas as propostas, não são construídas, dando lugar a projectos de Alcino Soutinho. [Fig.61-63]

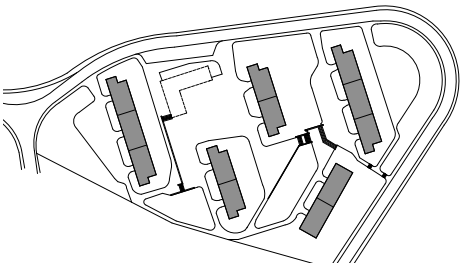


64. Agrupamento para a Casa do Povo de Favaios | Octávio Lixa Filgueiras, Alcino Soutinho

Mais tarde, trabalhou com Octávio Lixa Filgueiras para a Casa do Povo de Favaios em Alijó, Vila Real, num conjunto de 14 casas. Neste projecto, ao contrário dos anteriores, o terreno disponível terias cotas uniformes o que permitiu um espaçamento entre as habitações de um piso por forma a permitir terrenos destinados a cultivo e convívio. No espaço urbano, Soutinho e Filgueiras, propõem um alargamento, uma praça de acesso e de convívio para os utentes do bairro. [Fig.64]

67 | Princípio que passou a ser consolidado e sedimentado na chamada Escola do Porto.

Nesta primeira etapa, Alcino Soutinho enquanto responsável pela delegação, trabalhou sobretudo com propostas para os sócios das Casas do Povo, principalmente na zona transmontana, o que permitiu compreender a sua arquitectura e desta forma utilizar os meios, os métodos e materiais de construção locais e tradicionais.



65. Casas de Renda Económica, Bragança, 1972 | Alcino Soutinho | Implantação [Redesenhada] S/escala.

Já numa fase do fim do organismo, Alcino Soutinho realizou um projecto para a segunda fase do agrupamento de Casas de Renda Económica em Bragança. [Fig.65] A solução encontrada pelo autor propõe uma aproximação ao carácter rural e à casa transmontana. O desenho dos 5 blocos de habitação com 96 habitações, respeitou a lei dos de quarto pisos, com um sistema de acesso misto: acesso vertical múltiplo, com o uso de uma galeria privada para cada fogo.

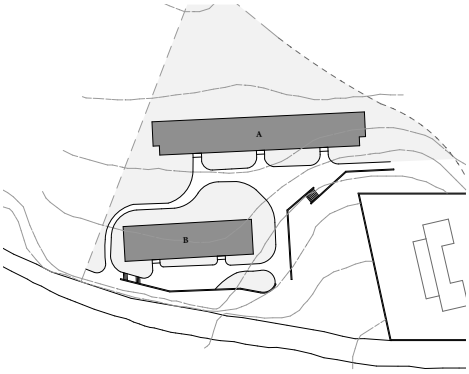


Fig. 66: Implantação do conjunto | [Redesenhada] S/escala.

Esta galeria, ao contrário do testado no Bloco das Águas Livres, procurou criar uma aproximação às características da típica casa transmontana e pertence a cada uma das casas, separando-a do espaço colectivo por um portão de acesso. Esta solução conseguiu transportar as funções e benefícios de uma casa unifamiliar para um conjunto de habitação plurifamiliar, pois conseguiu oferecer uma entrada formal, zona de estar exterior e zona de tratamento de roupa. Este projecto foi replicado na segunda fase do Agrupamento de Casas de Renda Económica de Santo Tirso e que estudaremos posteriormente. [Fig.66] Após a saída de Alcino Soutinho das HE, o arquitecto transportou a sua experiência para o processo SAAL, dirigindo o projecto das obras no bairro da Maceda, em Campanhã com Manuel Mendes. [Fig.67]



67. Bairro da Maceda | Campanhã, Porto, 1976 | Alcino Soutinho e Manuel Mendes

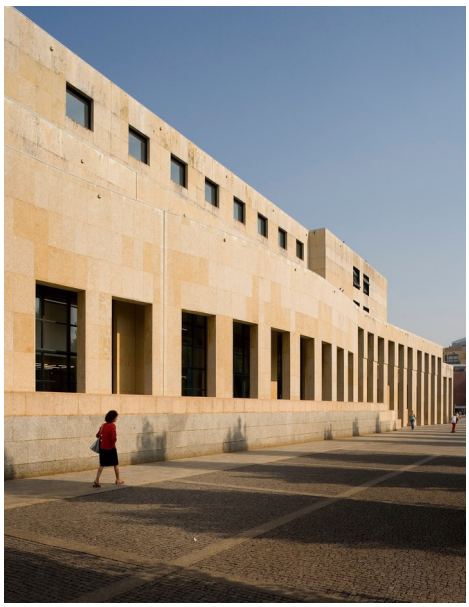


68. Conversão de um castelo para pousada, Vila Nova de Cerveira |1973

Desde 1974 e 1999, leccionou na Escola Superior de Belas-Artes do Porto/ Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Enquanto arquitecto profissional, projectou uma série de obras que são reconhecidas a nível



69. Museu Amadeo Souza-Cardozo, Amarante |1979



70. Paços do Concelho de Matosinhos | 1980



71. Quinta das Sedas, Matosinhos.



72. Conjunto Residencial Varandas da Venezuela, Porto

nacional e internacional.

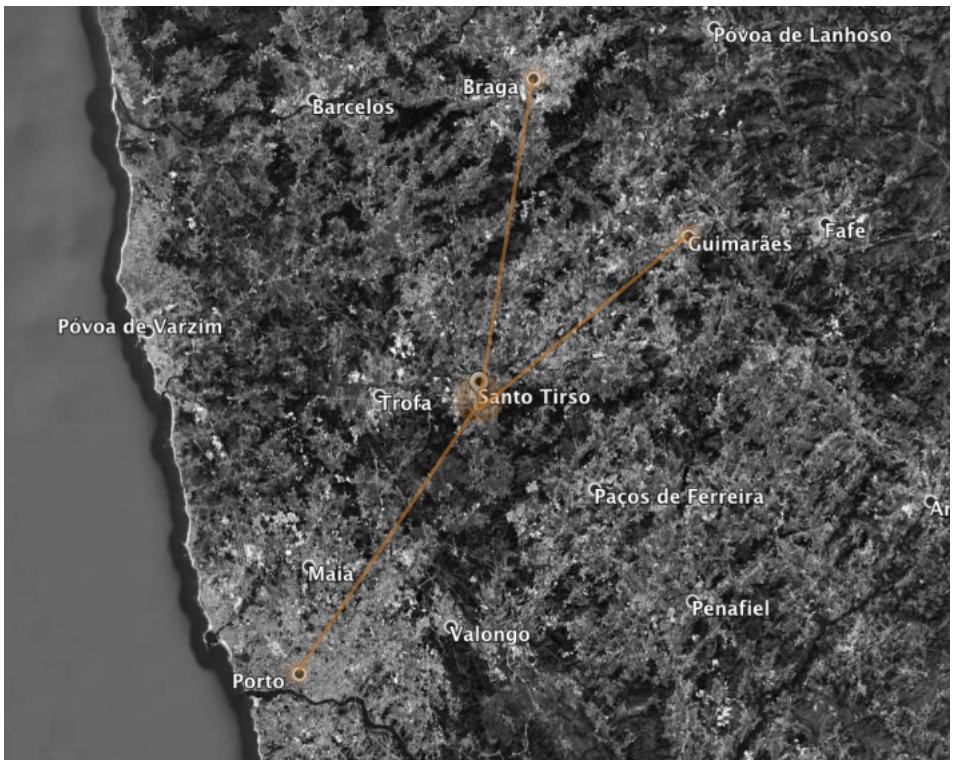
Em 1972 o arquitecto realizou o projecto para os Paços do Concelho de Amarante, e em 1973 a conversão de um antigo castelo em Vila Nova de Cerveira para uma Pousada, [Fig.68] cujo projecto lhe garante em 1982 o Prémio Europa Nostra – *"Internacional Federation of the Protection of Europe's Cultural and Natural Heritage"*. Em 1979 interveio no museu Amadeo Souza-Cardoso em Amarante, garantindo-lhe o prémio AICA (Associação Internacional dos Críticos da Arte) em 1984. [Fig.69] Participou e ganhou o concurso para o edifício dos Paços do Concelho de Matosinhos em 1980, sendo construído no ano seguinte e recebendo medalha de mérito em 1988. [Fig.70]

Na década de 1980, destacamos a Habitação Pinto de Sousa em Ofir, onde a natureza era o único estímulo e cuja construção foi realizada exclusivamente através da arte local e de materiais tradicionais. Foi nesta obra que Soutinho se confrontou com o tema do Doméstico da "villa" tornando-se não só a primeira mas a mais emblemática obra da sua produção. Relativamente à habitação colectiva, a obra de Alcino Soutinho é vasta destacando-se no final dos anos 90, o edifício da Quinta das Sedas em Matosinhos [Fig.71] e o Conjunto Residencial Varandas da Venezuela no Porto [Fig.72], que contribuem para a releitura dos sistemas habitacionais em bloco. Estas propostas ofereceram a mesma organização do fogo que o arquitecto defendia nas HE, mas o que se destacava estava nos restantes espaços de convívio colectivo, inteiramente ligados à estrutura do edifícios.

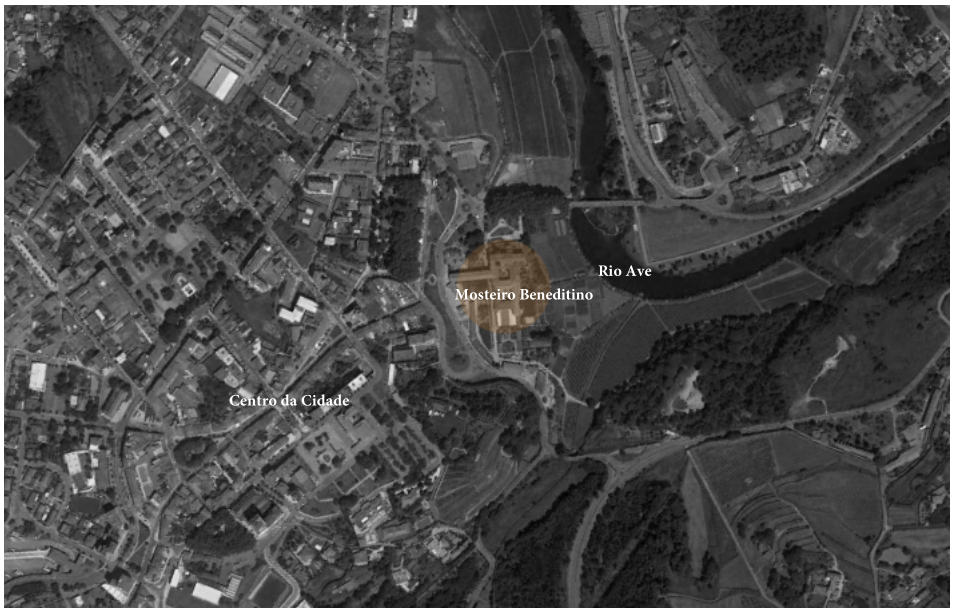
Após terminar o seu percurso como professor na FAUP e até falecer em Novembro de 2013, dedicou-se inteiramente à actividade profissional recuperando quintas, projectando conjuntos habitacionais plurifamiliares e edifícios de carácter público.

Capítulo 3

Casas de Renda Económica em Santo Tirso



73. Vista aérea indicando a distância entre Santo Tirso e Porto, Braga e Guimarães.



74. Vista aérea de Santo Tirso onde se comprova a proximidade com o Mosteiro Beneditino e o Rio Ave.

3.1 |

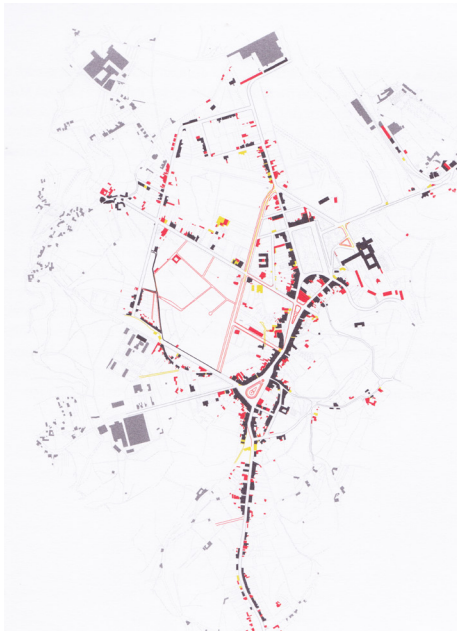
Plano de Urbanização de Santo Tirso

Santo Tirso, cidade localizada no limiar do Douro Litoral com o Minho foi em 1960, uma vila em vias de expansão e com fortes promessas para crescer no futuro. A sua posição geográfica, no vale do Rio Ave é rodeada por um conjunto de linhas montanhosas e localiza-se à mesma distância, cerca de 25km, de três centros urbanos do Norte do país: Porto, Braga e Guimarães. [Fig.73]

Elevada a cidade em 1985, Santo Tirso tornou-se um ponto estratégico para a indústria têxtil no país, a qual permitiu a sua expansão. Encontra-se fortemente relacionada com o Mosteiro Beneditino [Fig.74] junto ao rio Ave e tendia a sua expansão para Sul, oferecendo uma ligação directa entre as cidades de Braga e o Porto.

Conforme se pode visualizar no mapa que compara as alterações da malha urbana entre 1920 e 1943,[68] [Fig.75] onde se assinala a preto o existente, a vermelho as novas construções e a amarelo o demolido, a vivência na vila

68 | MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013 p.279



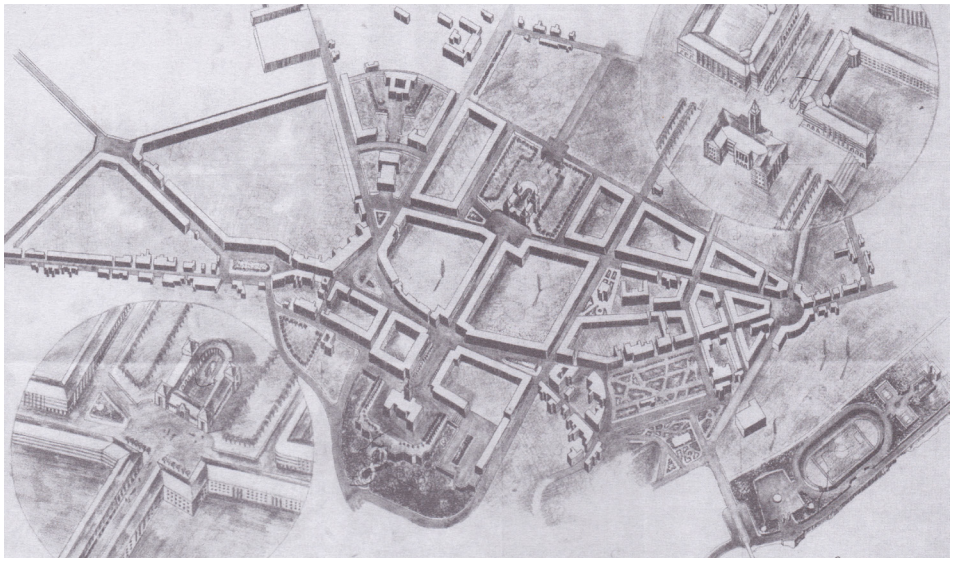
75. Planta comparativa das alterações em Santo Tirso entre 1920 e 1943.



76. Planta comparativa das alterações em Santo Tirso entre 1943-1949.



77. Ante-Projecto de Urbanização de Rogério de Azevedo | 1943.



78. Ante-Projecto de Urbanização de Rogério de Azevedo | 1943.

criava um eixo bem marcado que realizava a ligação de uma cota baixa, a Norte junto ao rio e ao Mosteiro, com a cota alta, a Sul onde se localiza o centro urbano. Este eixo era composto por um conjunto de parques, de Largos e Praças e realizavam a distribuição para vias secundárias. É também possível perceber neste mesmo mapa, que o espaço envolvente estava inteiramente relacionado com a agricultura.

É a partir ano de 1943 [Fig.76] que a malha urbana de Santo Tirso sofre diversas alterações, quando a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) avisa a Câmara Municipal de que era necessário apresentar um plano geral de urbanização da vila.[69] Neste seguimento, a câmara contrata Rogério de Azevedo para dirigir os serviços técnicos municipais e realizar o Plano Geral de Urbanização de Santo Tirso. No ano 1944, Rogério de Azevedo apresenta um ante-plano onde procurava alargar o traçado da vila.[70] [Fig.77]



79. Edifício da Câmara Municipal de Santo Tirso de Agostinho Ricca | 1970.

Como referido anteriormente, Santo Tirso era caracterizado por um centro urbano fortemente envolvido por terrenos agrícolas. No ante-plano de urbanização, Rogério de Azevedo defendia a alteração do eixo compositivo Norte-Sul da vila para o eixo Nascente-Poente. [Fig.78] Este novo eixo do traçado é marcado por dois edifícios nos seus limites: o futuro edifício da Câmara Municipal (projectado posteriormente por Agostinho Ricca) [Fig.79] e o novo Mercado Municipal (cujo projecto é entregue a José Marques da Silva). [Fig.80] Rogério de Azevedo defendia o alargamento das vias para a circulação automóvel e a criação de um centro cívico. O novo eixo, foi mais tarde concretizado, mas a totalidade da proposta do ante-plano não foi aceite.[71]



80. Edifício do Mercado Municipal de Santo Tirso de José Marques da Silva | s/data.

69 | Ibidem p. 276

70 | LÔBO, Margarida Souza – Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco – 2ª edição – Porto: Faup Publicações, 1995. p. 145-149.

71 | MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade.– Santo Tirso: Câmara Municipal,2013. p.280



81. Ante-Plano de Urbanização de Miguel Rezende | Estado actual | 1949.

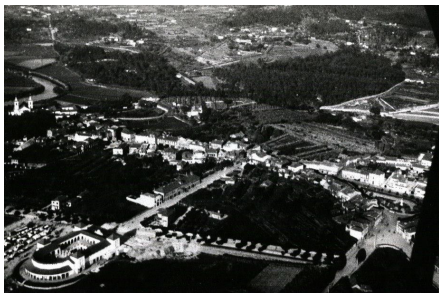


82. Ante-Plano de Urbanização de Miguel Rezende | Planta de Urbanização | 1949.



83. Vista aérea com a indicação dos pontos principais do eixo Norte|Sul de Santo Tirso.

Com a rejeição da proposta de Rogério de Azevedo o município encontra um novo urbanista, o Engenheiro Miguel Rezende, engenheiro dos Serviços de Urbanização da Câmara do Porto.[72] O novo ante-plano de urbanização de Santo Tirso datado de 1949 de Miguel Rezende, [Fig.81-82] demonstra particular preocupação e atenção ao aglomerado habitacional que já se localizava junto aos troços principais e com maior relevância junto ao Mosteiro de São Bento, ao parque Conde S. Bento [actual Parque D. Maria II], ao Largo Coronel Batista Coelho e à Praça Conde S. Bento.[73][Fig.83] O engenheiro Miguel Rezende propunha também a continuidade das artérias principais que estabeleciam um eixo Norte/Sul, mas defendia que era necessário realizar uma expansão no sentido Nascente/Poente [Fig.84] [como Rogério de Azevedo propunha no seu ante-plano em 1944].



84. Vista aérea onde se pode ver o novo eixo Nascente|Poente, S/data.

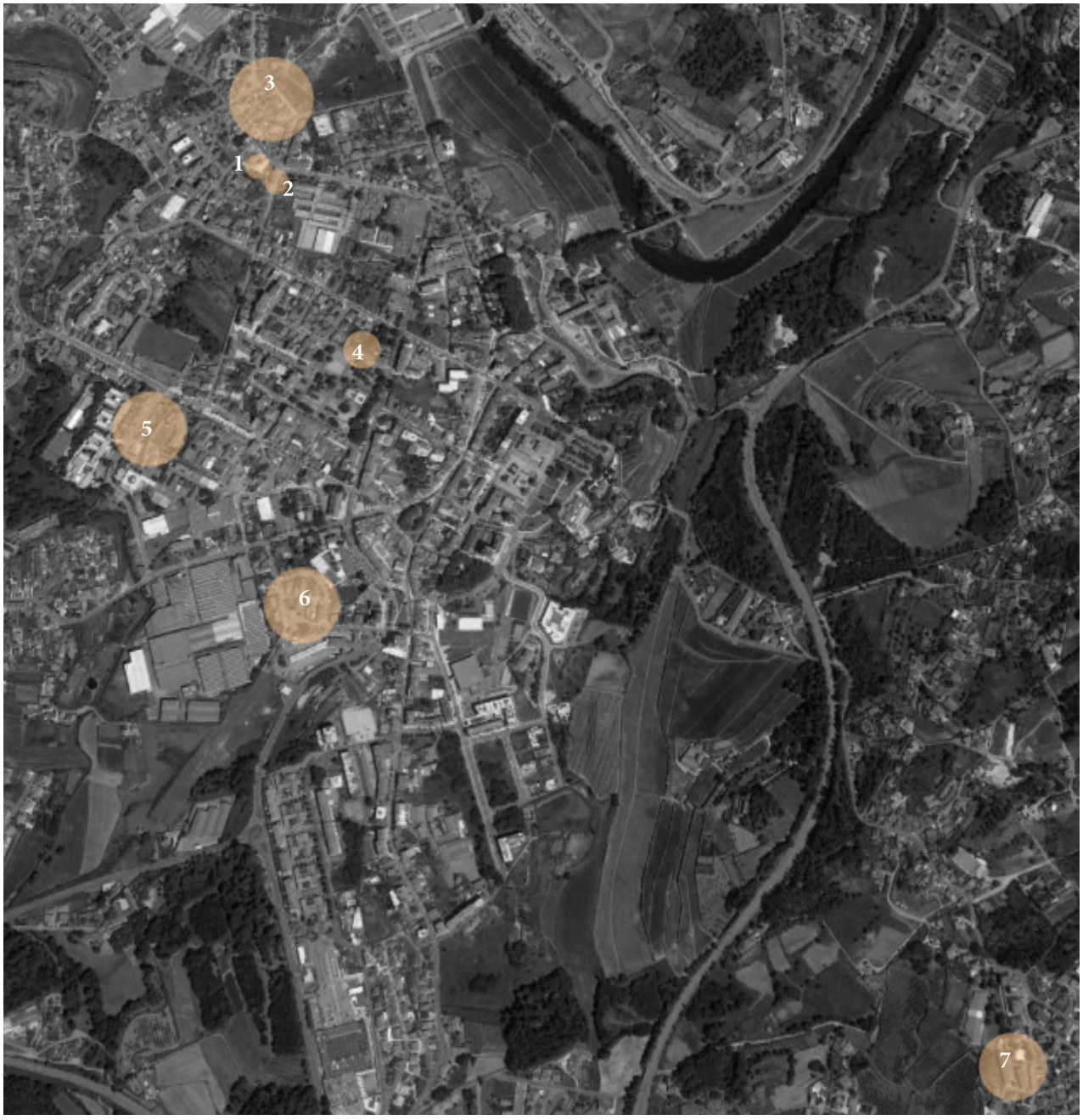
Com a proposta de expansão num novo eixo na vila, o novo plano de urbanização de Santo Tirso propõe novas áreas residenciais, junto ao novo Mercado Municipal e à Rua Sousa Trepa, situada no eixo principal Norte/Sul criando um conjunto de edifícios de habitação que iriam ajudar a receber posteriormente os paços do concelho [como é possível observar na planta comparativa entre 1949 e 1967][74] [Fig.85] Do novo plano de urbanização, e sendo uma vila fortemente ligada à indústria, a nova zona industrial é proposta a Norte na margem esquerda do Rio Ave, com a excepção da localização da Fábrica do Arco a Sul da vila, já existente.[75]



85. Planta comparativa das alterações em Santo Tirso entre 1949 e 1967.

Na continuidade da preocupação por construir mais habitação na nova malha urbana, estava ainda previsto no plano de urbanização, a cedência de terrenos para a edificação de Casas de Renda Económica, conforme Lei nº 2007 e construídas pelas HE.

72 | **Ibidem.**
73 | Ibidem p.287-290.
74 | Ibidem p. 294.
75 | Ibidem p.287.



86. Vista aérea de Santo Tirso com a indicação dos bairros construídos.

3.2 |
Contexto de habitação programada em Santo Tirso

Nas décadas de 1960 e 1970, as obras de desenvolvimento urbano são realizadas quase exclusivamente pelo sector privado, sendo estes realizados através de edifícios e arruamentos que não estavam sujeitos a licenciamento municipal.[76] É neste enquadramento que são construídos os bairros por entidades patronais como é o caso de bairros promovidos pela Misericórdia, pelas Indústrias Têxteis, pelas Caixas de Previdência ou outras instituições.

Ao longo de três décadas, desde a necessidade de ser apresentado um plano de urbanização de Santo Tirso em 1943 até meados da década de 1970, que o problema da habitação em Santo Tirso se agravou face à crescente industrialização e ao abandono dos terrenos agrícolas. Deste modo, entidades privadas, públicas e semi-públicas, em actos individuais ou em conjunto, com o intuito de proporcionar melhores condições habitacionais às classes mais pobres, nomeadamente trabalhadores operários, respeitavam as directrizes que o plano de urbanização sugeria e construíram diversos conjuntos habitacionais de âmbito económico. Surgiram assim em diversos pontos de Santo Tirso, diferentes iniciativas que serão posteriormente abordadas. [Fig.86]

76 | Ibidem p.291



87. Vista aérea com a indicação da proximidade dos bairros 1, 2 e 3.


89. Acesso às casas | Bairro da Cadeia


90. Vista da Rua de uma das casas | Bairro da Cadeia


91. Proximidade do Bairro Joaquim Moreiara(à esquerda) com o Bairro da Cadeia (à direita).

1

Bairro da Cadeia[77]
[1915-1920]

O bairro da Cadeia foi construído no seguimento da demolição da antiga cadeia, [Fig.88] que outrora se localizava no eixo principal da vila de Santo Tirso e que viria a ser reconstruído em 1915, a Norte e em terrenos próximos da Fábrica de Tecidos e Fiação.


88. Fotografia da demolição da antiga cadeia | 1915

Do bairro, desconhece-se o ano de construção mas pensa-se que terá sido entre 1915 e 1920, segundo as plantas topográficas existentes no livro "Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade".[78] Constituído apenas por cinco habitações era destinado aos guardas prisionais e oferecia um pequeno logradouro nas suas traseiras. Não foram encontradas em tempo útil mais informações acerca do mesmo. [Fig.89-90]

2

Bairro Joaquim Moreira
[1920-1943]

O bairro Joaquim Moreira terá sido construído no intervalo de tempo de 1920 a 1943 segundo plantas topográficas do já referido livro[79] e localiza-se junto ao bairro da Cadeia. [Fig.91]

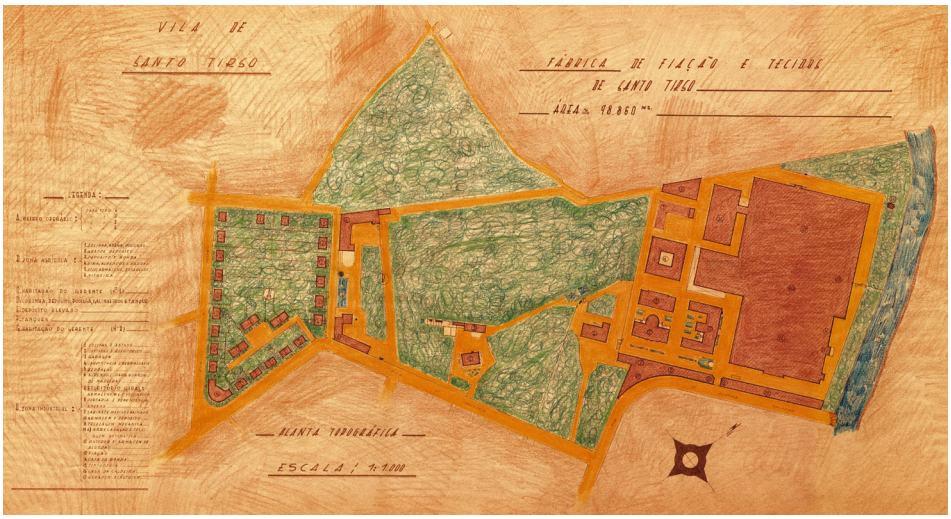
Com dois pisos, o conjunto habitacional oferecia habitação e um espaço de comércio no rés-do-chão na zona de gaveto.

Acerca do bairro, não foi possível encontrar em tempo útil mais informações.

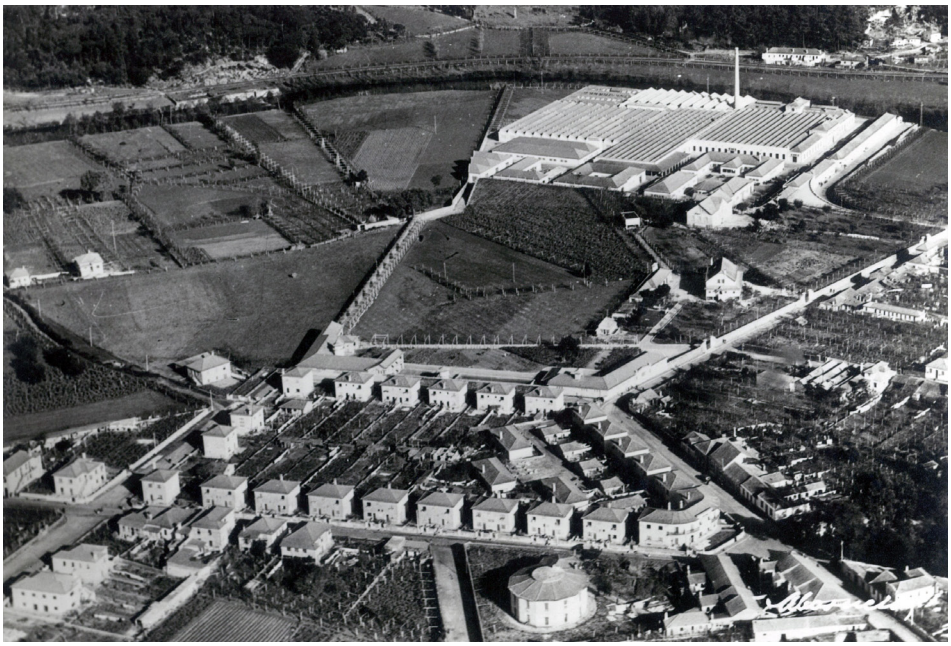
77 | COSTA, Adalberto – A Comarca de Santo Thirso - Subsídios para a história de um direito local; Porto, Vida Económica editorial S.A.; 2016.

78 | MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013 p.279

79 | Ibidem.



93. Planta topográfica das fases 1 e 2 da autoria de Sequeira Braga | 1954.

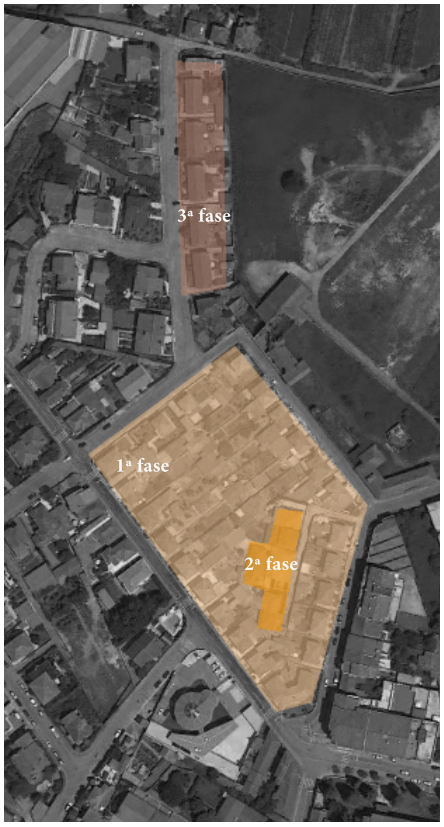

94. Vista aérea das fases 1 e 2 do Bairro do Telles (em baixo), avistando-se também a fábrica e os terrenos adjacentes (em cima) | S/ data.


95. Panorâmica do encontro dos três bairros: Bairro Joaquim Moreira (à esquerda); Bairro da Cadeia (centro); Bairro do Telles (à direita).

3

Bairro da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso[80]
[Bairro do Telles]
[1943-1959]

A Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, foi inaugurada em 1898 e integrava fiação, tecelagem tinturaria e acabamentos e localizava-se na margem direita do Rio Ave. Ao longo de um quase um século a fábrica foi crescendo em número de trabalhadores e em área construída. Pela sua grande dimensão e pela sua aproximação ao rio, a fábrica era um obstáculo para o crescimento da vila, no entanto é responsável por uma forte produção urbanística dos anos de 1940 e um dos protagonistas da produção de habitação social que se desenvolveu em três fases. [Fig.92]



92. Indicação das 3 fases do Bairro do Telles

Com o objectivo de proporcionar habitação para os seus trabalhadores é construído o Bairro operário, com infraestruturas e terrenos agrícolas disponíveis para cada habitação. O projecto de ampliação ficou a cargo do arquitecto Sequeira Braga[81] que adoptou uma linguagem nacionalista e próxima da adoptada pelo Estado Novo. [Fig.93]

O Bairro do Telles (assim como a própria fábrica, popularmente designados pelo nome do dono António José Borges Silva Telles) situa-se próximo das margens do rio Ave, a uma cota mais elevada da fábrica e é uma das primeiras iniciativas de combate ao problema habitacional em Santo Tirso para funcionários da empresa. [Fig.94]

A primeira fase do projecto de autoria de Sequeira Braga, construído entre 1943 e 1949, conforme a planta comparativa entre 1943 e 1949, localiza-se junto ao Bairro da Cadeia e ao Bairro Joaquim Moreira [Fig.95] e é caracterizado por um conjunto de 43 habitações, sendo quatro isoladas, trinta

80 | Ibidem p.293.
81 | Arquivo Museu Municipal Abade Pedrosa



96. Fotografia antiga do gaveto. | S/data.



97. Fotografia actual do gaveto. | 2017.



102. Casas geminadas de um piso | Segunda fase | 2017



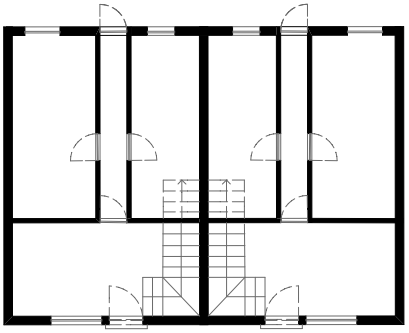
103. Casas geminada dirigidas a admninistrativos | Terceira fase | 2017



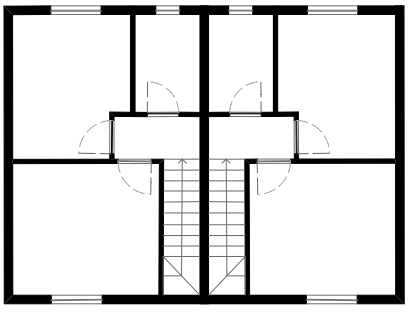
98. Casas geminas T2 | Primeira fase | 2017.



99. Casas isoladas T3 | Primeira fase | 2017.



100. Planta rés-do-chão do T2. | Primeira fase | S/escala.



101. Planta piso 1 do T2 | Primeira fase | S/escala.

e seis geminadas e as restantes três formam o gaveto [Fig.96-97], onde é colocada a designação do bairro, todas elas com terreno disponível para agricultura. Este três tipo de habitações leva-nos a crer que eram direcionados para diferentes cargos ou conforme o número de filhos.

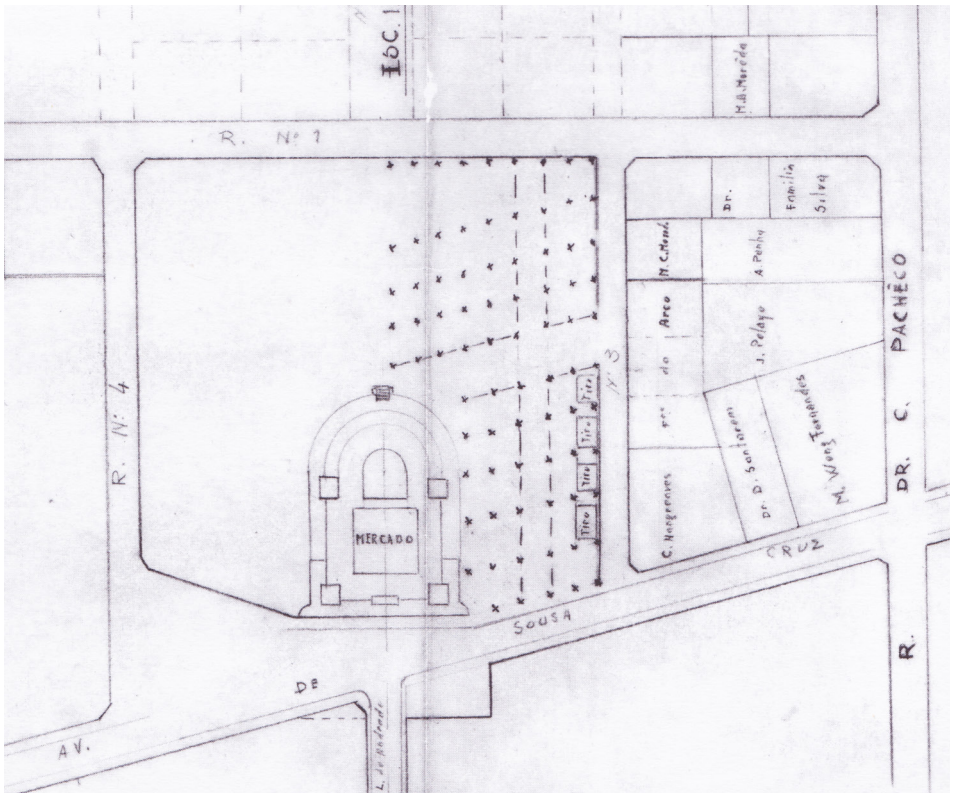
A tipologia mais utilizada é o T2 nas casas geminadas [Fig.98] e nas casas isoladas T3, [Fig.99] sendo que não foi possível encontrar informação para as que conformam o gaveto. A tipologia T2 dispunha de sala, sala de jantar, cozinha no rés-do-chão e no primeiro piso dois quartos e uma casa de banho. [Fig.100-101] Dado a extensão do terreno para fins agrícolas, mais tarde foram construídos anexos, tal como relatado por alguns moradores.

A segunda fase [Fig.102] construída por volta de 1949, representa o acrescento de seis novas habitações de apenas um piso, no interior do quarteirão definido na primeira fase e cujo o seu acesso é realizado por um novo arruamento. Estes três edifícios estão dispostos de forma desfasada criando um espaço de recepção, um largo que permite o acesso às casas e aos terrenos das casas próximas. Apesar de se localizarem no mesmo local, as duas primeiras fases não podem ser identificadas como um todo, pois a repetição dos edifícios e dos materiais de construção, garantiram uma uniformização visual apenas no exterior do quarteirão, deixando as seis casas do seu interior com uma resposta diferente ao programa e com diferentes usos da sua plasticidade.

A terceira fase [Fig.103] construída entre 1954 e 1959, resulta de uma nova ampliação da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso. O conjunto de cinco edifícios destinavam-se aos administrativos da fábrica e oferecem 10 habitações geminadas de apenas um piso. Esta fase apresenta um carácter diferente das outras fases seja para quem se dirige ou pelo uso de materiais mais ricos em termos de plasticidade e linguagem.



104. Vista aérea da localização do Bairro do Arco e proximidade com o Mercado Municipal.



105. Arruamentos da envolventes ao Mercado Municipal, assinalando o terreno disponível para o Bairro do Arco | S/data

4

Bairro da Fábrica do Arcotêxteis[82]
[Bairro do Arco]
[1959]

A fábrica do Arcotêxteis iniciou a sua laboração em 1933 com a designação de *Empresa Industrial de Santo Tirso, LDA,* e localiza-se na margem direita do Rio Sanguinhedo, junto à ponte do Arco. As suas instalações, ao contrário da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, apresentava um carácter excêntrico relativamente à vila,[83] pois embora a sua implantação fosse à cota baixa minimizando o impacto na paisagem urbana, o volume da empresa apresentava uma massa expressiva no espaço verde do vale do Sanguinhedo. Actualmente as instalações foram absorvidas pela cidade que expandiu.

No final da década de 1940, tendo em atenção as necessidades dos trabalhadores e das suas famílias a empresa desenvolve um sistema de assistência social constituído por cantina, loja de víveres, padaria, um abrigo para os filhos dos operários, posto médico e cresce.[84] Estes edifícios foram construídos no outro lado da Rua do Arco em frente à fábrica.

No decorrer do plano de urbanização de Miguel Rezende que propõe a construção de um novo eixo de expansão - Nascente/Poente - assim como a construção, a Poente do Mercado Municipal, são abertas ruas na sua envolvente destinadas a nova habitação. [Fig.104-105] É neste contexto que a empresa em constante ampliação, procede à construção de um conjunto de habitações de carácter social. Este conjunto é desenhado em banda, na Rua

82 | MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013. p.292

83 | Ibidem.

84 | Ibidem.



106. Fotografia de época da abertura da Rua João de Brito | Bairro do Arco à esquerda a branco | Recinto da feira e Mercado Municipal à direita | S/data.



107. Fotografia do conjunto | 2017.



108. Fotografia do conjunto | 2017.

João de Brito, por volta de 1953 e insere-se na nova malha da vila. [Fig.106] Numa fase em que se densifica a actividade comercial e na continuidade da preocupação social enunciada uma década antes pela fábrica do Arcotêxteis, o Bairro do Arco é definido por um só bloco em banda, com três pisos sendo que o rés-do-chão é dirigido ao comércio e os outros dois a habitação. No total, o bairro ofereceu oito habitações para os seus trabalhadores e oito espaços destinados ao comércio. [Fig.107-108]

A informação acerca da organização interna não pode ser confirmada pois não foi encontrada informação que corresponda ao projecto inicial. No entanto, segundo descrições de empresas de venda imobiliárias o seu interior é definido por: acesso directo pela rua, desenvolvendo-se numa escada para o primeiro piso com um hall de entrada, sala, cozinha e uma sala de jantar. O segundo piso é constituído por quatro quartos e uma casa de banho. Da cozinha acede-se para uma varanda com escadaria de acesso ao logradouro exterior individual.



110. Vista da Rua da Misericórdia | Bairro da Misericórdia | 2017.



111. Vista da Rua da Misericórdia | Bairro da Misericórdia | 2017.



112. Fachada da Tipologia T3.



113. Fachada da Tipologia T2.

5

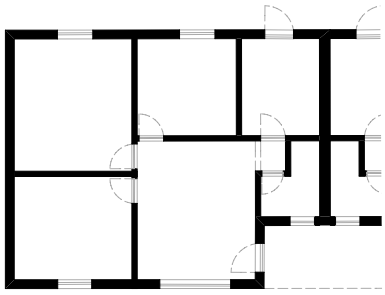
Bairro da Misericórdia[85]
[1959]



109. Planta topográfica do conjunto |S/ escala | 2011.

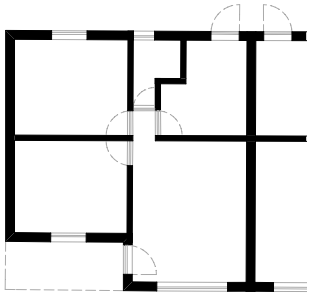
O bairro da Misericórdia situa-se a poente da malha urbana inicial e vem na continuidade do debatido no plano de urbanização de Santo Tirso. Surgiu enquadrado numa iniciativa da Santa Casa da Misericórdia da vila, com o objectivo de fomentar a habitação para famílias modestas. Do autor do projecto não há registo, assim como os desenhos originais não existem, no entanto disponibilizaram uma planta de levantamento topográfico de 2011. [Fig.109] Foi-nos ainda permitido visitar o seu interior e retirar anotações da sua organização interna para uma maior aproximação ao real.

O bairro inicialmente designado como bairro do Hospital[86], veio abrir a rua do Olivença, agora Rua da Misericórdia [Fig.110-111] e pertence uma vez mais ao conjunto de habitação construída na expansão da malha urbana para Poente. Apesar da iniciativa ser da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso e a primeira designação referir-se ao hospital, as habitações destinavam-se à generalidade da população com necessidades, ao contrário dos casos anteriores que eram destinados aos seus trabalhadores.



114. Planta aproximada do T3. |S/ escala

A implantação dos blocos obedeceu aos alinhamentos impostos pela rua-corredor, com jardim e espaço tardoz para quintal e arrumos. Os dez blocos oferecem vinte casas geminadas sendo doze de tipologia T3 [Fig.112-113] e oito de tipologia T2. [Fig.114-115] De dimensões reduzidas a entrada é realizada pela sala de pequena dimensão que estabelece uma relação franca com os restantes compartimentos, a sala é o centro da vivência da casa, seja de tipologia T2 ou T3. Da cozinha, acede-se para o logradouro tardoz.



115. Planta aproximada do T2. | S/ escala

85 | Arquivo Museu Municipal Abade Pedrosa.
86 | Arquivo Santa Casa da Misericórdia.

"(...) é sobretudo na habitação que o homem deve encontrar o "seu" espaço, o ambiente criado à escala das suas necessidades e das possibilidades, quer como indivíduo quer como elemento de um grupo social."[87]

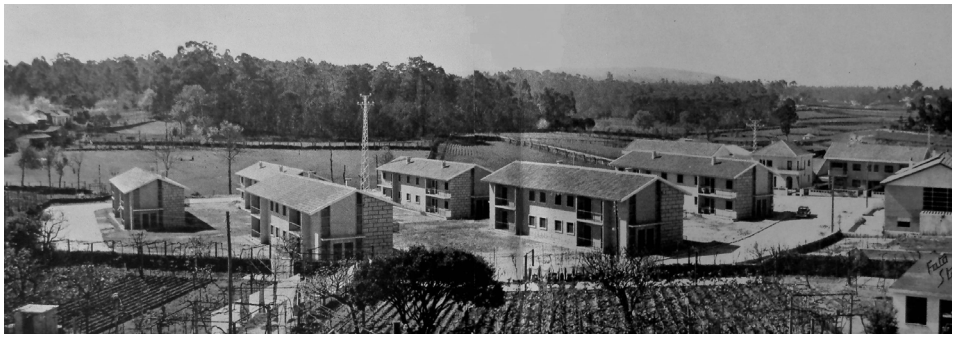
87 | TÁVORA, Fernando – Da organização do espaço. Prefácio Nuno Portas. – 3ªa edição –Porto: Faup Publicações, 1996 p.56.

3.3 |
Agrupamentos de Casas de Renda Económica em Santo Tirso

O agrupamento de casas de Renda Económica em Santo Tirso é composto por duas fases localizadas em pontos diferentes da vila. As duas fases representam diferentes momentos na história das HE, tendo em conta a fase de resposta do organismo e as mudanças no país. Estas diferem também nos responsáveis pelos projectos, no entender do modo de habitar e pela forma como a envolvente e a cultura influenciaram as propostas.

A primeira fase com a responsabilidade de Bartolomeu da Costa Cabral, é localizada na zona de expansão da vila de Santo Tirso e propõe um tipo de habitação de carácter rural, com edifícios de dois pisos e uma relação muito próxima à malha urbana.

A segunda fase numa freguesia contígua à vila, propõe uma situação distinta: dois blocos rectangulares de quarto pisos cada, usando como base um projecto já testado em Bragança em 1968. Esta segunda fase foi construída já numa fase final das intervenções das HE e apesar de o arquitecto responsável ser Alcino Soutinho, o projecto está assinado por Júlio Anciães.



116. Fotografia de época do conjunto | S/ data.



117. Vista aérea do conjunto com indicação das ruas criadas: Rua Gonçalves Zarco | Rua Infante Dom Henrique | S/escala.

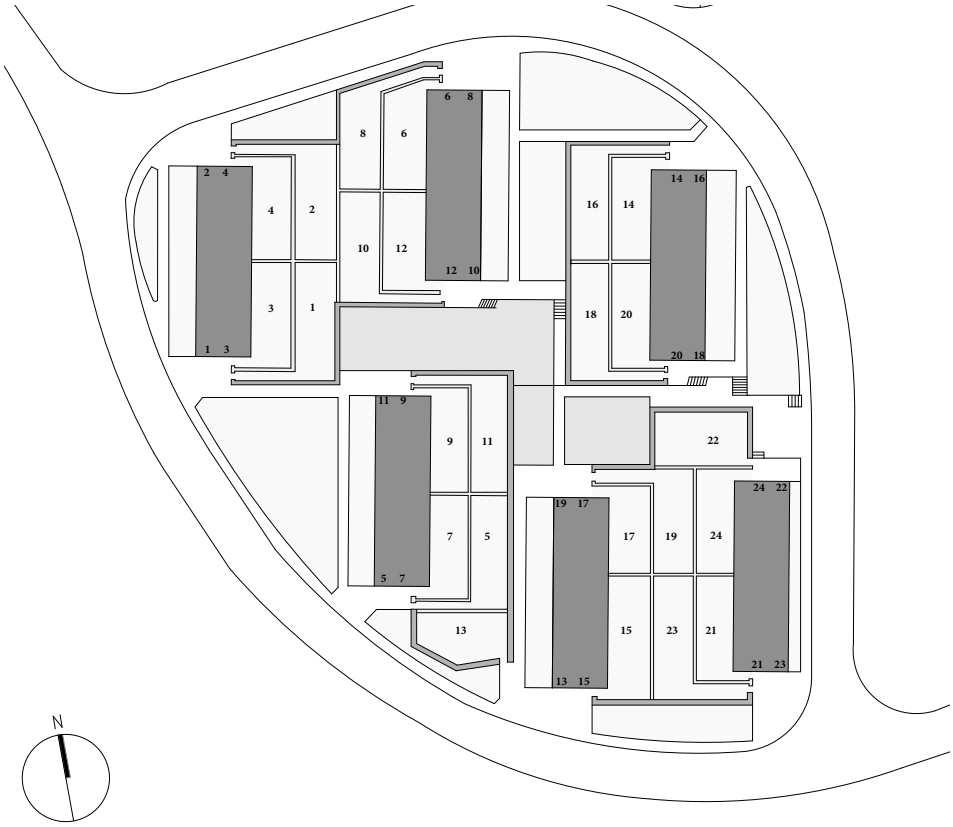
1a fase | 1963

"A Arquitectura, ou a Arte de construir, como qualquer Arte, não fica confinada no campo do racional ou do utilitário, mas abrange o mundo da imaginação, da beleza e da poesia." [88]

[Projeto e obra: contexto]

É na continuidade da expansão das artérias principais da cidade que o primeiro conjunto de Casas de Renda Económica para Santo Tirso, projectado em 1960 e terminado em 1963 foi - como previsto no ante-plano de urbanização - possível através da cedência de duas parcelas livres de terreno localizadas numa cota mais baixa, próximas do centro e a Sul da cidade. [Fig.117] O projecto de Bartolomeu da Costa Cabral propôs a abertura de dois arruamentos, junto à última linha urbana e próximos dos serviços básicos, evidenciando o quarteirão do conjunto sendo eles, a Rua Gonçalves Zarco e a Rua Infante D. Henrique.

88 | CABRAL, Bartolomeu da Costa - A Ética das Coisas in Bartolomeu da Costa Cabral: 18 obras. - Porto: Circo de Ideias. 2016. p.6



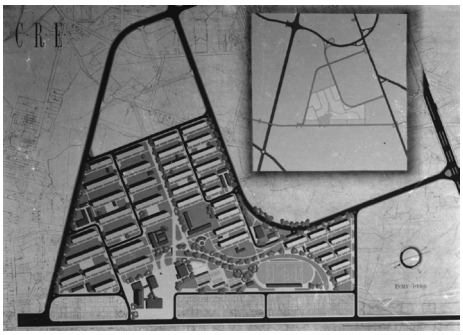
118 . Implantação do conjunto | Escala 1/1000 | Redesenhado.



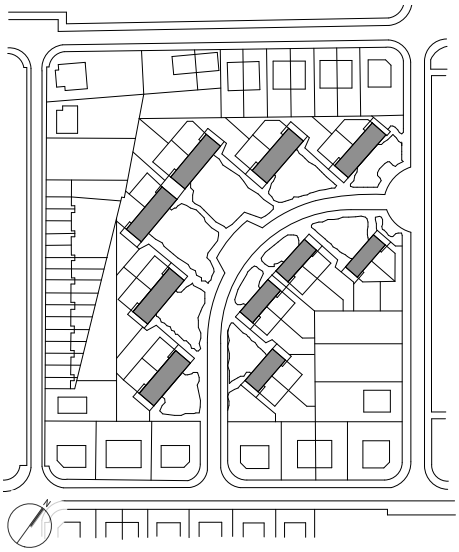
121. Vista da Rua Gonçalves Zarco para o conjunto . | 2017.



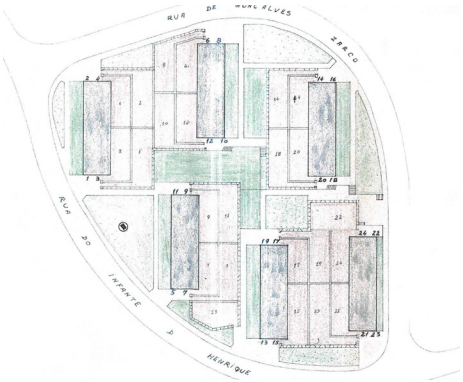
123. Espaço destinado ao convívio dos moradores no interior do conjunto. | 2017.



119. Porto | Casas de Renda Económica de Ramalde, 1950 | Fernando Távora | Implantação



120. Viana do Castelo | Bairro do Liceu, 1958 | Jerónimo Reis | Implantação redesenhada.



122. Implantação original, desenhada à mão com a indicação dos logradouros afectos a cada casa e indicação dos espaços de lazer. | S/escala.

[Implantação]

O conjunto é constituído por seis pequenos edifícios de planta rectangular, com orientação Norte/Sul. [Fig.118] Cada edifício tem dois pisos e oferece quatro fogos no total. A implantação, apesar da rigidez do paralelismo, não estabelece qualquer barreira com as ruas, solução que se pode equiparar, embora a uma escala reduzida, à apresentada por Fernando Távora no Bairro de Ramalde[89] [Fig.119] assim como a uma escala mais aproximada à apresentada para o Bairro do Liceu em Viana do Castelo[90] por Jerónimo Reis. [Fig.120] As propostas apresentadas revelam a intenção de colocar os edifícios de forma a que as ruas existentes ou desenhadas para aceder aos mesmos, não definam a sua posição. Pela sua escala, a primeira fase do caso de estudo aproxima-se mais da solução apresentada por Jerónimo Reis.

[Volumetria]

A disposição dos edifícios permitiu permeabilidade e a possibilidade de interligar e aceder de formas diferentes às habitações, indo de encontro dos princípios da Carta de Atenas.[91] O desfasamento dos edifícios em relação às ruas [Fig.121] permitiram criar locais de acesso à habitação e locais de lazer. [Fig.122] Estes espaços verdes criaram uma membrana que filtrava o barulho da restante cidade. A proposta para os espaços envolventes entre os volumes, foram definidos por logradouros adjacentes às casas, e por passeios de acesso e comunicação entre os diferentes edifícios, culminando num espaço de sociabilidade central e comum. [Fig.123] Enfatizou-se, as-

89 | Fernando Távora foi o responsável pela proposta final para o Bairro de Ramalde, no Porto, cujo projecto data de 1958.

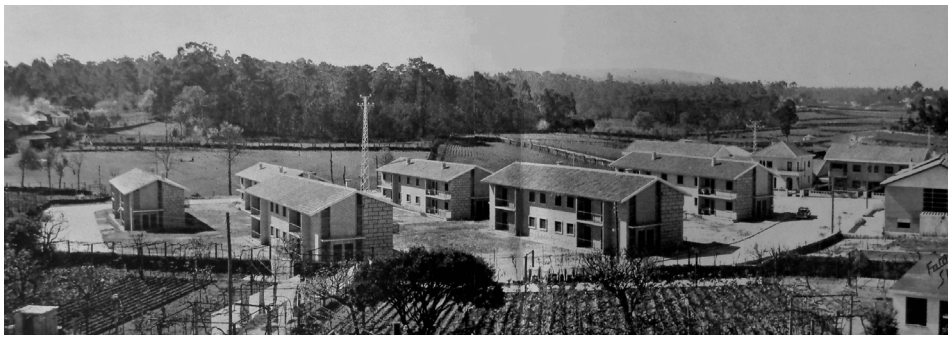
90 | Apresentado nesta dissertação no capítulo 2.

91 | "A carta de Atenas / C.I.A.M.; trad. Maria de Lourdes e F. Castro Rodrigues. - 1941. Capítulo2:
Nº 16: "As construções edificadas ao longo das vias de comunicação e ao redor dos cruzamentos são prejudiciais à habitação: barulho, poeiras e gases nocivos."
Nº 23: "Doravante os bairros habitacionais devem ocupar no espaço urbano as melhores localizações, aproveitando-se a topografia, observando-se o clima, dispondo-se de insolação mais favorável e de superficies verdes adequadas."





124 e 125. Espaço destinado a zona de brincar das crianças. | 2017.



126. Fotografia de época do conjunto | S/ data.



128. Vista da rua da entrada das casas nº 21 e 23.



129. Vista do interior do conjunto da entrada das casas nº 18 e 20.



127. Vista aérea actual do conjunto | Relação com a malha urbana | Proximidade com os eixos principais

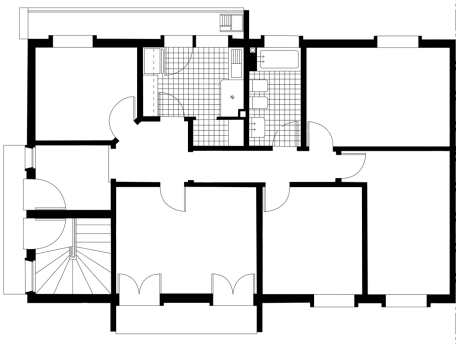
sim, a possibilidade de humanização do espaço aproximando da arquitectura em contexto rural. Próximo desta zona central, foi projectado um local para as crianças mais protegido, permitindo a possibilidade de usufruírem em segurança do exterior. [Fig.124-125] Verificou-se em visitas regulares e através de testemunhos de moradores que, com o passar do tempo ambos os espaços foram perdendo esse importante uso, dando lugar às necessidades de estacionamento.

Pelo facto do agrupamento se relacionar directamente com uma malha urbana em construção, mas ainda muito próxima de uma realidade rural, [Fig.126-127] Bartolomeu da Costa Cabral propõe uma dualidade entre a aproximação dos habitantes à vila e o encerramento da vida social no centro do conjunto. Os espaços entre os volumes podem ser atravessados, como uma espécie de *promenade Corbusiana* e permitem uma relação de proximidade e de vivências próprias dentro da área afecta ao agrupamento. Este último aspecto é também assegurado pela escala de todo o conjunto.

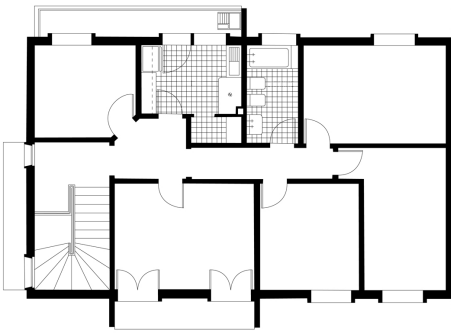
[Sistemas de acesso]

Todas as casas possuem acesso directo. Os mesmos, são realizados através de pequenos pátios ou directamente da rua dependendo da sua localização no conjunto. [Fig.128] Os moradores cujos acessos se encontram no interior do quarteirão têm uma relação mais próxima de vizinhança do que os restantes, pois existia uma maior proximidade e daí uma também maior possibilidade de sociabilização. [Fig.129]

Na sua totalidade o projecto para o conjunto oferece 24 habitações, sendo que a cada uma está afecta uma parcela de terreno, relembrando as habitações rurais do Minho e ganhando um carácter de extensão da própria habitação para usufruto exclusivo dos moradores.[Fig.118] Todos os acessos às habitações são realizados nos topos dos blocos edificados.



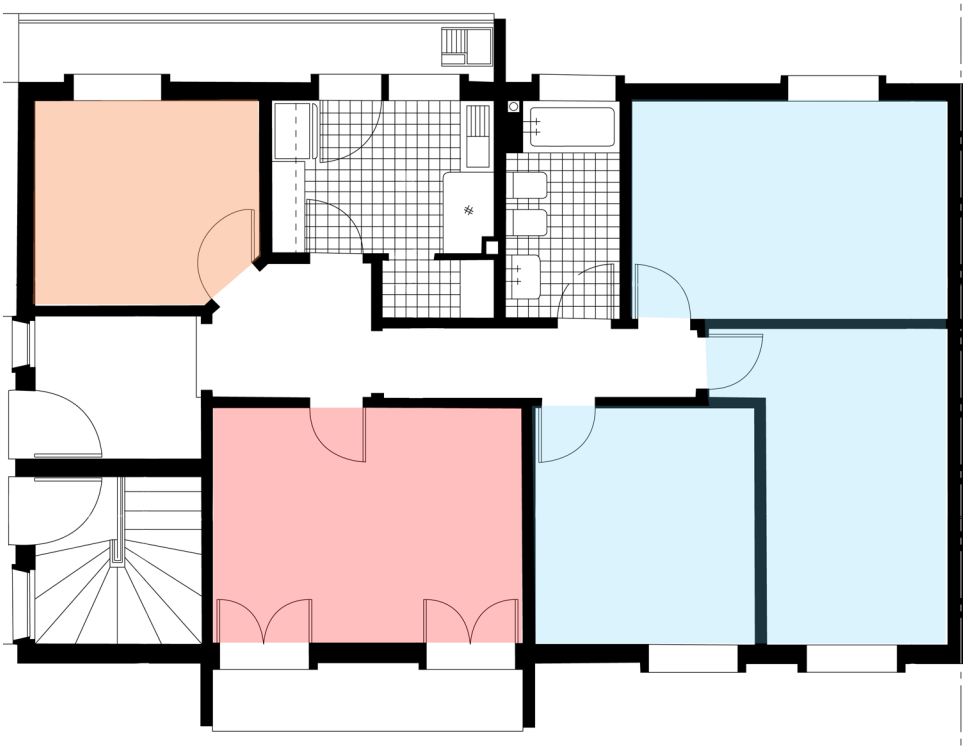
132. Planta do rés-do-chão da casa | S/escala



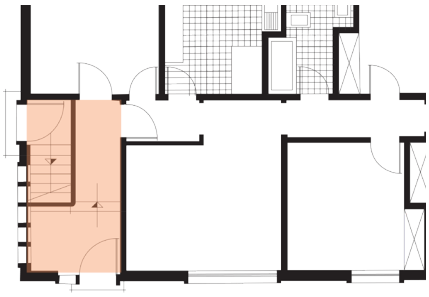
133. Planta do piso 1 da casa | S/escala



134. Fachada lateral com aberturas verticais que acompanham a subida da escada e iluminam os hall de entradas das duas casas | 2017



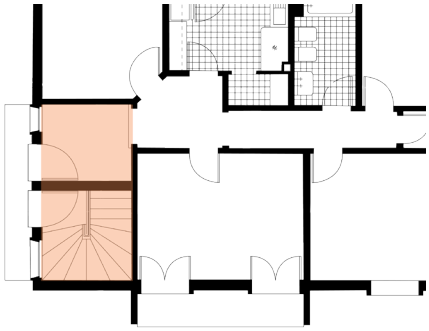
135. Planta da casa do rés-do-chão | Laranja: Escritório/Quarto | Vermelho: Sala | Azul: Quartos | Escala 1/100 | Redesenhado



130. Primeira proposta da entrada da casa. | S/escala

Importa salientar, que numa primeira proposta a entrada para o rés-do-chão era realizada pela fachada virada a Nascente e para o primeiro piso, pelo topo do bloco. Consideramos que por motivos de organização interna e de relação com o exterior, ambos os acessos passaram para o topo dos blocos. [Fig.130-131]

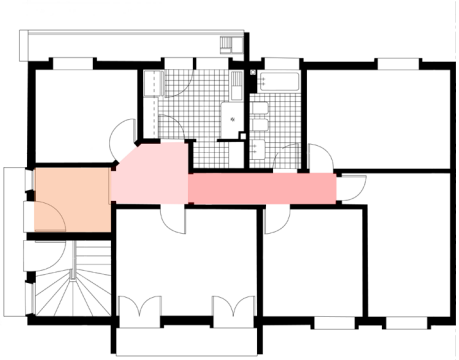
[Organização Interna da Habitação]



131. Proposta final da entrada da casa | S/escala

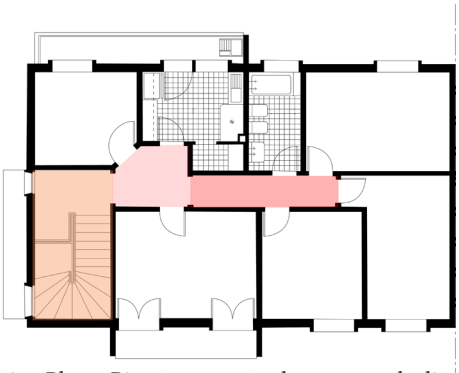
Toda a casa do rés-do-chão se desenvolve num único piso. [Fig.132] No piso superior a entrada é feita pelo rés-do-chão, através de uma escada interior, parte integrante do espaço doméstico.[Fig.133] Este movimento ascendente é iluminado por longos vãos verticais que acompanham a escada de acesso. [Fig.134]

No interior do edifício, as casas possuem a mesma organização no que respeita aos ciclos do habitar. [Fig.132-133] Ou seja, verifica-se o mesmo desenho na organização interna e apenas difere a tipologia de 3 quartos, pois possui mais um espaço para escritório que, ao longo dos anos tem tido diferentes apropriações: de quarto a espaço de apoio à cozinha, muitas são as funções escolhidas. [Fig.135] Os outros dois fogos do edifício são simétricos e consequentemente, com as entradas nas fachadas opostas.



136. Planta rés-do-chão: marcação dos espaços de distribuição: Hall de recepção | Acesso ao espaço diurno | Corredor de distribuição dos quartos. | S/escala

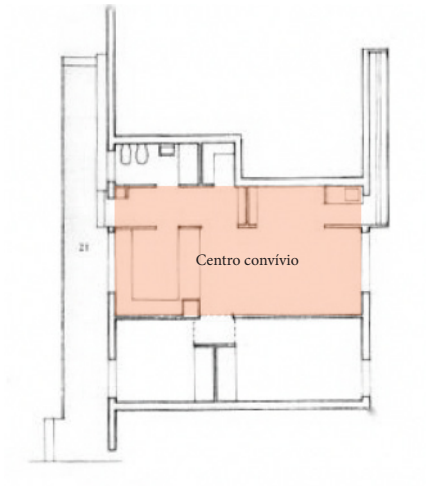
A entrada na casa é feita por um pequeno hall que permite num primeiro momento a distribuição para a zona social (escritório, sala e cozinha) e só depois, através de um curto corredor se acede aos três quartos.[Fig.136-137] A sala e dois dos quartos orientam-se para a Nascente e os restantes espaços como a cozinha, a casa de banho, o terceiro quarto e o escritório, para Poente. Esta orientação verifica-se apenas em metade dos edifícios invertendo nos restantes, situação que revela a preocupação por parte do arquitecto em manter todas as cozinha em contacto com os respectivos acessos aos pequenos logradouros. Potenciam-se, assim, importantes rela-



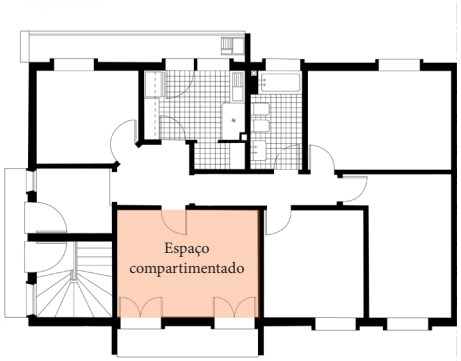
137. Planta Piso 1: marcação dos espaços de distribuição: Hall de recepção | Acesso ao espaço diurno | Corredor de distribuição dos quartos. | S/escala



138. Indicação da organização interna relativamente ao logradouro | Escala 1/750
Laranja: Cozinha virada a Poente e Sala e 2 quartos a Nascente
Azul: Cozinha virada a Nascente e 2 Sala e 2 quartos a Poente



140. *Casa Protótipo* | Planta

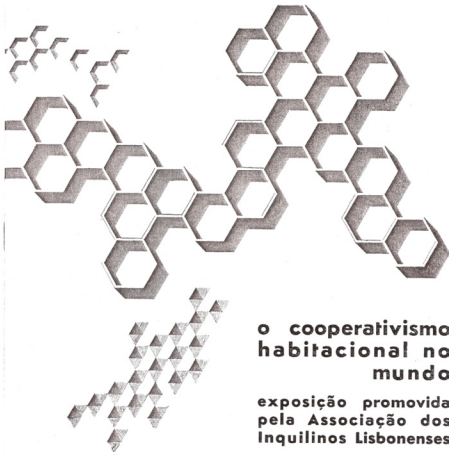


141. Rés-do-chão 1ª fase Santo Tirso | Planta

ções entre moradores, a sociabilização. [Fig.138]

A propósito, Bartolomeu da Costa Cabral considera relevante na elaboração de um projecto: *"A espacialidade e a clareza dos espaços interiores, nomeadamente as circulações e o sentido de orientação no interior do edifício, com especial relevância para a entrada e para as escadas, para responder às necessidades de movimento."* [92]

Recuando uns anos no arco temporal, relembramos o projecto de uma Unidade de Habitação Cooperativa para a AIL[93] de Bartolomeu da Costa Cabral e Nuno Teotónio Pereira, não construída. No âmbito de uma exposição sobre Habitação Cooperativa no Mundo, realizada em 1957 na Sociedade Nacional de Belas-Artes,[94] [Fig.139] os arquitectos decidem expor uma célula dessa Unidade à escala real. A *Casa Protótipo* foi amplamente visitada e muito apreciada pela moderna organização espacial em torno de um espaço que se pretendia comum.[Fig.140] Contrariando os princípios desta experiência, Bartolomeu da Costa Cabral suprime em Santo Tirso esse espaço comum, compartimentando todas as divisões. Perde-se a fluidez e flexibilidade nos usos, nomeadamente na relação da sala com a cozinha. Essa condição altera o importante papel da mulher na vida doméstica, dado que deixa de estar presente em todos os momentos de convívio. Na *Casa Protótipo*, os arquitectos defendem que a casa deveria ser usada funcional e aberta à vida doméstica, aspecto não visível em Santo Tirso. [Fig.140-141]



139. "O cooperativismo habitacional no mundo" | Cartaz da exposição de 1957

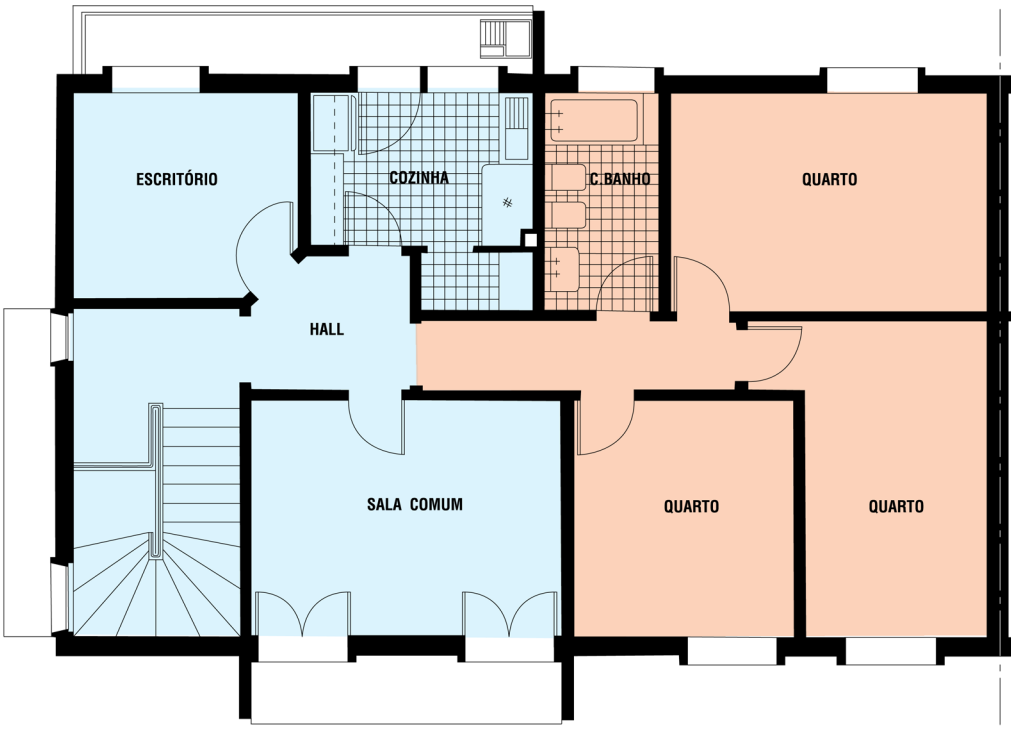

142. Agrupamento Casa do Povo da Chamusca, 1959| Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft | Planta

Quando exemplificamos projectos da autoria do arquitecto Bartolomeu Costa Cabral no âmbito da habitação programada em Portugal, referimo-

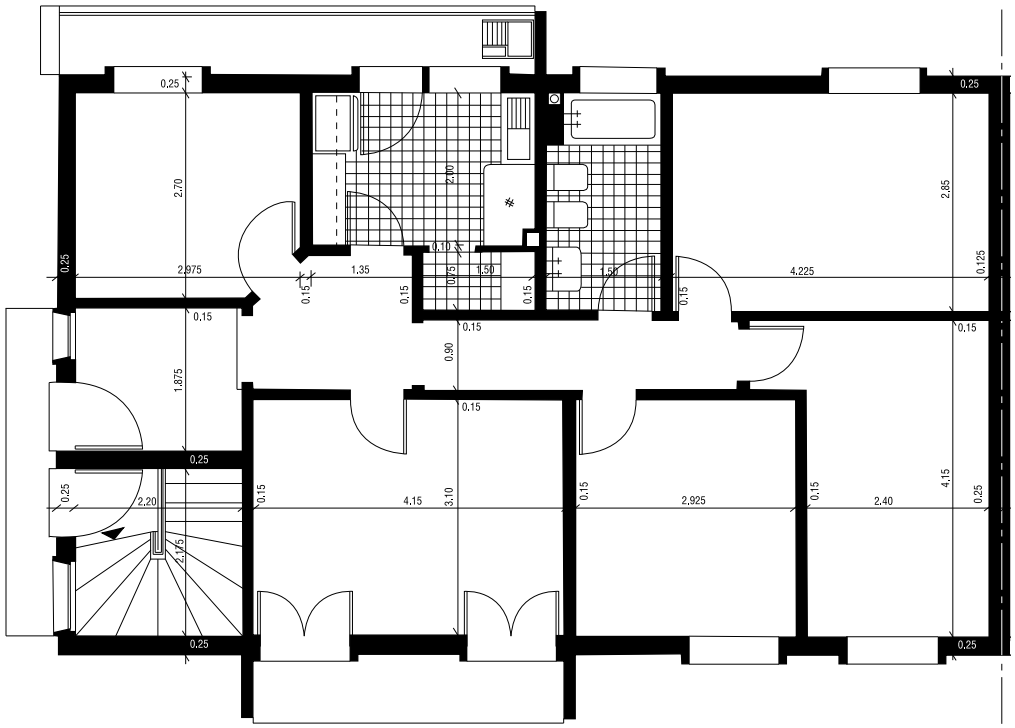
92 | CABRAL, Bartolomeu da Costa - A Ética das Coisas in Bartolomeu da Costa Cabral: 18 obras. - Porto: Circo de Ideias. 2016. p.6

93 | AIL: Associação dos Inquilinos Lisbonenses.

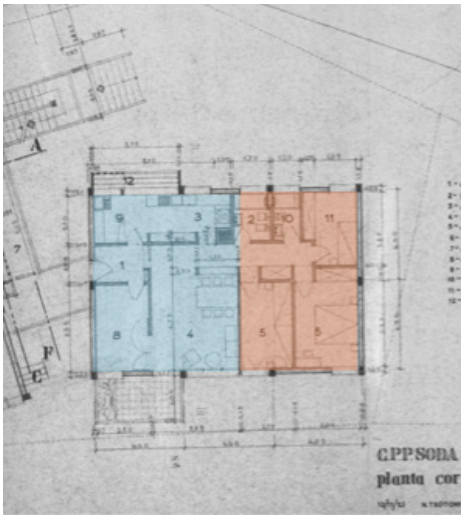
94 | TAVARES, Maria - "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto: Faup, 2015. p.266.



143. Planta Piso 1 | Separação clara das duas zonas | Azul: Zona Diurna | Laranja : Zona Noturna | Escala 1/100


0,25
2,70
2,100
0,10
0,75
1,50
1,50
0,15
0,15
0,15

-nos a casos como o Bairro da Chamusca[95]. [Fig.142] Este projecto partilhado comum com Vasco Croft, apresenta uma aproximação à vivência da família através da redução de circulações, respondendo assim melhor ao programa.[96]



144. Póvoa Sta Iria, Casas de Renda Económica, CPP Soda Póvoa, 1954 | NTP
Separação das duas zonas | Azul: Zona Diurna | Laranja: Zona Noturna

O princípio de organização no caso de estudo em Santo Tirso, através de um corredor que liga os diferentes compartimentos da casa, cria um isolamento nos diferentes ciclos de habitar. São colocadas portas que separam o hall de entrada do espaço que oferece entrada à sala, cozinha e escritório e novamente outra porta que separa esta área comum dos quartos e casa de banho. Parece ser indicado o uso de portas de fole e não de batente, por questões de área, mas isola a zona diurna da nocturna. [Fig.143]

Se compararmos a proposta de Nuno Teotónio Pereira para os funcionários da *Fábrica Soda Póvoa* [Fig.144] para os funcionários administrativos datada de 1954[97] com a proposta de Bartolomeu Costa Cabral no caso de estudo, a distribuição dos espaços interiores é similar. Respondeu-se a dois tipos de ocupação distintos: uma zona de estar diurna; uma zona de estar noturna ou íntima.



145. Extensão da cozinha para o logradouro com uso de lavagem de roupas. | 2017

A cozinha usufrui de um espaço de arrumos e uma varanda que pretende ser a extensão da zona de serviço para a lavagem e secagem da roupa. [Fig.145] O espaço de refeição não é indicado como local fixo, sendo provavelmente estendido para a sala ou sendo porventura no denominado escritório, visto os espaços serem de dimensões muito reduzidas. A sala, ao contrário da proposta da *Casa Protótipo* para a exposição de 1957, apresenta-se com dimensões idênticas às dos quartos do fogo (4,15m por

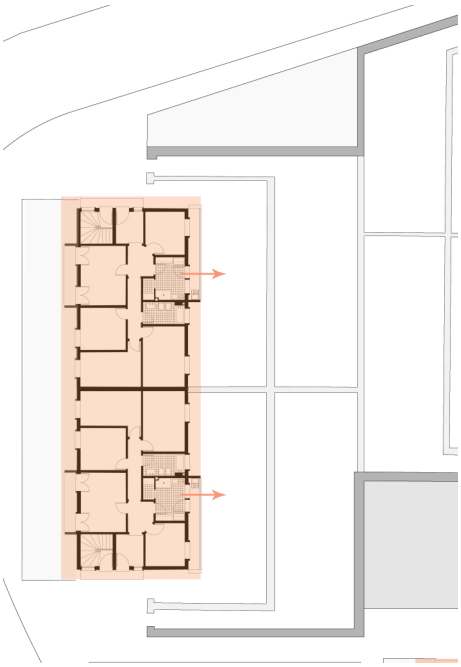
95 | Agrupamento Casa do Povo da Chamusca, 1959 | Bartolomeu da Costa Cabral, Vasco Croft.
96 | TAVARES, Maria, "Leituras da produção [moderna] da casa: as HE nos anos 50 e 60 em Portugal", Resdomus, Grupo FCT Atlas da Casa, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Porto, 2010; www.resdomus.blogspot.pt [2010].
97 | Ibidem.



148. Logradouro e acesso da cozinha para o espaço exterior



149. Alterações realizadas pelos moradores nos logradouros e nas varandas



147. Excerto da planta de implantação | 1/500

3,10m). [Fig.146] Na *Casa Protótipo* a sala seria grande e ampla e interligava os compartimentos. O espaço da sala oferece dois vãos com acesso a uma outra varanda funcionando como extensão da mesma e conferindo-lhe iluminação natural, aspecto crucial para Bartolomeu da Costa Cabral na elaboração de um projecto.

Como referido anteriormente, cada fogo tem acesso a um logradouro privativo, que segundo relatos seria utilizado mariotariamente para cultivo ou convívio familiar. No desenho de implantação onde estão assinalados os arranjos dos logradouros é possível perceber que as habitações que se localizam no rés-do-chão privilegiam de um extensão do espaço interior da casa. [Fig.147] Acedido pela cozinha, a extensão da casa não se limita por guardas encerradas [Fig.148] permitindo o uso constante do espaço. No caso das habitações do primeiro pisos, o acesso aos respectivos logradouros são realizados pelo espaço público e não de forma tão directa, como no caso dos fogos que se localizam no piso inferior. Estes logradouros são separados entre si através de um muro de tijolo com 50 cm de altura e 20 cm de espessura. Na relação com o exterior, foi usado um muro de granito de 1,20 m de altura e 50cm de espessura.

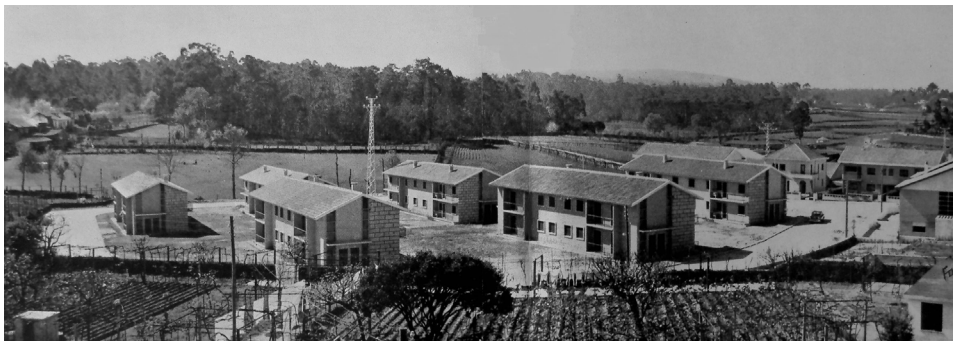


150. Alterações realizadas pelos moradores nos logradouros.

Pelas visitas ao local, diversos logradouros foram apropriados pelos moradores à medida que os vizinhos iam deixando as habitações, não sendo visível em algumas situações, a separação entre rés-do-chão e 1º piso marcada pelos muros. [Fig.149-150]

[Materiais]

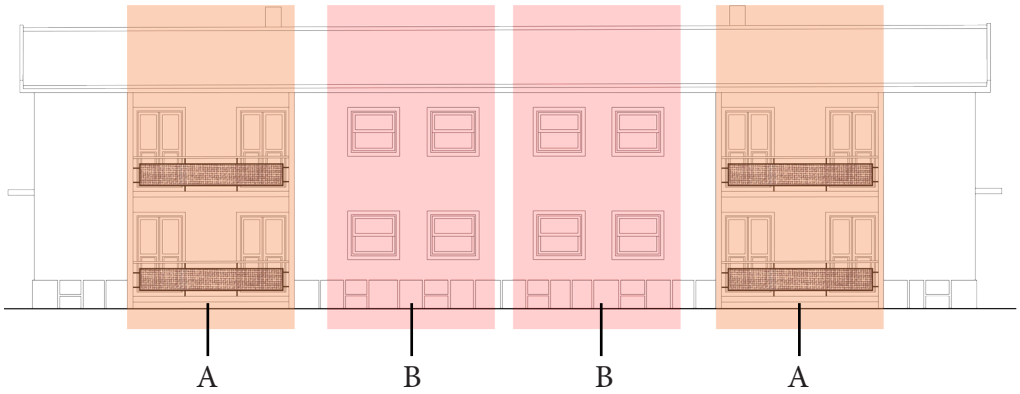
As fachadas do conjunto de Casas de Renda Económica de Santo Tirso, representam uma forte relação com a tradição e o Movimento Moderno sendo que este vínculo foi importante para o resultado final. Na procura de propor uma linguagem acessível aos moradores, a sua estrutura assentou no conjunto de seis volumes cujos materiais utilizados se relacionam com



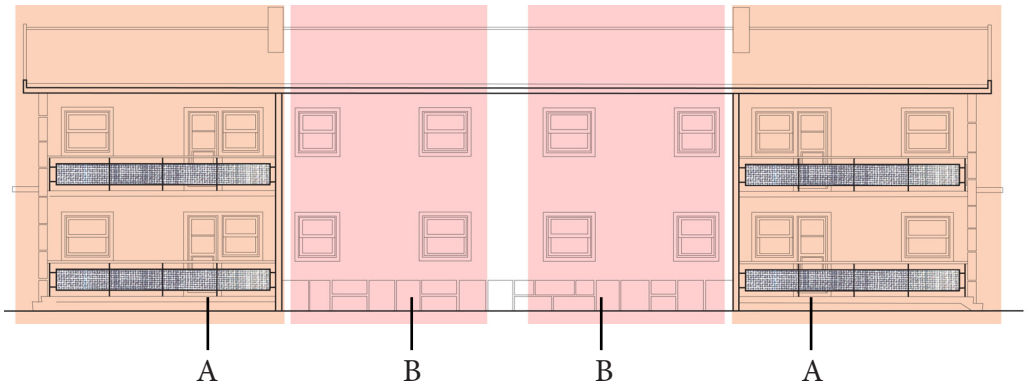
151. Fotografia da época | Relação dos edifícios com o ambiente marcadamente agrícola.



152. Fotografia actual



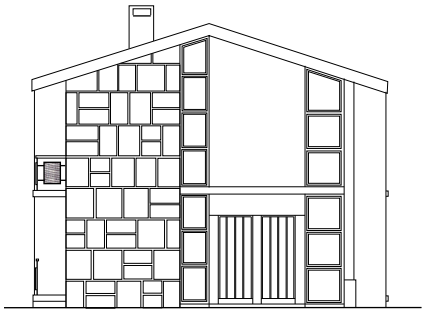
155. Alçado Lateral da Sala e de dois quartos | A: Varanda da sala B: Quartos | Redesenhado | 1/250



156. Alçado Lateral da Cozinha e acesso ao logradouro | A: Varanda da cozinha B: Quartos | Redesenhado | 1/250

o exterior e com a arquitectura rural do Norte de Portugal. Bartolomeu da Costa Cabral concebeu seis volumes com um forte carácter de conjunto, colocados todos no mesmo eixo e com os acessos aos fogos realizados nos topos dos edifícios. [Fig.151-152]

O facto do projecto oferecer um espaço individual exterior para cada habitação onde se podia cultivar ou mesmo conviver, assim como a criação de um espaço no interior do quarteirão, revelou um importante interesse na dinamização da vivência social enfatizado pela sua organização interna. Os logradouros individuais viram-se para o interior do quarteirão e salienta-se novamente a vivência interior/exterior da casa no piso térreo, onde o espaço da cozinha se expande para o exterior.



153. Alçado Principal | Redesenhado | 1/250

As fachadas por onde se realiza e entrada no fogo [Fig.153] são as mais trabalhadas em termos de plasticidade e as mais interessantes a nível formal, pois é neste ponto que se localiza a caixa de escadas e onde Bartolomeu da Costa Cabral apostou num desenho diferenciador. Colocou janelas ao longo do movimento ascendente das escadas e em ambos os halls de entrada, conferindo luminosidade no interior e verticalidade no desenho da fachada. [Fig.154] Por cima das portas de entrada de madeira apostou no uso de uma pala para abrigar da chuva, oferecendo um elemento horizontal ao desenho. Separou a fachada em duas propondo granito da região para a zona onde se localiza o quarto/escritório e reboco para a restante.



154. Alçado Principal

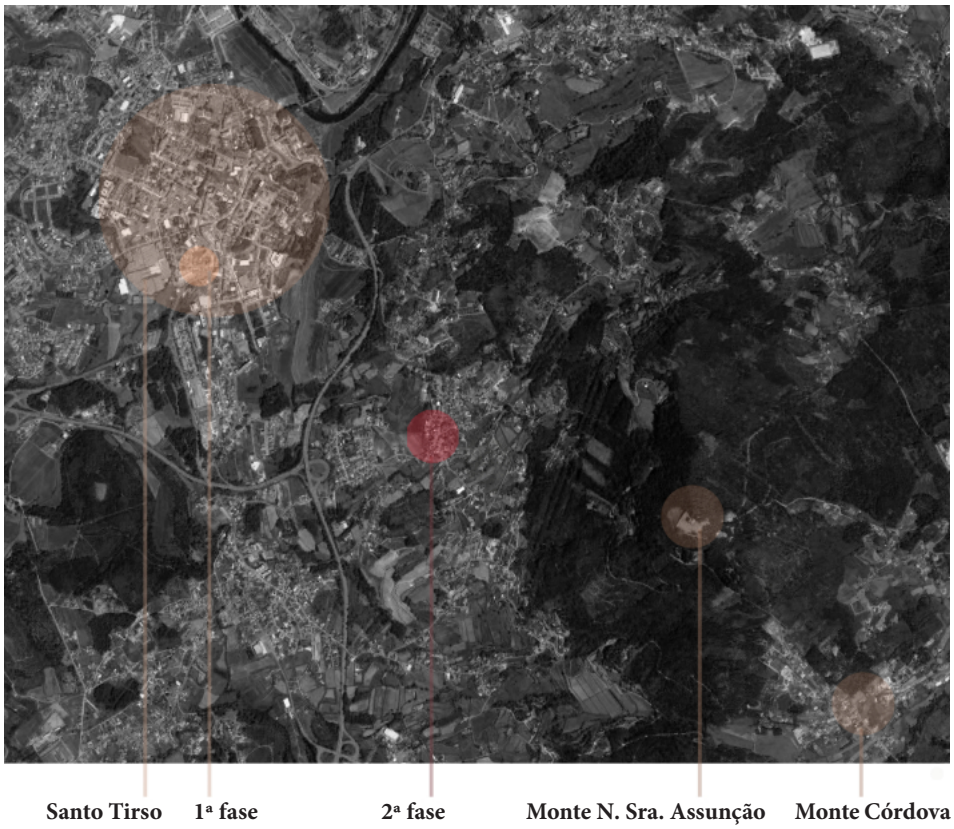


157. Alçado Lateral | Varanda da sala e quartos

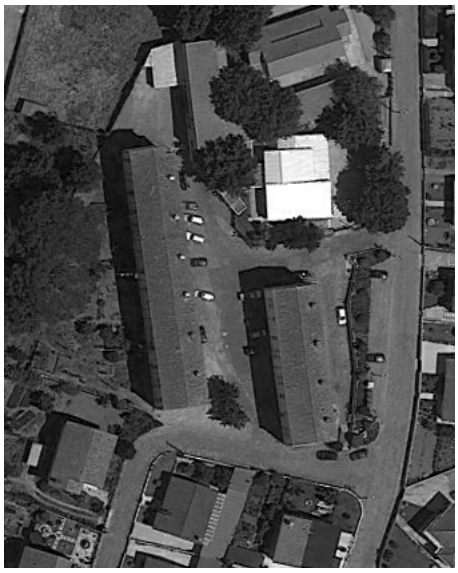
Ao longo das fachadas laterais o arquitecto apostou numa métrica ABBA, sendo o A as varandas e o B as janelas dos quartos. [Fig.155-156] Na varanda onde se localiza a sala, os vãos são maiores para permitir a entrada de mais luz solar e o acesso por ambas ao exterior. [Fig.157] Todos os vãos, à excepção da porta de entrada possuem de uma moldura de pedra. Nestas fachadas o embasamento em granito e o telhado conferem enquadramento e expressividade ao conjunto.



158. Bloco A do conjunto



159. Vista aérea | Relação de proximidade do conjunto com Santo Tirso, Monte N. Sra. da Assunção e Monte Córdova



160. Vista aérea da 2ª fase das Casas de Renda Económica de Santo Tirso | Bloco A e B

2a fase | 1975

[Projeto e obra: contexto]

A segunda fase do agrupamento de Casas de Renda Económicas em Santo Tirso localiza-se a Sul da vila, na freguesia de São Miguel do Couto, num ponto mais alto em direcção ao Monte da Nossa Senhora da Assunção e a Monte Córdova, próximo do centro de onde é possível observar a vila. [Fig.159] A localização para o agrupamento em São Miguel do Couto é aliciante pois encontra-se nos arredores de Santo Tirso, numa zona recentemente urbanizada e localizada perto de uma escola de 1º ciclo.[98]



161. Vista aérea das Casas de Renda Económica de Bragança | Bloco A, B e C.

Crê-se que a data da construção será após 1968, data do projecto de Alcino Soutinho para Bragança.[99] Em Santo Tirso é usado o mesmo projecto, embora numa escala mais reduzida no que respeita à quantidade de blocos, organização de volumes e acessos viários. Enquanto que a proposta de Bragança é composta por cinco blocos de habitação com três soluções diferentes (A,B e C), em Santo Tirso encontramos apenas dois blocos e duas soluções: A e B. [Fig.160-161]

98 | "A carta de Atenas" / C.I.A.M.; trad. Maria de Lourdes e F. Castro Rodrigues. - 1941. Capítulo 2: ponto 18,19 e 20.

99 | Referido no capítulo 2.



163. Alçado principal | CRE Bragança



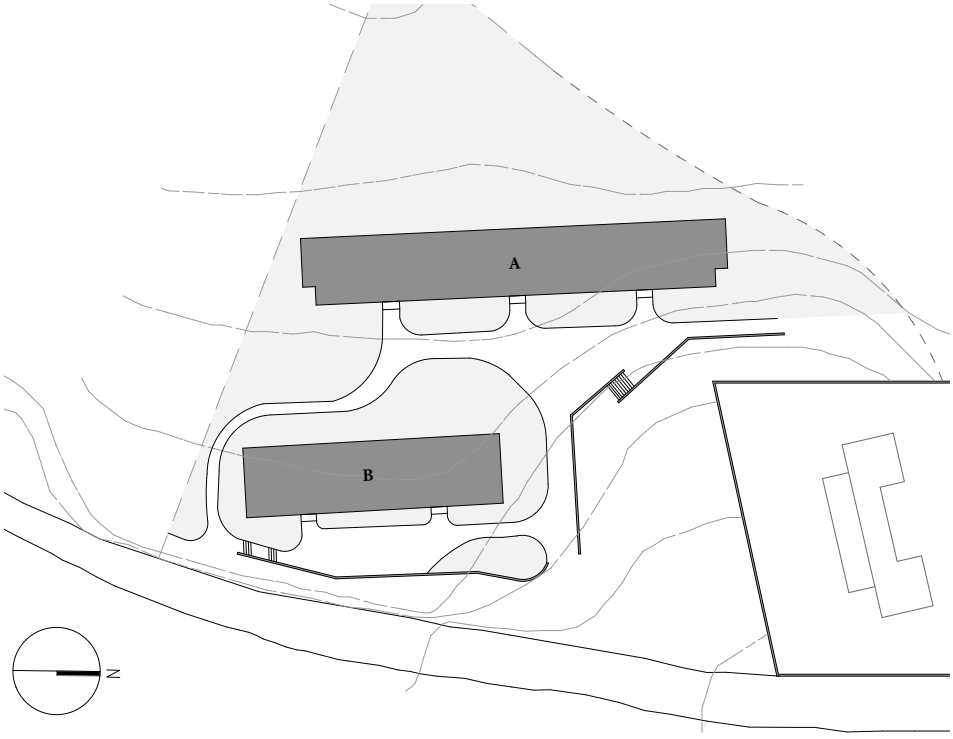
164. Alçado principal | CRE Santo Tirso



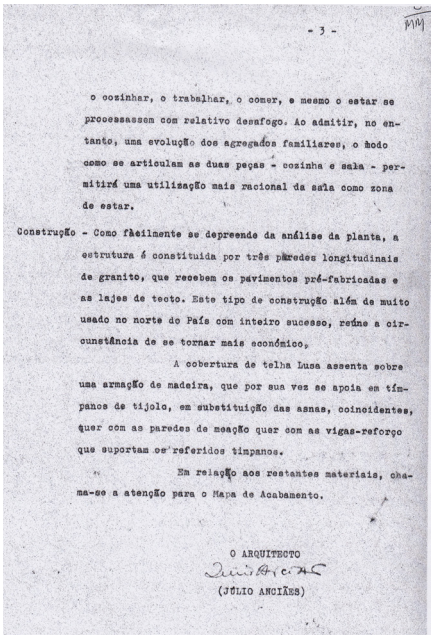
165. Alçado tardoz | CRE Bragança



166. Alçado tardoz | CRE Santo Tirso



167. Implantação do conjunto | Escala 1/1000 | Redesenhado.



- 3 -

o cozinhar, o trabalhar, o comer, e mesmo o estar se processassem com relativo desafogo. Ao admitir, no entanto, uma evolução dos agregados familiares, o modo como se articulam as duas peças - cozinha e sala - permitirá uma utilização mais racional da sala como zona de estar.

Construção - Como fàcilmente se depreende da análise da planta, a estrutura é constituida por três paredes longitudinais de granito, que recebem os pavimentos pré-fabricadas e as lajes de tecto. Este tipo de construção além de muito usado no norte do País com inteiro sucesso, reúne a circunstância de se tornar mais económico.

A cobertura de telha Lusa assenta sobre uma armação de madeira, que por sua vez se apoia em tímpanos de tijolo, em substituição das asnas, coincidentes, quer com as paredes de meação quer com as vigas-reforço que suportam os referidos tímpanos.

Em relação aos restantes materiais, chama-se a atenção para o Mapa de Acabamento.

O ARQUITECTO

(JÚLIO ANCIÃES)

162. Folha 3 da Memória Descritiva da proposta assinada por Júlio Anciães.

A segunda fase de Casas de Renda Económica de Santo Tirso terminou a sua construção em meados de 1975 [100], já depois da extinção das HE. A memória descritiva [Fig.162] é assinada por Júlio Anciães e não Alcino Soutinho, facto que nos leva a acreditar que Júlio Anciães fosse um técnico do GEP e terá sido uma das obras em curso que estaria a terminar aquando da extinção do organismo. Se analisarmos as propostas para Bragança e para Santo Tirso identificamos grandes similaridades entre elas, afirmando mesmo que são a mesma proposta. [Fig.163 a 166]

[Implantação]

A proposta para São Miguel do Couto assenta no desenho de dois blocos com a mesma orientação da primeira fase no centro de Santo Tirso: Norte/Sul. [Fig.167] Neste caso, a orientação dos blocos está relacionada com a intenção de aproveitar o declive do terreno e poupar nos custos e movimentos de terras.[101] Desta forma usou-se a rua existente que se situa numa cota mais elevada do terreno como ponto de acesso, desenvolvendo-se a proposta para uma cota inferior e ligando as duas com uma pendente pouco acentuada para Poente.

[Volumetria]



168. Espaço entre os edifícios utilizado para estacionamento | Escola Primária ao fundo

No decorrer de visitas ao agrupamento, constatamos que o acesso actual é realizado por novos arruamentos construídos posteriormente, alterando o espaço entre os blocos que seria inicialmente utilizado como local de convívio e usado apenas para acesso pedonal. Com o aumento da circulação automóvel assim como a posse do mesmo pelos beneficiários, esses espaços entre blocos passaram a ser circuláveis, sendo utilizados para estacionamento e acesso à Escola Primária. [Fig.168] Na proposta do agrupamento

100 | MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013, p.344.

101 | Memória Descritiva do Projecto.



169. Vista do conjunto da 1ª fase de CRE em Santo Tirso



170. Vista do Bloco A da 2ª fase de CRE em Santo Tirso



172. Galeria de uma das casas já alterada | Extensão da vida da casa para o exterior

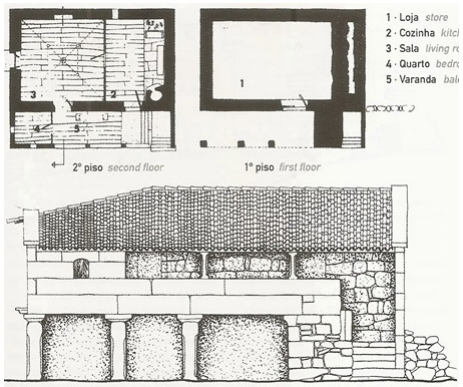


171. Sistema de acesso Vertical Múltiplo | Entrada 1

existe também a referência a um espaço reservado para recreio das crianças, não sendo possível identificar o local.

Quanto à posição dos dois blocos no terreno, para além de poupar no custo de movimento de terras, as fachadas dos mesmos são abertas para Nascente e Poente. Estes são constituídos por cinco entradas tendo a totalidade do projecto quarenta fogos, trinta e dois de tipologia T3 e oito de T4. Ao contrário da primeira fase caracterizada por dois pisos, os blocos distribuem-se por quatro pisos conforme o máximo estipulado pela Lei nº 2007.[102] [Fig.169-170]

[Sistemas de Acesso]



173. Uso da galeria numa casa minhota.



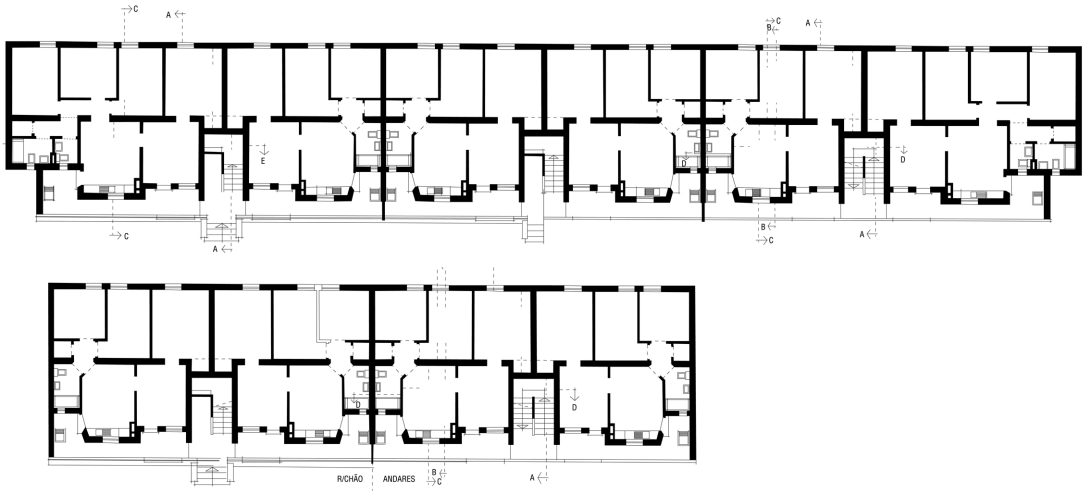
174. Exemplo de alteração da galeria pelos moradores

O sistema de acesso da proposta é vertical múltiplo combinando um típico esquerdo-direito. [Fig.171] No entanto, uma curiosa galeria de acesso privada para cada uma das habitações assume uma expressividade invulgar nos alçados, ao mesmo tempo que permite que cada família se aproprie desse espaço da forma que mais lhe convém, *"[elevando] para cotas mais altas, todas as funções que uma casa unifamiliar beneficiava"*[103]. [Fig.172] Este acesso à habitação realizada pela galeria/varanda aberta "*muito fundamentado (...) na casa transmontana*",[104] [Fig.173] como no agrupamento em Bragança, oferece abrigo e permite total acesso a toda a casa: desde o acesso principal pela sala e servindo acesso de serviço para a lavandaria e cozinha. Após visitas ao agrupamento, verificou-se que quase todos os moradores fecharam esse espaço exterior, aumentando a área interior da casa e substituindo também a caixilharia de madeira. [Fig. 174]

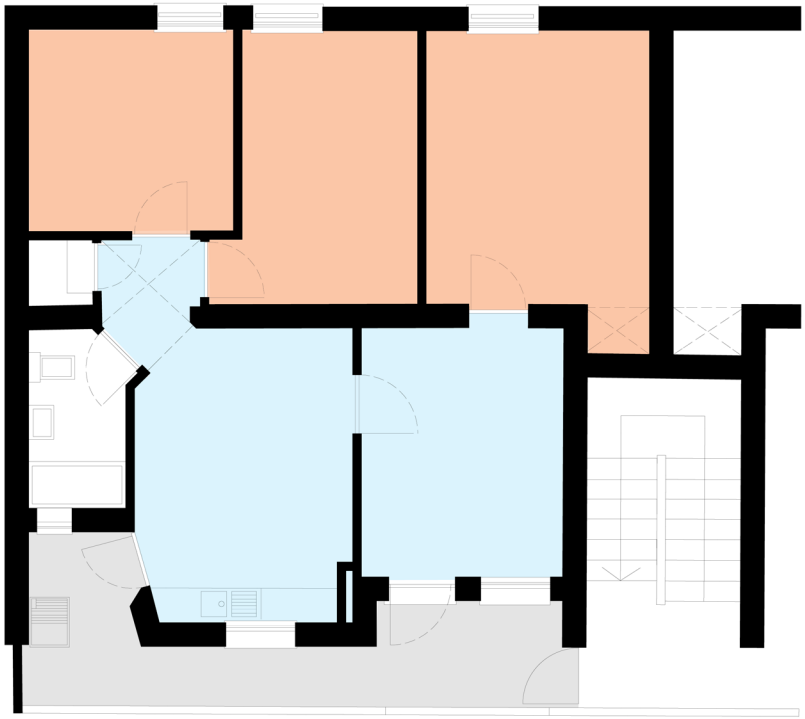
102 | Lei nº 2007 de 7 de Maio de 1945.

103 | TAVARES, Maria - "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto: Faup, 2015, p.442.

104 | LOPES, Carlos Nuno Lacerda - Arquitectura e modos de habitar : conversas com arquitectos. Porto : CIAMH, 2012. Vol.IV Alcino Soutinho. p.33.



176. Planta da organização interna dos edifícios. | em cima Bloco A, em baixo Bloco B | Redesenhado | 1/400



179. Planta da organização interna do T3 | Laranja: Quartos; Azul: Cozinha e Sala; Cinza: Galeria privada | Redesenhado | 1/100



180. Vista da sala para a entrada e a galeria à esquerda e para a cozinha à direita.



175. Marinha Grande, CRE 1955 | Conceição Silva | Galeria

As propostas para Bragança e Santo Tirso, são dos poucos projectos das HE em que a galeria foi usada como sistema de acesso às habitações e como ponto de encontro e de vivência. Também na Marinha Grande[105] por Conceição Silva, a galeria foi proposta num pequeno agrupamento com uma escala muito contida. [Fig.175] Nestes projectos o usufruto das galerias conseguem respeitar os limites da privacidade e vivência da casa.



177. Entrada oficial na casa.

[Organização Interna da Habitação]

Na proposta para o agrupamento de Bragança e para Santo Tirso, Alcino Soutinho - responsável pelo projecto e pela Delegação Norte das HE - defendeu o desenho de uma casa funcional para a família. O autor pretendeu enfatizar a tradição anglo-saxónica que tem vindo a crescer no pensamento para uma arquitectura Moderna[106] e onde a compartimentação dos espaços é reduzida: usando a sala de estar como centro de convívio e local de distribuição de espaços e funções.[107] [Fig.176]

A entrada formal na habitação não se realiza pelo tradicional hall de entrada que depois distribui para os diferentes compartimentos. Alcino Soutinho pretendeu usar a sala como hall de entrada, [Fig.177-178] criando uma *relação descomprometida de ligação do hall com os quartos*[108] e criando uma relação directa com as actividades na cozinha e com o resto da habitação, o chamado *living*[109]: um sistema funcional que não é rígido na compartimentação da casa. [Fig.179-180]



178. Hall de entrada/Sala de onde se vê um dos quartos

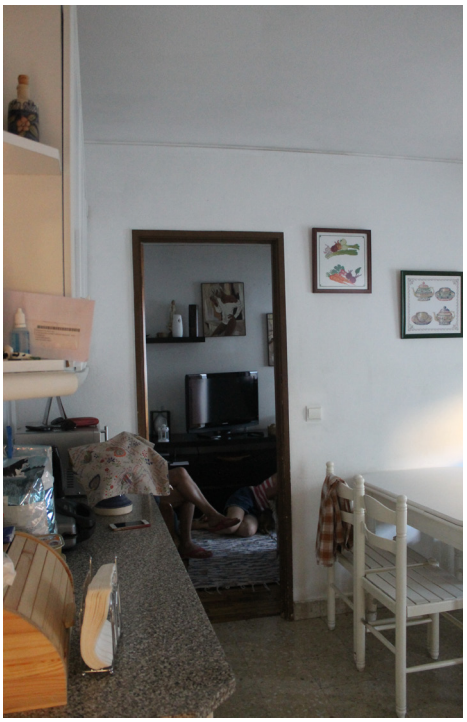
105 | Casas de Renda Económica, Marinha Grande 1955 de Francisco Conceição Silva.

106 | Por exemplo: A proposta da Casa Protótipo para a Exposição da Habitação Cooperativa de 1957, de Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral..

107 | A propósito consultar: TAVARES, Maria, "Casa protótipo: afirmação de um caminho experimental em arquitectura", Resdomus, n.o 1, FAUP publicações, Porto, 2014, p. 73-83.

108 | Ibidem p.32.

109 | Ibidem.



181. Ligação da cozinha com a sala.



182. Vista da cozinha para a distribuição dos quartos



183. Vista da cozinha para a entrada de serviço e zona de lavagem de roupa.



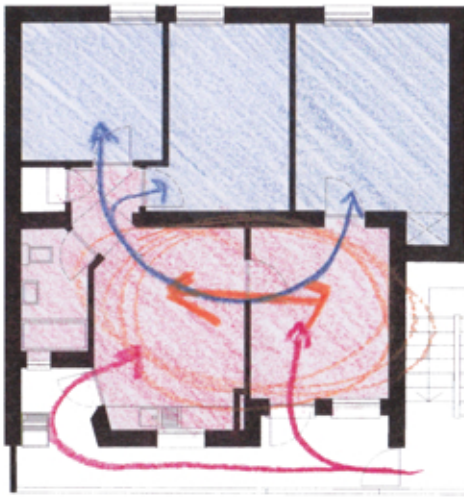
185. Vista do quarto principal para a sala/ entrada e galeria.



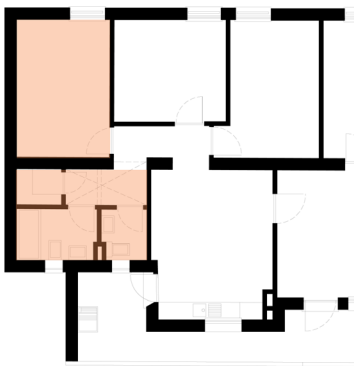
187. Implantação | Espaços virados a Nascente [zona diurna] e Poente [zona noturna] | 1/1000



184. Galeria, zona de lavagem de roupa e acesso à cozinha ao fundo.



186. Desenho sobre planta do fogo T3 | relação dos espaços diurnos [vermelho] com os espaços noturnos [azul] | fluidez de movimentos entre compartimentos | S/escala



188. Planta do fogo T4 | acrescento de um quarto e casa de banho | Redesenhado | S/escala

Ao entrarmos na habitação todo o espaço é sala de estar, de comer, de cozinhar, de brincar: estamos perante a um espaço polivalente que nos faz a ligação para os quartos, a zona mais resguardada e noturna. [Fig.181-182] Com a entrada oficial da casa a ser realizada pela sala, existe ainda uma entrada de serviço, direcionada para a lavagem e tratamento da roupa e por onde se pode também aceder à cozinha. [Fig.183-184] Existindo esta entrada secundária, o ponto central da vivência do fogo passa a ser a cozinha e a sala de estar, cuja a sua permeabilidade interliga os restantes compartimentos da casa. [Fig.181]

Na entrevista a Nuno Lacerda Lopes[110], em relação ao seu primeiro projecto de habitação plurifamiliar localizado no Porto,[111] Alcino Soutinho refere que o acesso aos quartos eram realizados pela sala, com a particularidade de existir um quarto separado dos restantes de serviço, e dirigido à empregada interna. Paralelamente a este caso, na proposta de São Miguel do Couto em Santo Tirso e em Bragança, o acesso aos quartos é realizado a partir da cozinha através de um pequeno hall de distribuição, à excepção de um quarto de maior dimensão, cujo acesso é realizado pela sala. Este quarto encontra-se separado dos restantes, mas o seu carácter de quarto de serviço é anulado, visto referirmo-nos a habitação de âmbito social e poderá ser identificado como quarto principal. [Fig.185-186]

A distribuição interna do fogo separa e organiza toda a actividade diurna para Nascente e a actividade noturna para Poente. [Fig.187] Nos oitos fogos de tipologia T4, a existência de duas casas de banho, uma completa e outra de serviço, localizadas no mesmo ponto de águas permitiram aumentar um quarto ao fogo. [Fig.188]

110 | Ibidem.

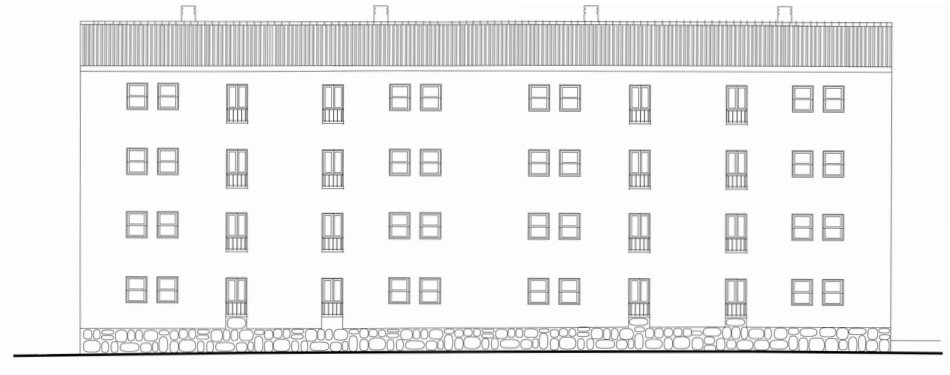
111 | Ibidem. ; Projecto realizado na Rua 5 de Outubro no Porto. data desconhecida.



189. Alçado principal virado a Nascente | Bloco B [o Bloco A é igual] |Redesenhado | 1/200



190. Alçado principal virado a Nascente | Bloco A | Piso superior | Dois planos visíveis



194. Alçado tardoz virado a Poente | Bloco B |Redesenhado | 1/200



195. Alçado tardoz virado a Poente | Bloco B



191. Vista exterior do gradeamento que está alinhado com a entrada formal.

Na segunda fase em São Miguel do Couto,, Alcino Soutinho é bastante assertivo no desenho dos alçados indo de encontro à simbiose da importância da casa transmontana com a arquitectura rural e a arquitectura moderna. À semelhança do que acontece na primeira fase em Santo Tirso, o arquitecto pretendeu criar uma relação da tradição com o Movimento Moderno.



192. Vista dos dois planos: plano da galeria e plano da casa.

Na fachada principal virada a Nascente, [Fig.189] de onde se acede às habitações, houve interesse do autor pela marcação das galerias de acesso de forma contínua, num desenho horizontal que cria dois planos de trabalho: o primeiro corresponde à marcação da galeria [Fig.190] de forma contínua e com umas aberturas no betão com gradeamento, [Fig.191] que se encontram alinhadas com a entrada formal da habitação; o segundo correspondente a um plano tardoz onde se desenvolve a vida da habitação com a entrada formal na casa e o acesso à cozinha e à zona de lavagem de roupa. [Fig.192] No Bloco A - com o acrescento de mais um quarto e uma casa de banho nos fogos das extremidades - é encontrado ainda um terceiro plano da fachada mais recuado, apenas com pequenas aberturas paras as casas de banho. [Fig.193]



193. Vista do Bloco A | Terceiro plano para receber a casa de banho

Num desenho maioritariamente horizontal da fachada principal, a verticalidade da caixa de escadas aberta do acesso vertical múltiplo é anulada pela marcação da galeria. A existência da galeria levou-nos questionar nos pontos anteriores, o seu propósito pela existência do portão que nos separa do espaço comum do privado que seriam com a intenção de filtrar a luz solar em contexto económico.



196. Alçado tardoz virado a Poente | Vãos dos quartos de fogo T3 | Bloco B



198. Caixilho Batente | original em madeira | quarto principal



199. Caixilho em Guilhotina | original em madeira | restantes quartos, sala e cozinha

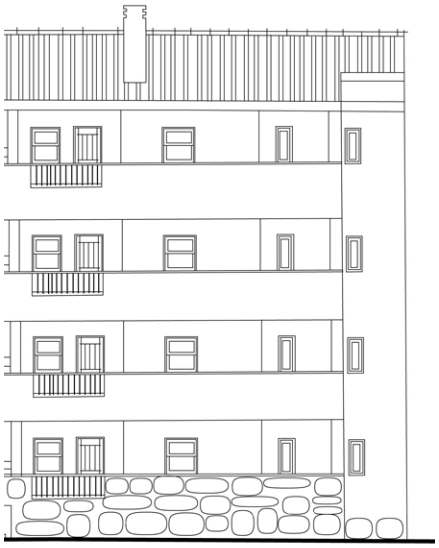


200. Alçados laterais | Bloco A à esquerda | Bloco B à direita



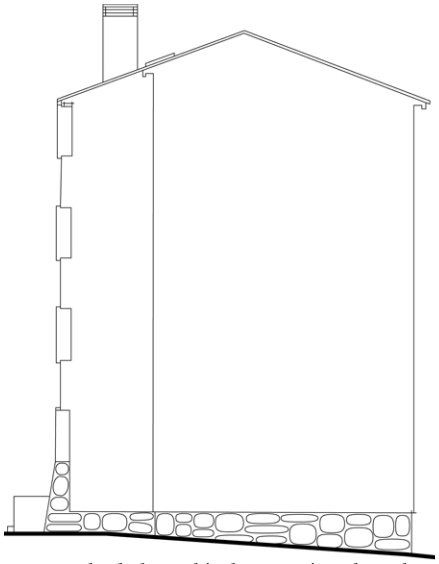
197. Caixilho original em madeira

A fachada Poente [Fig.194-195] com um só plano é mais fechada, bastante ritmada e marcada apenas pelos vãos dos quartos. Ao contrário da oposta, o desenho dos vãos prometem uma verticalidade que se opõe à horizontalidade da fachada das galerias a Nascente. O ritmo dos vãos é definido pelo tipo de aberturas: os quartos principais acedidos pela sala têm um vão vertical e maior relativamente aos outros, de forma iluminar mais o espaço. [Fig.196] Os restantes quartos têm uma abertura mais pequena, correspondendo ao tamanho do quarto. A caixilharia de madeira das janelas [Fig.197] são de batente nos primeiros quartos, juntamente com uma guarda em metal e nos restantes, em sistema de guilhotina. [Fig.198-199]



201. Extrato fachada Nascente | Bloco A | Redesenhado | 1/200

Em ambas as fachadas o embasamento em pedra e a cobertura, enquadram e sustentam a unidade do conjunto. No caso da fachada principal a Nascente a chaminé confere ritmo e expressividade. As fachadas dos topos dos dois blocos são fechadas e densas com uma excepção do bloco A, cujos planos quebram para receber mais um quarto e uma casa de banho. [Fig.200 a 202]



202. Fachada lateral | Bloco A | Redesenhado | 1/200

Transpondo os princípios da arquitectura rural, nomeadamente o conceito usado da casa transmontana para blocos de habitação plurifamiliar, sem esquecer os princípios da arquitectura moderna, Alcino Soutinho apoderou-se dos conceitos de vivência social usados em conjuntos mais pequenos e conseguiu transpô-las para um uso em altura, com a criação das galerias.

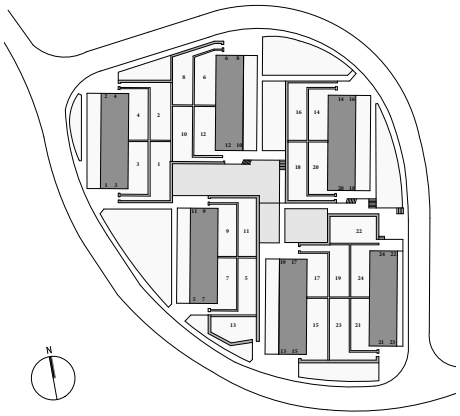


203. Localização das duas fases em relação com Santo Tirso

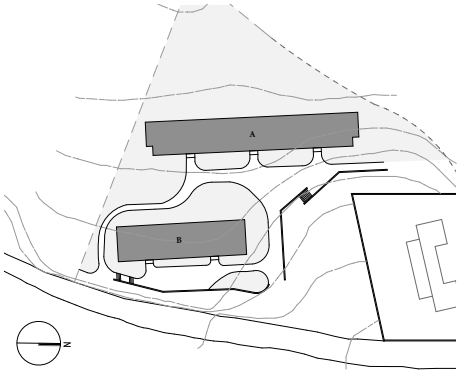

204. 1ª fase de Casas de Renda Económica, Santo Tirso | Bartolomeu da Costa Cabral | 1963


205. 2ª fase de Casas de Renda Económica, Santo Tirso |Alcino Soutinho | 1975

Duas metodologias



204a. Implantação 1ª fase de Casas de Renda Económica, Santo Tirso | Bartolomeu da Costa Cabral | 1963 | Redesenhado S/escala

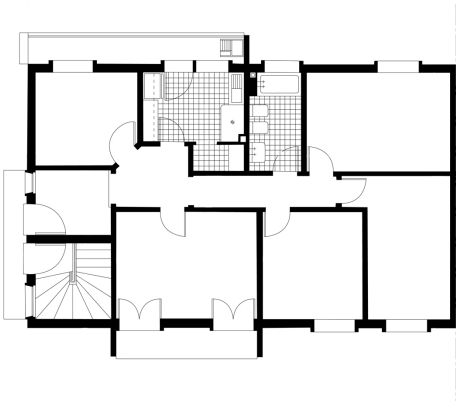


205a. Implantação 2ª fase de Casas de Renda Económica, Santo Tirso | Alcino Soutinho | 1975 | Redesenhado S/escala

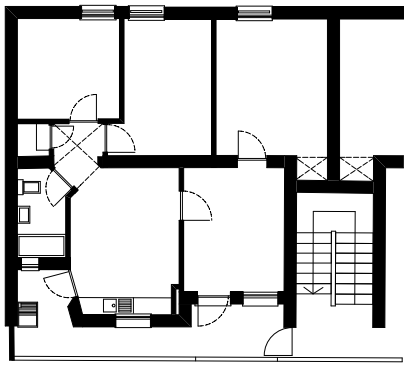
Ao analisarmos os dois agrupamentos de Casas de Renda Económica em Santo Tirso consideramos que os arquitectos Bartolomeu da Costa Cabral e Alcino Soutinho responderam a um programa de âmbito económico de formas distintas, tendo em conta o local e a proximidade com o meio urbano.

As duas propostas localizam-se em pontos diferentes da vila: a primeira fase de 1963, está muito próxima do centro urbano e de uma vila em pleno crescimento e a segunda fase de 1975, está numa zona recentemente urbanizada, fora do centro urbano e dos serviços primários. [Fig.203] Relativamente à implantação e à volumetria, a primeira fase tem uma escala bastante reduzida de seis pequenos edifícios de dois pisos, cujo acesso aos fogos se realiza de forma directa.[Fig.204] Uma proposta que se aproxima das vivências rurais da zona. A segunda fase é definida por dois blocos com quatro pisos cada e tem uma escala mais próxima de uma arquitectura urbana, [Fig.205] sem se desvincular de valores da arquitectura mais tradicional, introduzindo um elemento muito importante na casa minhota: a galeria privada de acesso à habitação.

O espaço interno da casa na primeira fase corresponde a uma contradição de valores que Bartolomeu da Costa Cabral vinha a construir, desde



206. Planta rés-do-chão | 1ºa fase | Redesenhado | S/escala



207. Planta T3 | 2ª fase | Redesenhado | S/escala



208. 1ª fase | Espaço de lazer e de convívio entre moradores no interior do quarteirão.



209. 1ª fase | Espaço destinado às crianças no interior do quarteirão

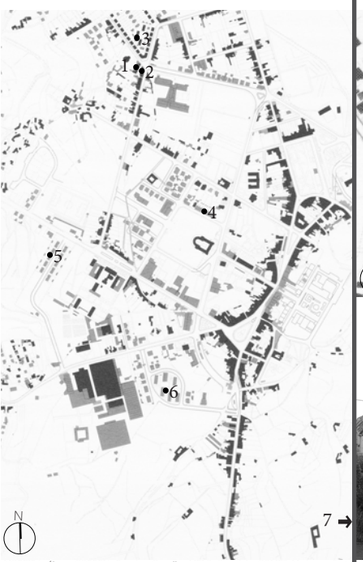
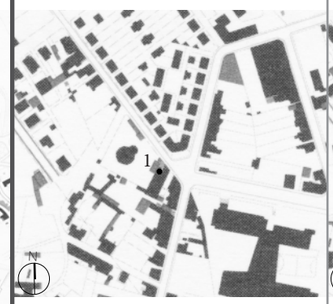
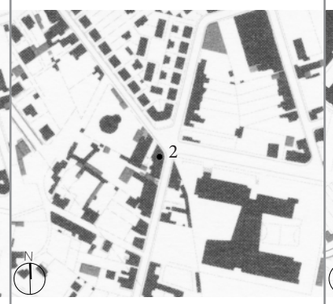
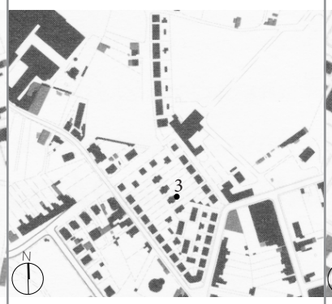
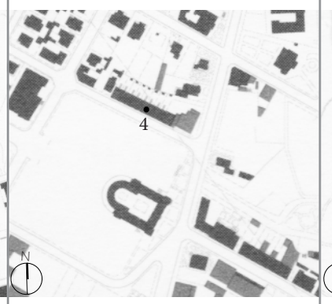
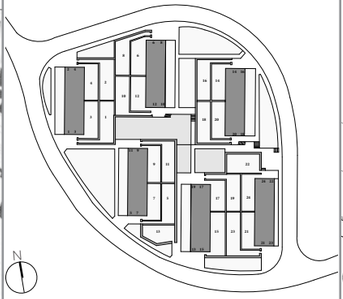


210. 2ª fase | Espaço entre edifícios inicialmente usado para convívio entre moradores.

a experiência da *Casa Protótipo* já apresentada, aos trabalhos individuais ou em co-autoria: criação espaços de vivência central, ampla comunicação entre espaços, zonas comuns de comer, trabalhar, brincar, cozinhar. A proposta para Santo Tirso vem contradizer estes ideais ao compartimentar os diferentes espaços e ao dividir o fogo por um corredor, não existindo um ponto de convergência de movimentos na habitação. [Fig.206] Na segunda fase de Alcino Soutinho, a organização da casa responde ao programa habitacional com uma dinâmica diferente. Esta proposta reage e dá importância à vivência da casa, tal como apresentado na Exposição de 1957. A relação da cozinha e da sala com os restantes compartimentos, permitem uma abordagem mais direcionada para vivência da família. Ao colocar a entrada formal do fogo pela sala que por sua vez liga à cozinha, permite-nos encontrar um ponto onde a família vive em comum. A solução de utilizar uma galeria, permite que a casa seja expandida para o exterior, ainda que em altura. [Fig.207]

Relativamente à importante questão da sociabilização, ambas as propostas apostam em espaços de interacção. A primeira trabalhou à cota baixa entre os blocos de habitação em espaços mais recolhidos, [Fig.208-209] enquanto que a segunda apostou nesses mesmos espaços a duas cotas: a cota baixa, no espaço pedonal entre os dois blocos e a cota mais elevada com o recurso à galeria, onde se afirma a intenção de oferecer ao conjunto uma nova forma de vivenciar a casa dentro e fora dela. [Fig.210]

Após comparação entre as duas propostas para as Casas de Renda Económica em Santo Tirso, podemos afirmar que na proximidade com o mesmo centro urbano é possível responder ao problema da habitação com metodologias diferentes, no que respeita à organização interna da casa e consequentemente na relação com o exterior sem descurar as relações de vizinhança e respondendo às necessidades para o *maior número.*

	1 Bairro da Cadeia	2 Bairro Joaquim Moreira	3 Bairro do Telles	4 Bairro do Arco	5 Bairro da Misericórida	6 Bairro da Previdência	7 Bairro da Previdência
							
	MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013. S/escala. p.298.	 Em cima: MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013, s/ escala. p.298. Em baixo: Arquivo Pessoal.	 Em cima: MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013, s/ escala. p.298 Em baixo: Arquivo Pessoal.	 Em cima: MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013, s/ escala. p.298 Em baixo: Arquivo Museu Municipal Abade Pedrosa	 Em cima: MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013, s/ escala. p.298 Em baixo: https://www.facebook.com/santotirsocomhistoria/photos/a.599097783489881.1073741871.490757150990612/654870774579248/?type=3&theater	 Em cima: MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013, s/ escala. p.298. Em baixo: Arquivo Pessoal.	 Em cima: Redesenhado a partir de implatação cedida pela Câmara Municipal de Santo Tirso, s/ escala. Em baixo: https://www.facebook.com/santotirsocomhistoria/photos/a.514163535316640.107374184 1.490757150990612/565560360176957/?type=3&theater	 Em cima: Redesenhado a partir de implatação cedida pela Câmara Municipal de Santo Tirso, s/escala. Em baixo: Arquivo Pessoal
Plano	Comarca de Santo Tirso	Desconhecido	Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso	Fábrica ArcoTêxteis	Santa Casa da Misericórdia	Habitações Económicas	Habitações Económicas
Projecto	Desconhecido	Desconhecido	Sequeira Braga	Desconhecido	Desconhecido	Bartolomeu Costa Cabral	Alcino Soutinho
Localização	Travessa da Cadeia 41°20'50.6"N 8°28'46.1"W	Rua da Indústria 41°20'50.5"N 8°28'45.3"W	Rua António José borges Silva Telles| Rua São Bento da Batalha 41°20'54.7"N 8°28'46.9"W	Rua São João de Brito 41°20'36.9"N 8°28'38.2"W	Rua da Misericórdia 41°20'32.6"N 8°28'56.4"W	Rua Gonçalves Zarco | Rua Infante Dom Henrique 41°20'20.6"N 8°28'42.3"W	Rua Bacelo 41°19'51.6"N 8°27'46.4"W
Data do Projecto	1915-1946	1915-1946	1ª a 2º fase 1943 - 1949 | 3º fase 1959	1959	1959	1963	1975
Estrutura interna do bairro	Independente do Sistema Viário	Dependente do Sistema Viário	Dependente do Sistema Viário	Dependente do Sistema Viário	Dependente do Sistema Viário	Independente do Sistema Viário	Independente do Sistema Viário
Dominante Tipo-morfológico	Banda	Banda	Blocos	Banda	Blocos	Blocos	Blocos
Habitação	Plurifamiliar	Plurifamiliar	Plurifamiliar	Plurifamiliar	Plurifamiliar	Plurifamiliar	Plurifamiliar
Sistemas de Acesso	Acesso Directo	Acesso Directo	Acesso Directo	Acesso Directo	Acesso Directo	Acesso Directo	Vertical Múltiplo
Número de pisos	1	2	1 | 2	3	1	2	4
Universo	5 fogos	Desconhecido	50 fogos	8 fogos	22 fogos	24 fogos	40 fogos
Equipamento	Sem equipamento	Comércio	Sem equipamento	Comércio	Sem equipamento	Sem equipamento	Sem equipamento

Quadro Síntese 2 - Habitação de Âmbito Económico em Santo Tirso

Considerações finais

Os dois agrupamentos de Renda Económica na cidade de Santo Tirso aqui estudados, constituíram-se como objectos de estudo sobre os quais se desconhece qualquer reflexão do ponto de vista arquitectónico. Como tal, promoveu-se uma primeira abordagem analítica sobre os mesmos, referenciados a um contexto muito mais vasto de construção no norte do país pelas HE, enquanto organismo promotor de habitação para o *maior número.*

Para o estudo aprofundado sobre as obras foi necessário contextualizar a produção das HE, retrocedendo um pouco no arco temporal definido. Uma aproximação à resposta das HE fora dos grandes centros urbanos na zona Norte, revelou ser de extrema importância para compreendermos o interesse do organismo no aprofundamento do conhecimento das populações beneficiárias assim como, compreendermos o interesse de uma geração de arquitectos que se empenhava em conhecer as tradições e os métodos de construção de uma arquitectura em contexto rural. Entendemos que tanto as dinâmicas de sociabilidade como as vivências da casa, foram importantes para esta geração poder produzir directamente para o *utente.*

Após conhecermos a realidade das necessidades da habitação do Norte do

país, realizamos uma aproximação ao desenvolvimento urbano da vila de Santo Tirso, onde os objectos de estudo se inserem. No seguimento deste estudo concluiu-se que a vila de Santo Tirso vivia um momento de transformação e apresentava necessidade de expansão eminente. Este momento levou a que surgissem diversos conjuntos habitacionais de várias entidades patronais, que pretendiam responder à necessidade de habitação, surgindo nesse contexto, os agrupamentos de Renda Económica promovidos pelas HE.

O estudo dos dois agrupamentos exigiu uma reflexão acerca da sua localização dentro e fora da malha urbana, das características urbanas e arquitectónicas do lugar numa perspectiva de aproximação aos objectos de estudo, como: implantação, espaços *entre* e as suas características quer no interior como no exterior da habitação. Esta análise permitiu-nos compreender melhor as relações da vila com os vários elementos das propostas e que poderiam não ser totalmente perceptíveis numa primeira abordagem, sendo comparadas com outras soluções contemporâneas. As preocupações do estudo urbano e doméstico dos dois agrupamentos, revelaram diferentes formas de equacionar o tema sobre como desenhar uma casa com características económicas do ponto de vista dos custos, reflectindo-se obviamente, nas áreas de construção.

No primeiro agrupamento idealizado por Bartolomeu da Costa Cabral, consideramos que ao nível da implantação houve uma intenção de ruptura com a malha urbana, fugindo ao tradicional quarteirão e/ou alinhamento com a malha urbana existente. Há seguramente, uma vontade de relacionar a vivência com a envolvente através da proximidade física. No entanto, todo o conjunto se destaca do contexto pela livre disposição dos edifícios no terreno. À medida que nos aproximamos dos edifícios e dos espaços *entre*, nomeadamente no interior do lote, deparamo-nos com uma filtragem de vários espaços até chegarmos ao ponto central do conjunto: os

espaços de convívio de lazer entre beneficiários no interior do quarteirão, revelando o interesse pelo arquitecto de socialização. O interior da casa que viria na continuidade do já praticado por Bartolomeu da Costa Cabral, revelou ser uma surpresa que se opõe aos princípios defendidos por este. A organização segmentada dos espaços e a separação clara da zona diurna da noturna são quase que uma oposição ao conceito de vivência da casa, usando o espaço comum e o logradouro como extensões da casa, por forma a resolver essa carência.

O segundo agrupamento que tem por base o projeto de Alcino Soutinho para Bragança, pela sua localização independente da malha urbana central, foi talvez a razão para uma solução de carácter mais urbano. Os dois blocos de 4 pisos com acesso vertical múltiplo, que à partida contrariavam os pré-conceitos de uma solução de proximidade com os beneficiários em contexto rural, revelou-se num estudo aprofundado da vida da casa, tendo como base os princípios da casa transmontana e indo de encontro às tradições anglo-saxónicas e aos princípios da arquitectura Moderna. O interesse de transportar para *cotas mais elevadas todas as funções da casa*, permitiu que se fossem criando - pelos seus utentes - espaços de socialização e de estar vivendo em comunidade, dentro e fora da casa.

Se numa primeira abordagem os dois agrupamentos aparentavam soluções pré-definidas - que seriam de esperar por trabalhos anteriores de ambos os arquitectos - estes vieram surpreender pelas diferentes propostas para o desenho da casa: uma compartimentada outra permeável, mas que vivem das relações interpessoais. Completamente diferentes entre si, os dois agrupamentos são a prova de que na arquitectura Moderna nomeadamente, nas habitações de carácter económico foi possível propor duas soluções diferentes sem esquecer para quem se dirige e qual o verdadeiro significado de projectar e viver a casa.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Arnaldo - Formas do Habitat Rural no Norte de Bragança. Contribuições para a estrutura da Comunidade, Trabalho de diploma (CODA), ESBAP, Porto, 1957.

BAÍA, Pedro - Entrevista a Bartolomeu Costa Cabral *in Bartolomeu Costa Cabral: 18 obras.* – Porto: Circo de Ideias. 2016

BAPTISTA, Luís V. - Cidade e Habitação Social, o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa, Celta Editora, Oeiras, 1999.

BORGES, Nestor**; MOREIRA,** Álvaro – Génese e evolução do concelho de Santo Tirso, 1834-2012: estrutura administrativa e órgãos autárquico / coord. Álvaro de Brito Moreira; Câmara Municipal de Santo Tirso. - Santo Tirso : Câmara Municipal, 2012.

BRITO, Renato Jorge – Fábrica do Teles em Santo Tirso: a oportunidade de um legado Prof. Responsável Luís Pedro Silva. – Porto: Faup, 2001

CABRAL, Bartolomeu da Costa - A Ética das Coisas *in Bartolomeu da Costa Cabral: 18 obras.* - Porto: Circo de Ideias. 2016

CORREIA, Francisco Carvalho – Santo Tirso : da cidade e do seu termo; Santo Tirso : Câmara Municipal, 6 volumes, 2000-2008

COSTA, Adalberto – A Comarca de Santo Thirso - Subsídios para a história de um direito local; Porto, Vida Económica editorial S.A.; 2016.

COSTA, Alexandre Alves; **MOTA,** Nelson - "Nem neogarrettianos nem Vencidos na Vida. Uma pastora transmontana", in Monumentos, n.o 32, IHRU, Lisboa, Dezembro 2011. p.148

COUTO, Mariana de Oliveira - Bartolomeu Costa Cabral, Arquitecto. *in Bartolomeu da Costa Cabral. 18 Obras.* - Porto: Circo de Ideias. 2016

CREMASCOLI, Roberto – Alcino Soutinho; Colecção Arquitectos Portugueses, Série 2; Vila do Conde: Verso da História , 2013

CROFT, Vasco - Arquitectura e humanismo : o papel do arquitecto, hoje, em Portugal. 1ª ed . Lisboa : Terramar, 2001, pág. 279 a 305.

DIAS, Ana - "Bartolomeu da Costa Cabral a traço cheio." Arquitectura & Construção, nº 35, Fevereiro/Março, 2006, p.84.

DUARTE, Carlos, **RITA**, Daniel Santa - "Bairro Económico da Chamusca. Comentário", Arquitectura, n.o 74, Mar 1961.

GROSS, Marielle Christine - O alojamento social sob o fascismo. Porto : Edições Afrontamento, 1984. (Cidade em questão)

LÔBO, Margarida Souza – Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco – 2ª edição – Porto: Faup Publicações, 1995

LOPES, Carlos Nuno Lacerda - Arquitectura e modos de habitar : conversas com arquitectos. Porto : CIAMH, 2012. Vol.IV Alcino Soutinho.

MATOS, Madalena Cunha - "Para o maior número sobre a Federação de Caixas de Previdência" Jornal dos Arquitectos nº 204, Janeiro/Fevereiro 2002, p.32 -41.

MOREIRA, Álvaro; **CORREIA,** Francisco Carvalho; **MELO,** Conceição; **GOMES,** Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013

PEREIRA, Nuno Teotónio - Escritos : 1947-1996 selecção. 1ª ed . Porto : Faup Publicações, 1996. (Série 2)

PEREIRA, Nuno Teotónio e **MARTINS,** M. Costa – "Habitações Económicas e Reajustamento Social" in 1º Congresso Nacional de Arquitectura, Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2008.
— "Habitação, finalmente uma política?", Arquitectura, n.o 108, Mar/Abr 1969.
— "Habitações para o maior número", Arquitectura, n.o 110, Jul/Ago 1969, p. 181-183.

PEREIRA, Nuno Teotónio, **FERNANDES**, José Manuel - "A arquitectura do fascismo em Portugal", Arquitectura, n.o 142, 1981, p. 38-57.

PIQUEIRO, Francisco; **TRINDADE,** Anabela Rosas – Santo Tirso: da tradição à modernidade; Santo Tirso: Câmara Municipal, 2009

PIMENTEL, Alberto – Santo Thyrso de Riba d'Ave; coord. Álvaro de Brito Moreira; notas e comentários Álvaro de Brito Moreira, Francisco Carvalho Correia. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2011

PORTAS, Nuno – "Habitação para o maior número : Portugal, os anos de 1950 1980 / coord. Nuno Portas." - Lisboa : IHRU, 2013.

PORTAS, Nuno - "A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura.", 1ª ed . Porto : Faup Publicações, 2004. (Série 3) Volume I e II.
—"A responsabilidade de uma Novíssima Geração no Movimento Moderno em Portugal", Arquitectura, n.o 66, Nov/Dez 1959, p. 13-14.

— "Considerações sobre o Organismo Distributivo das Habitações", Arquitectura, n.o 69, Nov/Dez 1960, p. 48-52.

PROVIDÊNCIA, Paulo -Superar a Contingência: Três obras de Bartolomeu Costa Cabral. *in Bartolomeu Costa Cabral: 18 obras.* Porto: Circo de Ideias. 2016

Portugal. Ministério das Obras Públicas. Centro de Estudos de Urbanização e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco - A habitação em Portugal. Lisboa : 1963.

RAMOS, Rui Jorge Garcia - A casa : arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português. Porto : Faup publicações, 2010. (Série 1)

REDOL, Maria da Conceição Cabral Leitão - Edifícios de habitação social: condicionamentos impostos e economias possíveis. Lisboa: F.F.H., 1985. Concurso para assessor do Fundo de Fomento da Habitação, Lisboa, Junho 1985

SILVA, Sérgio Dias da – João Andresen: uma ideia de arquitectura. Dissertação de Mestrado Integrado, Faup 2007

SOUSA, José Carlos – São Miguel do Couto, uma perspectiva geográfica. Editora Chiado 1ª Edição Fevereiro 2017

TAVARES, Maria - "Habitações Económicas" Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. Porto: Faup, 2015.

TAVARES, Maria**; PORTAS,** Nuno; **FERNANDES,** José Manuel - "Nuno Teotónio Pereira. Arquitectura e Contexto: uma experiência", Habitação para o Maior Número. Portugal, os Anos de 1950-1980, IHRU e CML, Lisboa, 2013.

TAVARES, Maria - "Casa protótipo: afirmação de um caminho experimental em arquitectura", Resdomus, n.o 1, FAUP publicações, Porto, 2014, p. 73-83.
— "Leituras da produção [moderna] da casa: as HE nos anos 50 e 60 em Portugal", Resdomus, no1, FAUP publicações, Porto, 2014, p. 73-83.
— "Leituras de um percurso na habitação em Portugal, As Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência", Habitação para o Maior Numero. Portugal, os Anos de 1950-1980, IHRU e CML, Lisboa, 2013, p. 39-41.
— "Casas a Norte: as HE num processo continuidade", Resdomus
— **"**HE.FCP: uma perspectiva estratégica (nos anos 50 e 60 em Portugal)", Resdomus

TÁVORA, Fernando - O problema da casa portuguesa. Lisboa : Manuel João Leal, 1947. (Cadernos de Arquitectura)

TÁVORA, Fernando – Da organização do espaço. Prefácio Nuno Portas. – 3ªa edição –Porto: Faup Publicações, 1996

TOSTÕES, Ana; **AFONSO**, João – Arquitectura e cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira. Lisboa: Quimera, 2004
_ "Obra aberta: entre experimentalismo e contexto, um sentido de escola."
_ PEREIRA, Nuno Teotónio - "Um testemunho pessoal", p.45

TOSTÕES, Ana – Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50. FAUP-1997**.**

Fontes documentais – Processos de obra

Arquivo da Câmara Municipal de Santo Tirso
Arquivo Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso
Arquivo do Museu Municipal Abade Pedrosa

Legislação

Decreto-lei nº 23051, de 23 de Setembro de 1933.
Decreto-lei nº 35611, de 25 de Abril de 1946.
Decreto-lei nº587/72 de 29 de Dezembro de 1972.
Lei n.º 2007, de 7 de Maio de 1945.
Lei n.º 2092 de 9 de Abril de 1958.

WebSites

http://www.arquitectos.pt/documentos/1310486843R0lFD0zr4As67UW6.pdf - acedido a Julho de 2017

https://www.revistas.usp.br/risco/article/viewFile/44780/48411 - acedido a Julho de 2017

http://www.rotanoave.com/fabrica-fiacao-tecidos-santo-tirso.aspx - acedido a Junho de 2017

https://www.facebook.com/santotirsocomhistoria/ - acedido a Julho de 2017

https://issuu.com/fundacaomarquesdasilva/docs/alcino_soutinho_-_uma_apresentacao_ - acedido a Julho de 2017

https://issuu.com/fundacaomarquesdasilva/docs/folha_jos____forjaz_final - acedido a Julho de 2017

http://www.monumentos.gov.pt/ - acedido Junho de 2017

http://www.folclore-online.com/portal/arquitectura_popular/arquitectura-popular-minho.html#.Wb75MtOGORs -acedido Setembro 2017

Apêndice

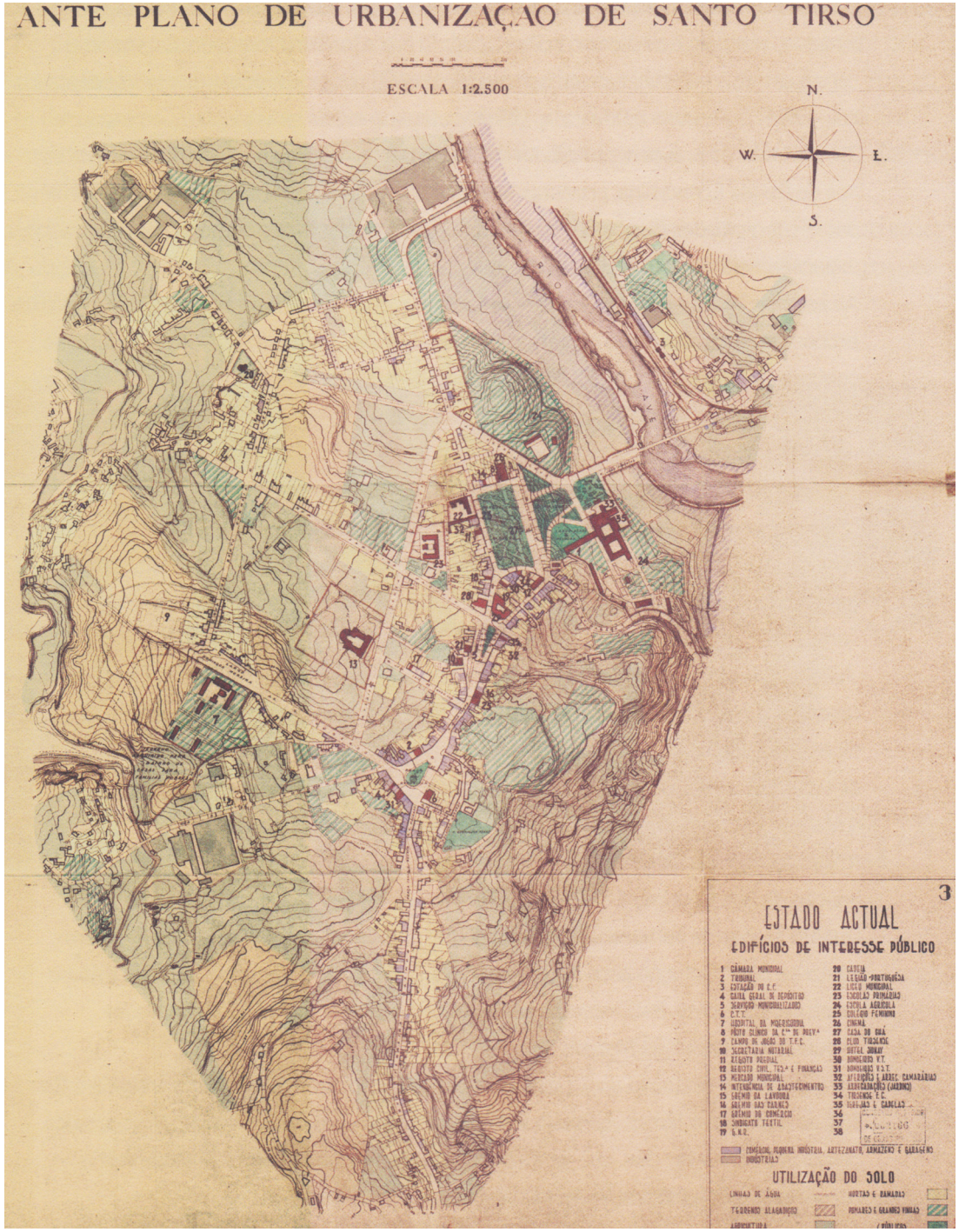


Fig. 1- Ante-plano de urbanização de Santo Tirso | Estado Actual | 1949 — Fonte: MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013, p.288



Fig. 2- Ante-plano de urbanização de Santo Tirso | Planta de Urbanização | 1949 — Fonte: MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013, p.289

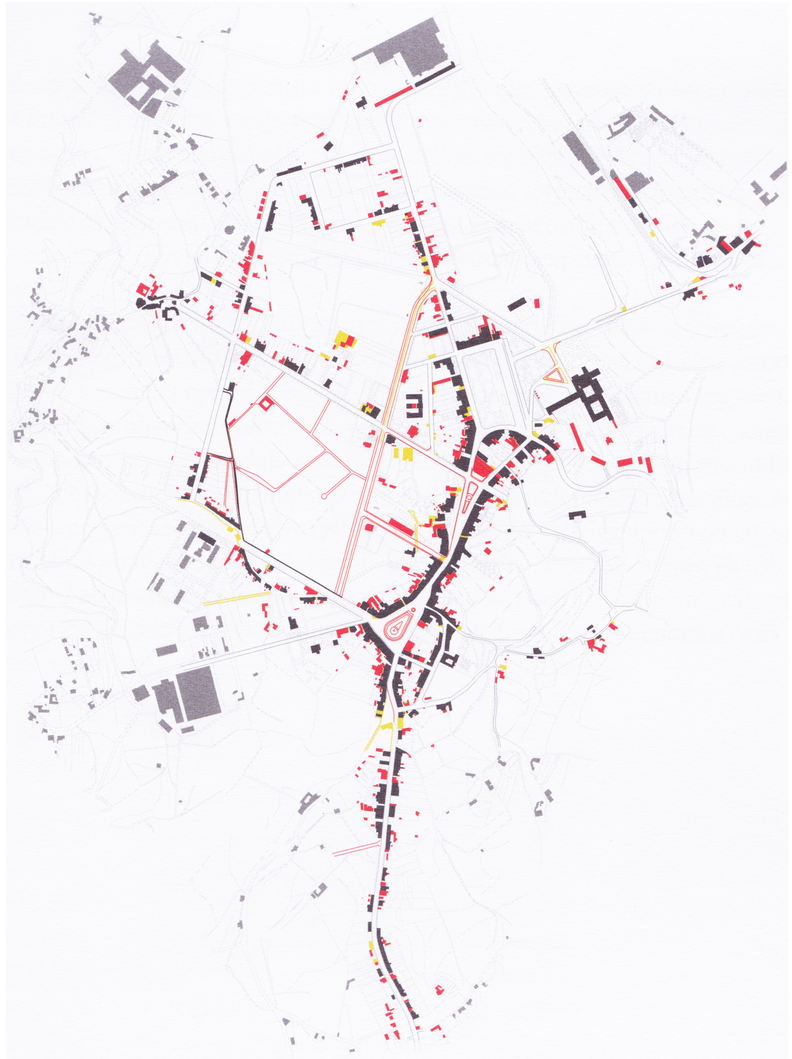


Fig. 3: Planta comparativa das alterações em Santo Tirso entre 1920 e 1943 — Cinza: estruturas e linhas de água, muros e caminhos existentes; Vermelho: novas construções no intervalo de tempo assinalado; Amarelo: Demolições.
Fonte: MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013, p.279



Fig. 4: Planta comparativa das alterações em Santo Tirso entre 1943 e 1949 — Vermelho: novas construções no intervalo de tempo assinalado; Amarelo: Demolições.
Fonte: MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013, p.290

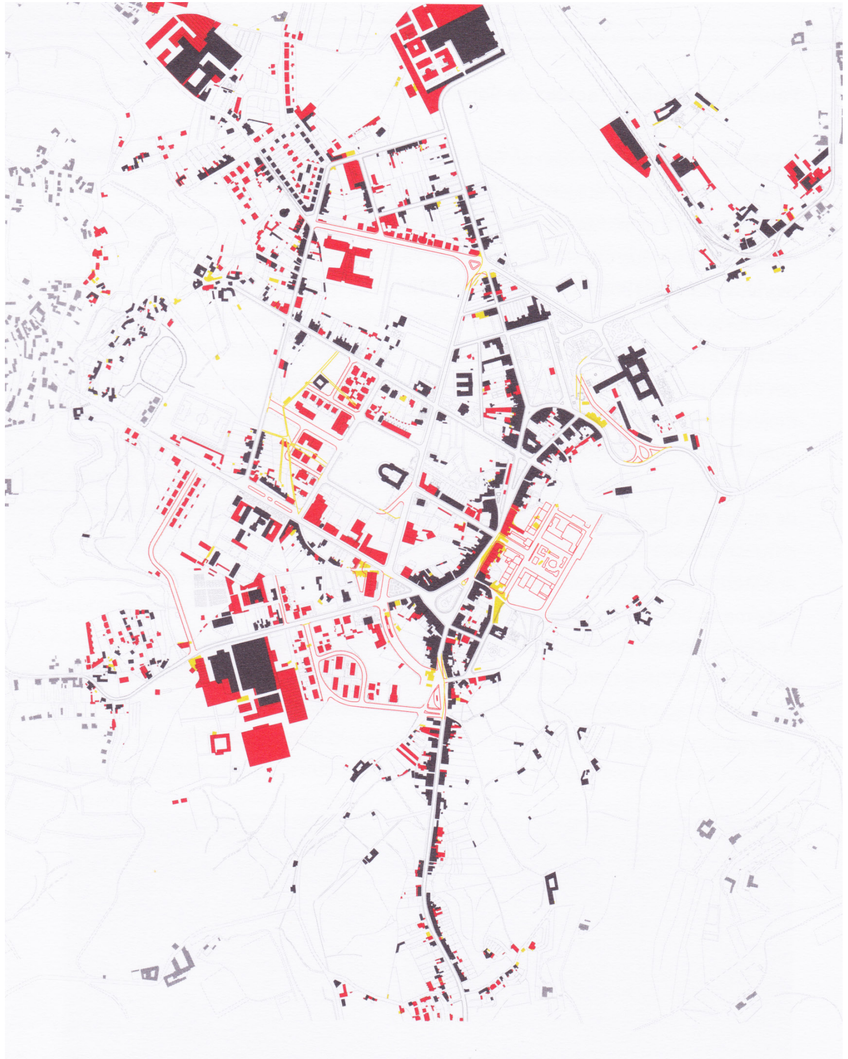


Fig. 5: Planta comparativa das alterações em Santo Tirso entre 1949 e 1967 — Vermelho: novas construções no intervalo de tempo assinalado; Amarelo: Demolições mais expressivas.
Fonte: MOREIRA, Álvaro; CORREIA, Francisco Carvalho; MELO, Conceição; GOMES, Mariana. – Santo Tirso: das origens do povoamento à actualidade. – Santo Tirso: Câmara Municipal, 2013, p.298

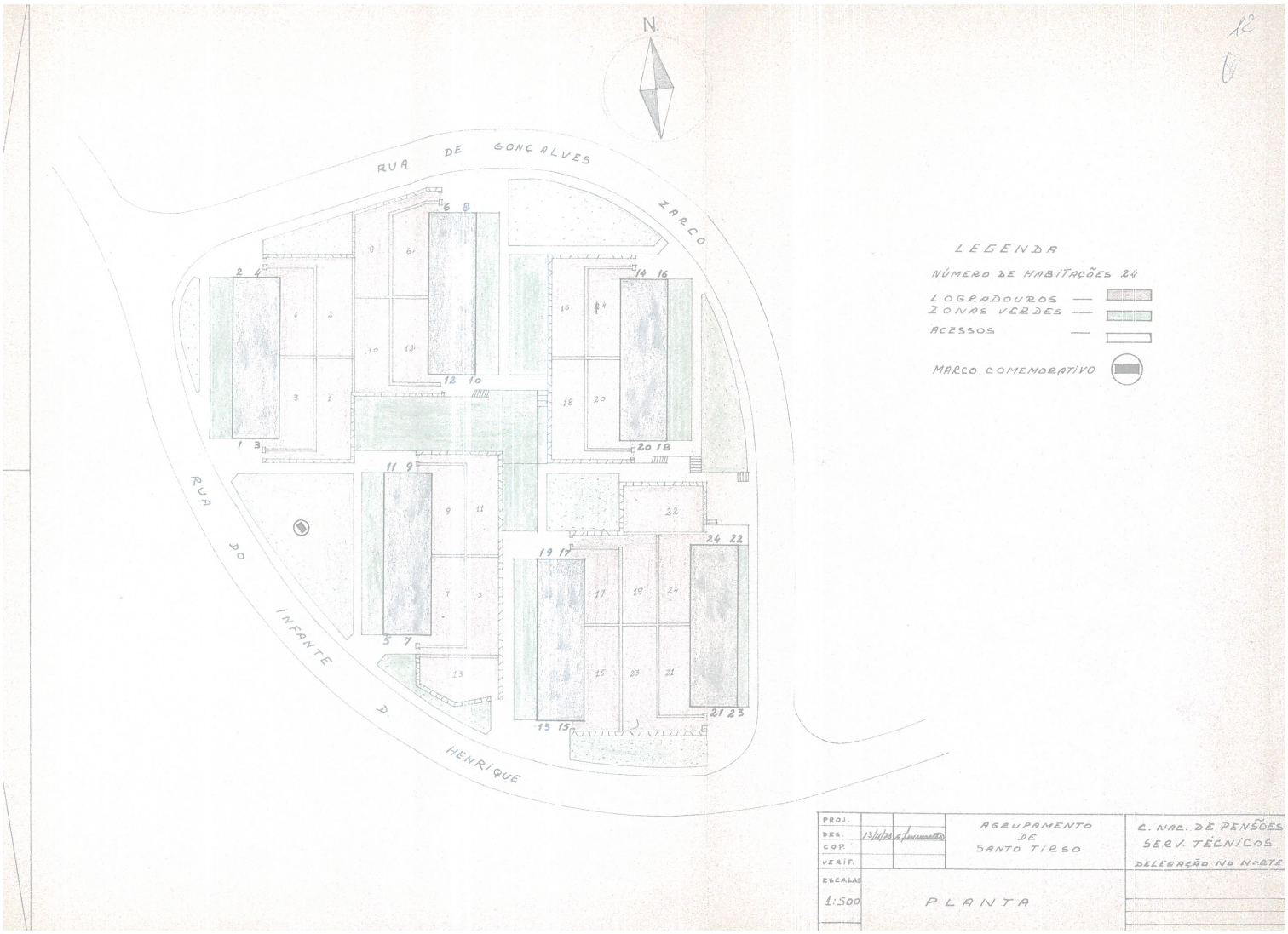


Fig. 6: Implantação Agrupamento de Casas de Renda Económica | 1ª fase, 1963 | Escala original 1/500

Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

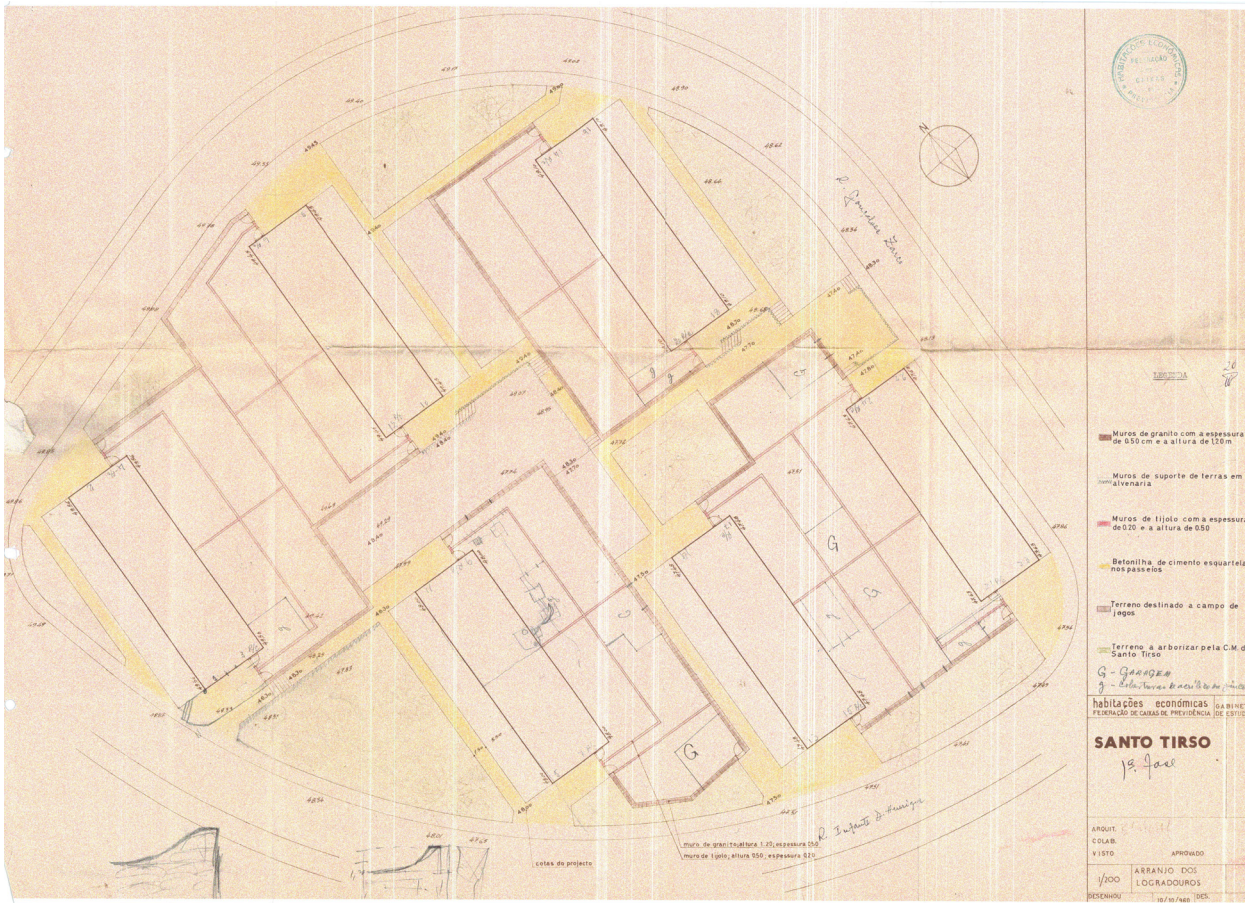


Fig. 7: Planta dos arranjos dos logradouros do Agrupamento de Casas de Renda Económica | 1ª fase, 1963 | Escala original 1/200

Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

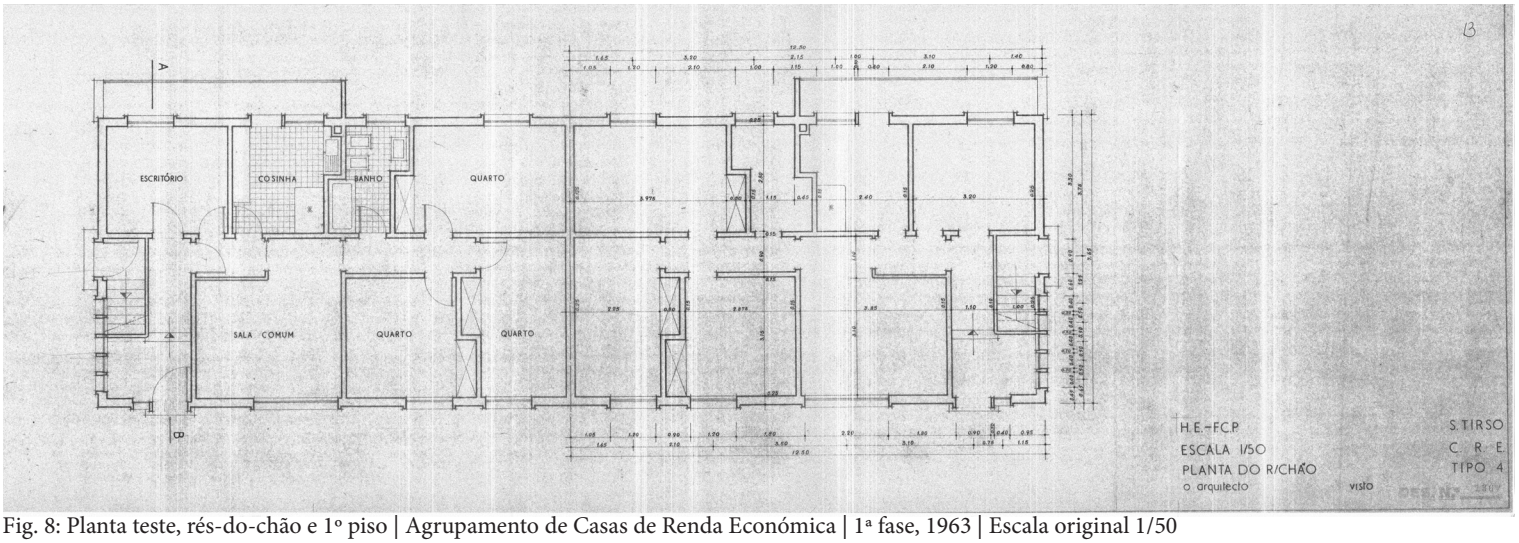


Fig. 8: Planta teste, rés-do-chão e 1º piso | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 1ª fase, 1963 | Escala original 1/50

Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

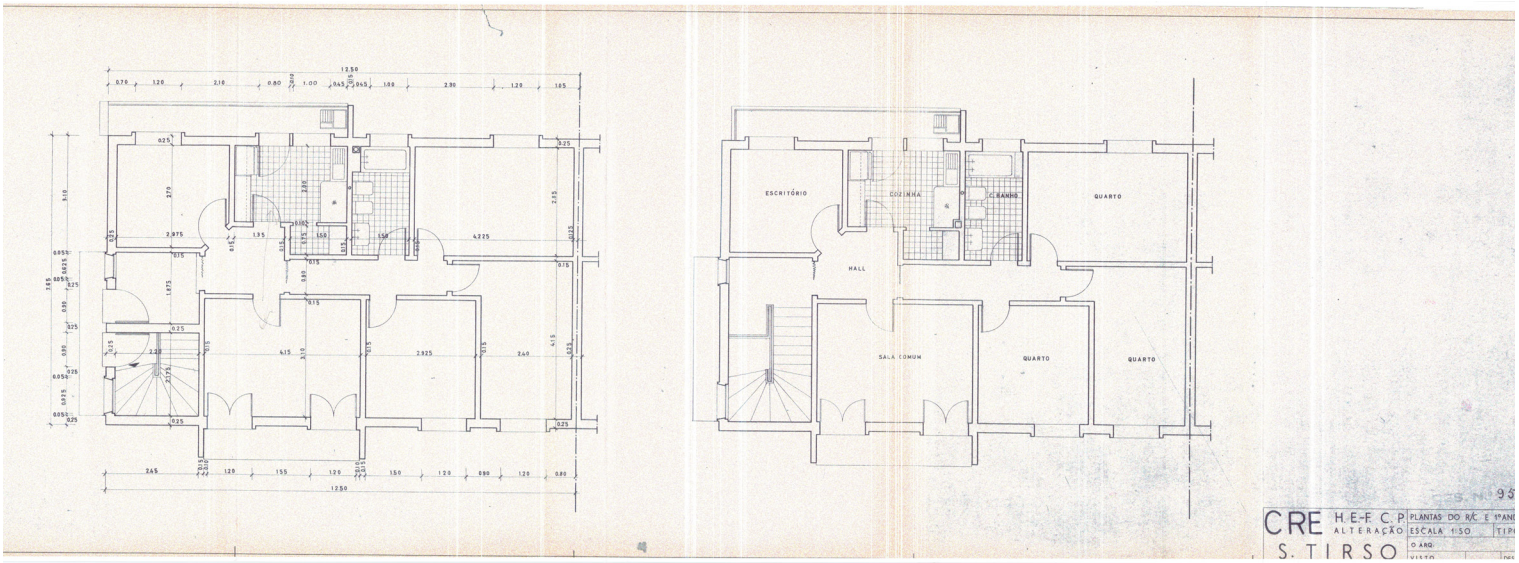


Fig. 9: Planta final, rés-do-chão e 1º piso | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 1ª fase, 1963 | Escala original 1/50

Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

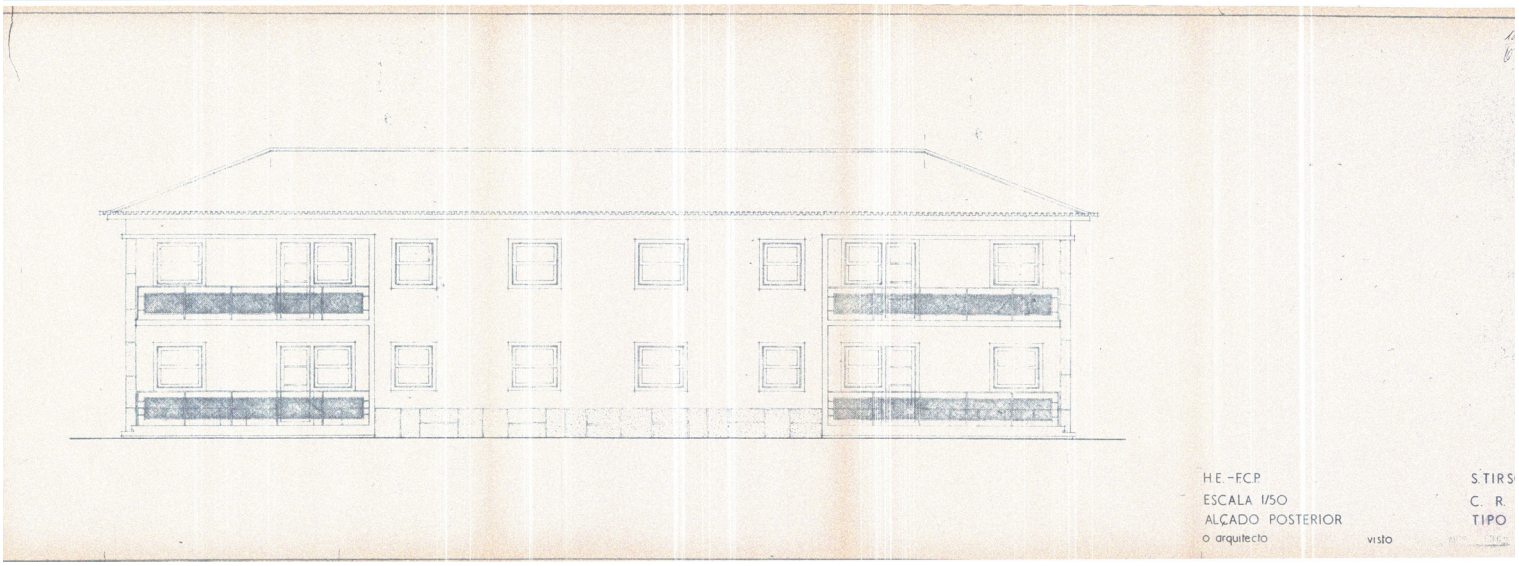


Fig. 10: Alçado posterior | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 1ª fase, 1963 | Escala original 1/50

Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso



Fig. 11: Alçado lateral e principal | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 1ª fase, 1963 | Escala original 1/50

Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso



Fig. 12: Alçado posterior final e corte | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 1ª fase, 1963 | Escala original 1/50

Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

CONJUNTO HABITACIONAL DE SANTO TIRSO

MEMÓRIA DESCRITIVA

Localização, terreno - O presente projecto refere-se a um conjunto habitacional da Federação de Caixas de Previdência - Habitações Económicas, a construir nos arredores de Santo Tirso numa zona recentemente urbanizada.

O terreno localiza-se à margem duma via de transito local, desenvolvendo-se porém a um nível inferior ao deste arruamento, continuando em pendente pouco acentuada para poente.

Organização do Conjunto - Em face dos condicionamentos naturais, orientaram-se os edificios longitudinalmente segundo o eixo norte-sul, de modo a deixar expostas, as fachadas com aberturas aos quadrantes nascente e poente, tendo sempre em atenção a máxima economia nos movimentos de terras, no sentido de evitar um agravamento no custo de cada fogo.

O acesso mecânico é assegurado pela via existente na qual se prevê um parque de estacionamento, que constituirá ao mesmo tempo (em principio) o limite de transito automóvel no aglomerado.

As ligações entre os edificios processam-se através de arruamentos, com pavimentação simples, destinados exclusivamente a peões, admitindo-se no entanto uma circulação automóvel a titulo eventual.

Fig. 13: Memória Descritiva, pág.1 | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 2ª fase, 1975
Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

O espaço livre a norte dos edificios de habitação, junto da escola primária existente, destina-se a zona de recreio e convivio, não se tornando necessário qualquer tratamento especial no pavimento a não ser uma ligeira regularização e consolidação das terras.

Edificios - Uma vez que a relação entre o número de fogos T_3 e T_4 é respectivamente de 32/8, não se justificando portanto o agrupamento em separado dos T_4 em virtude do seu reduzido número e da sua configuração, optou-se pela utilização dos topos dum dos edificios para a localização deste tipo de habitação.

Assim todo o programa do Conjunto ocupa dois blocos de quatro pisos, distribuindo-se do seguinte modo: um edificio junto do arruamento existente com 16 fogos T_3 e o segundo próximo do limite poente da parcela com 16 fogos T_3 e 8 T_4.

Organização do fogo - Fixadas as orientações das duas frentes do fogo destinou-se que para a zona de quartos fosse dada a preferência ao Nascente, reservando o poente para zona diurna.

A varanda a todo o comprimento da habitação, cumulando as funções de vestibulo, estar e trabalhos, permitiu a criação de duas entradas distintas:

- uma de serviço, ligando as zonas de cozinha e lavagem de roupas;
- e outra, abrindo para a sala, com carácter mais representativa, destinada a recepção de visitas.

Indo de encontro aos hábitos tradicionais, tornou-se necessário a criação duma zona polivalente, onde

Fig. 14: Memória Descritiva, pág.2 | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 2ª fase, 1975
Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

MM

o cozinhar, o trabalhar, o comer, e mesmo o estar se processassem com relativo desafogo. Ao admitir, no entanto, uma evolução dos agregados familiares, o modo como se articulam as duas peças - cozinha e sala - permitirá uma utilização mais racional da sala como zona de estar.

Construção - Como fàcilmente se depreende da análise da planta, a estrutura é constituida por três paredes longitudinais de granito, que recebem os pavimentos pré-fabricadas e as lajes de tecto. Este tipo de construção além de muito usado no norte do País com inteiro sucesso, reúne a circunstância de se tornar mais económico.

A cobertura de telha Lusa assenta sobre uma armação de madeira, que por sua vez se apoia em tímpanos de tijolo, em substituição das asnas, coincidentes, quer com as paredes de meação quer com as vigas-reforço que suportam os referidos timpanos.

Em relação aos restantes materiais, chama-se a atenção para o Mapa de Acabamento.

O ARQUITECTO

Júlio Anciães

(JÚLIO ANCIÃES)

Fig. 15: Memória Descritiva, pág.3 | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 2ª fase, 1975
Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

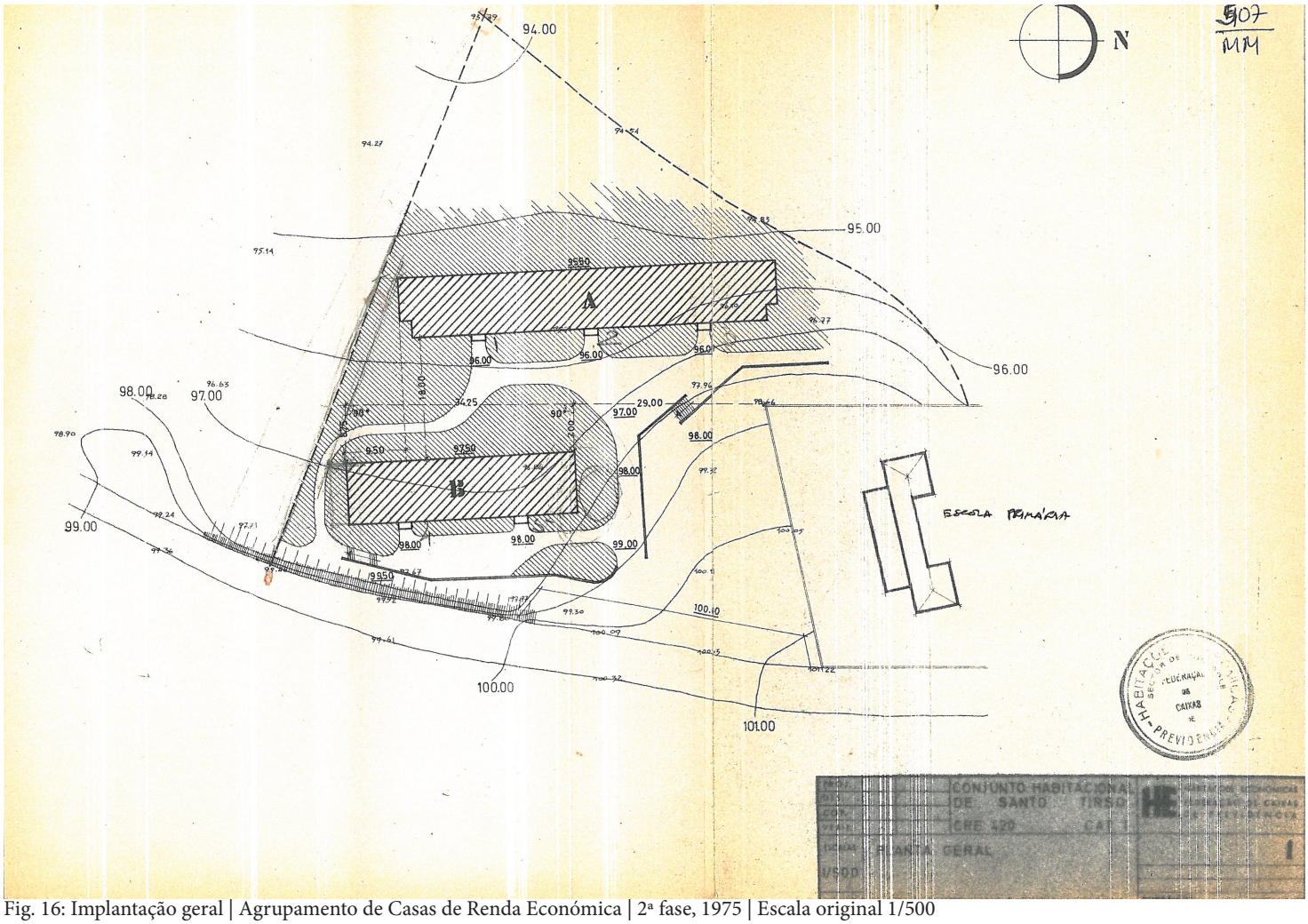


Fig. 16: Implantação geral | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 2ª fase, 1975 | Escala original 1/500

Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

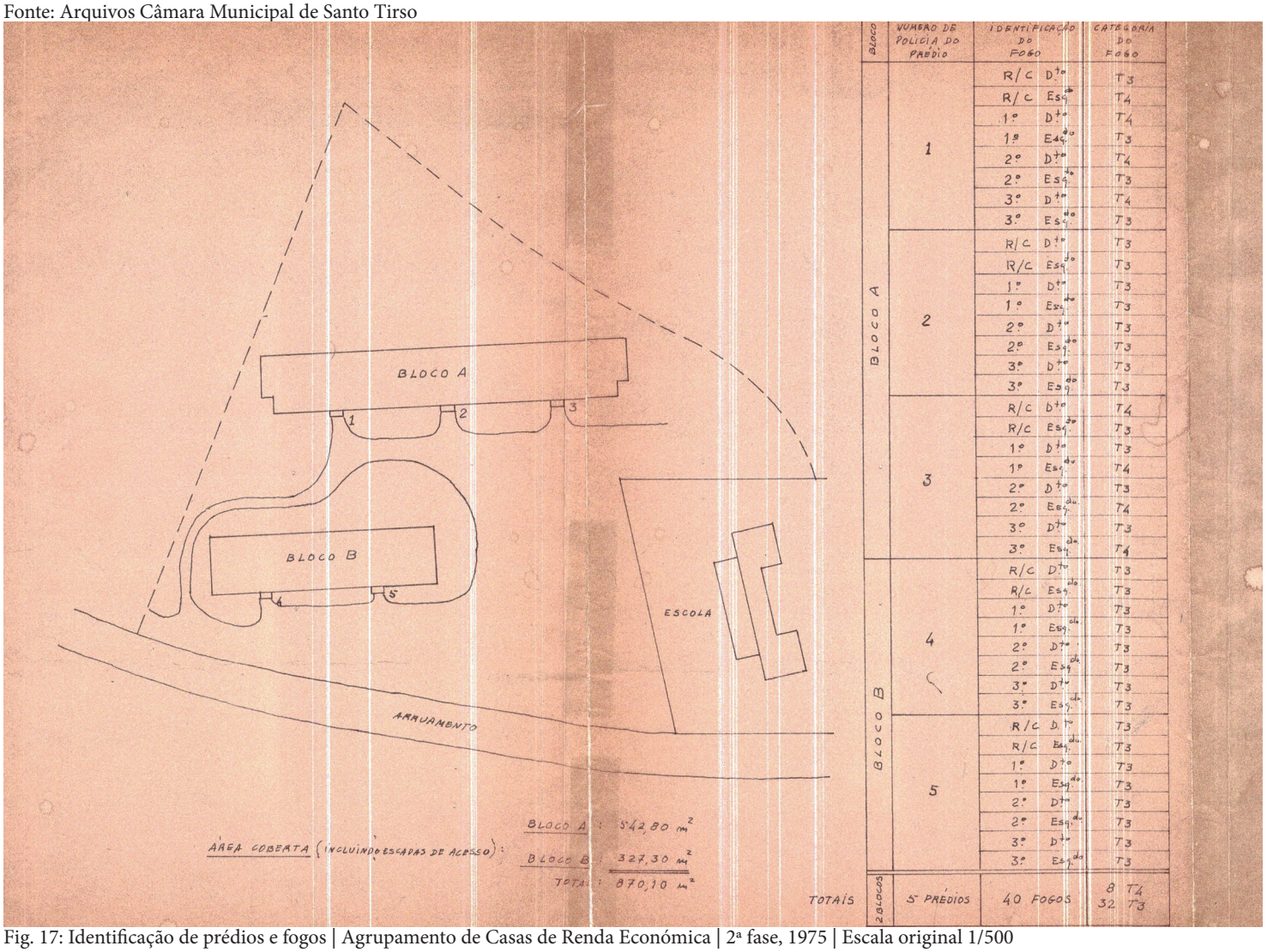


Fig. 17: Identificação de prédios e fogos | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 2ª fase, 1975 | Escala original 1/500

Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

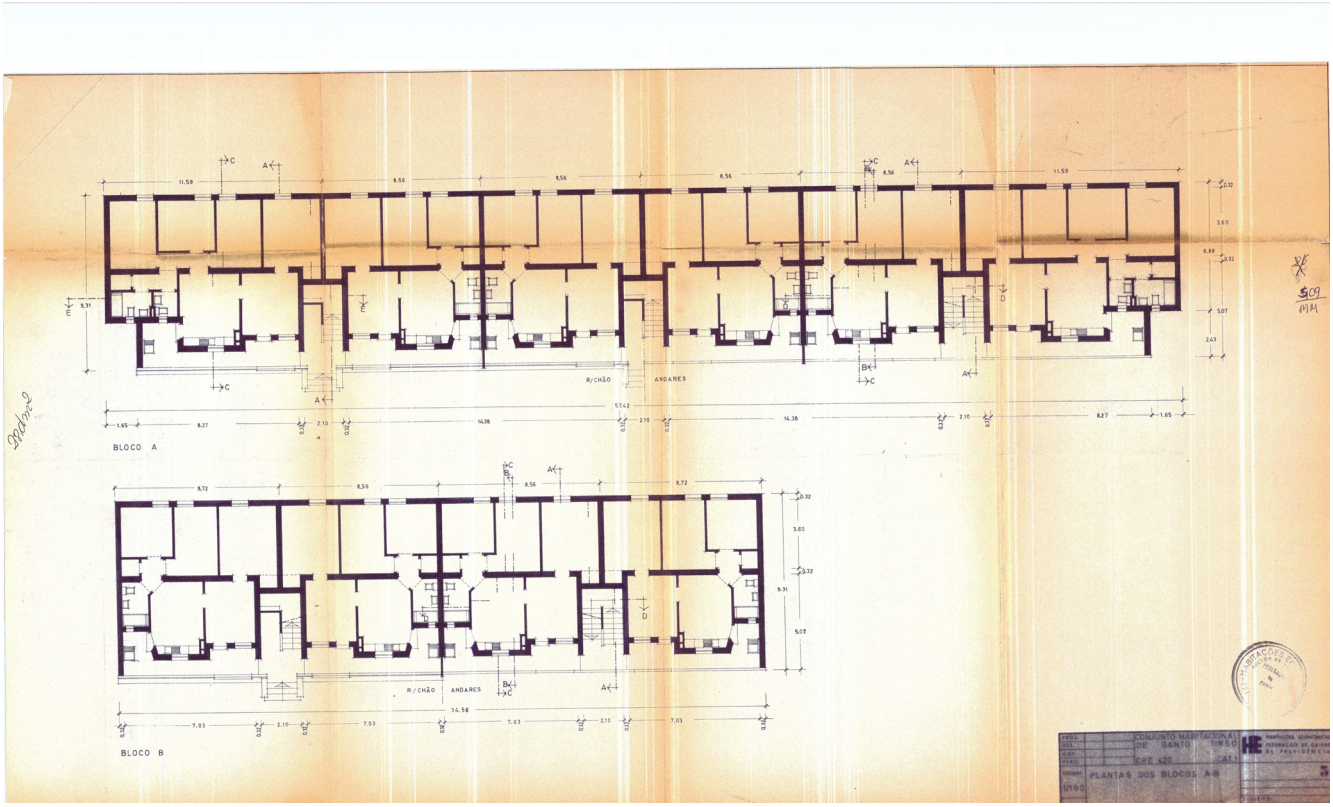


Fig. 18: Planta dos Blocos A e B | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 2ª fase, 1975 | Escala original 1/100

Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

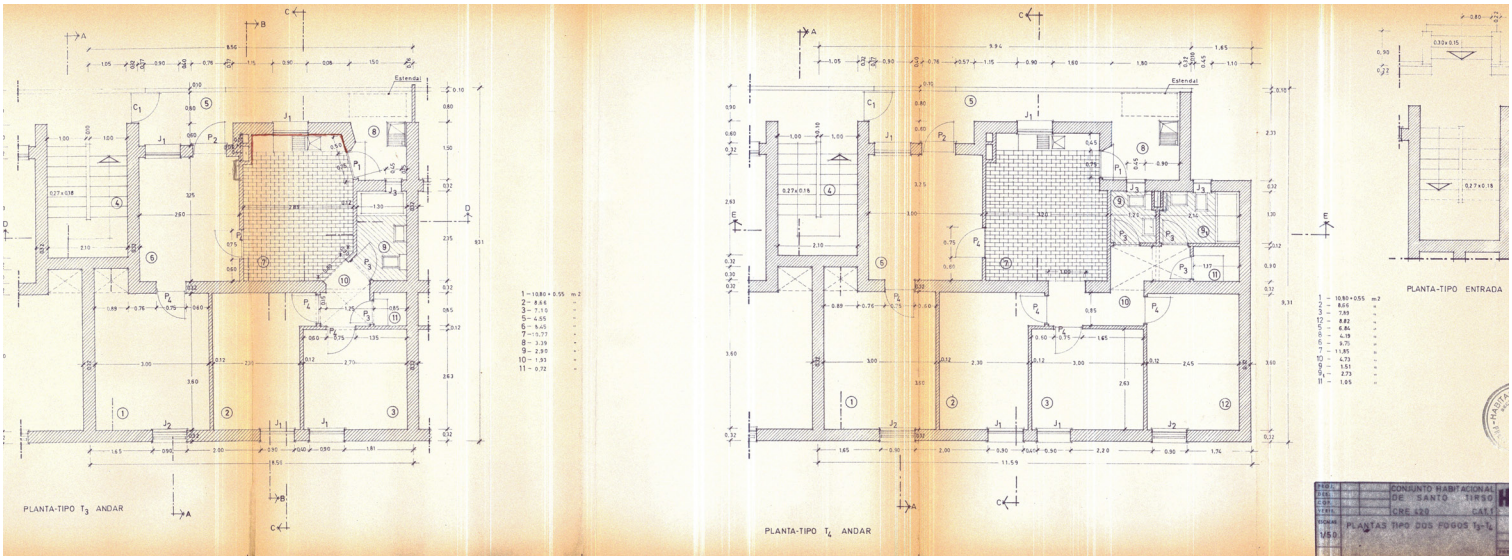


Fig. 19: Planta dos fogos T3 e T4 | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 2ª fase, 1975 | Escala original 1/50

Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

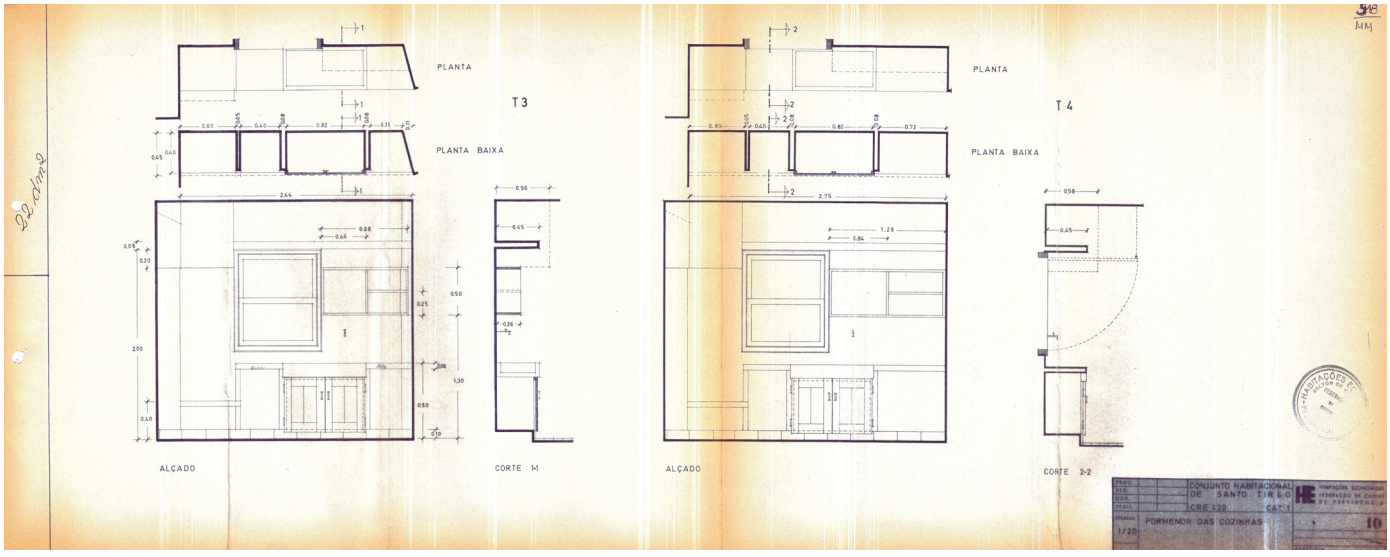


Fig. 20: Pormenor das cozinhas | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 2ª fase, 1975 | Escala original 1/20

Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

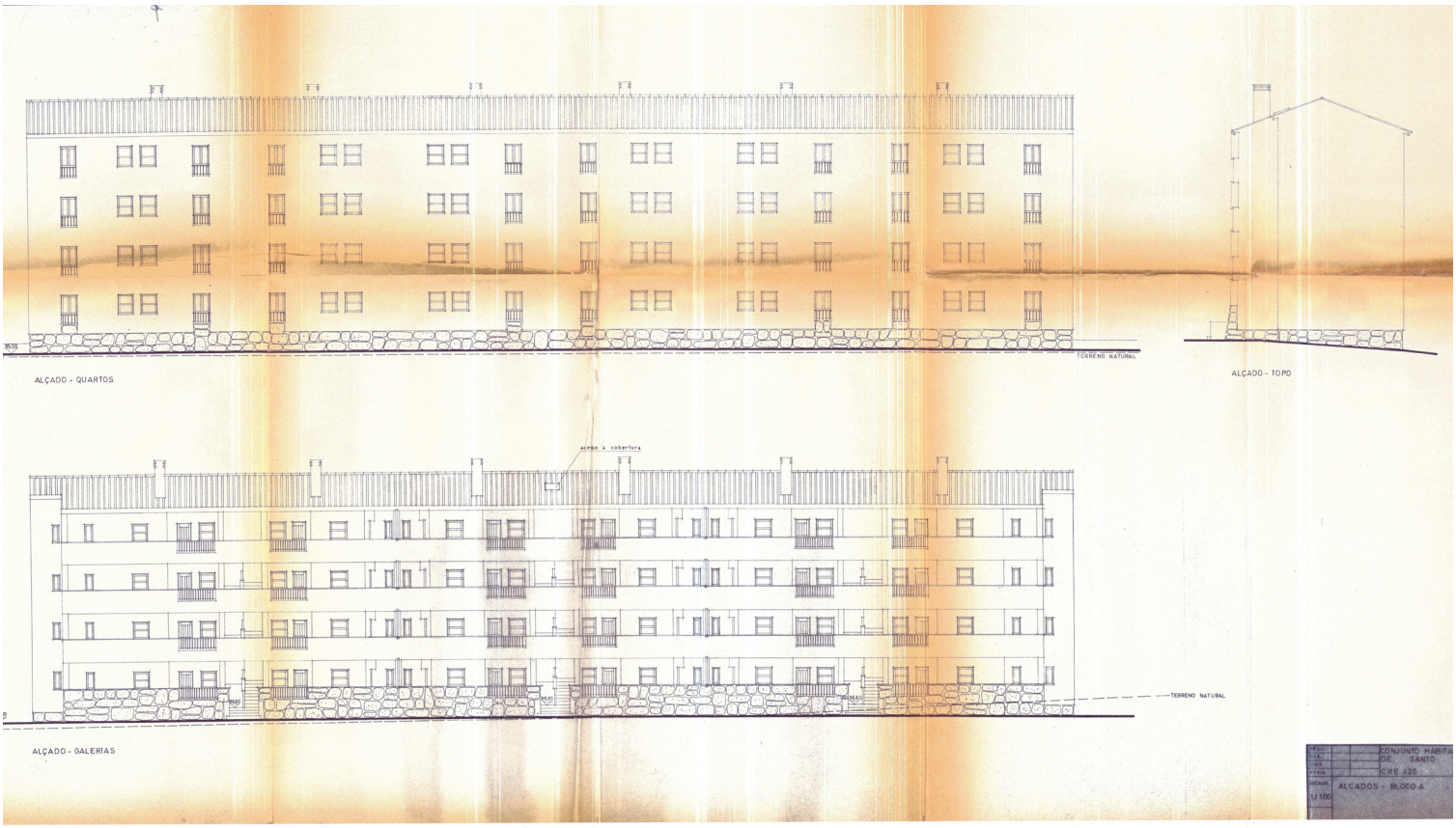


Fig. 21: Alçados Bloco A | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 2ª fase, 1975 | Escala original 1/100

Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

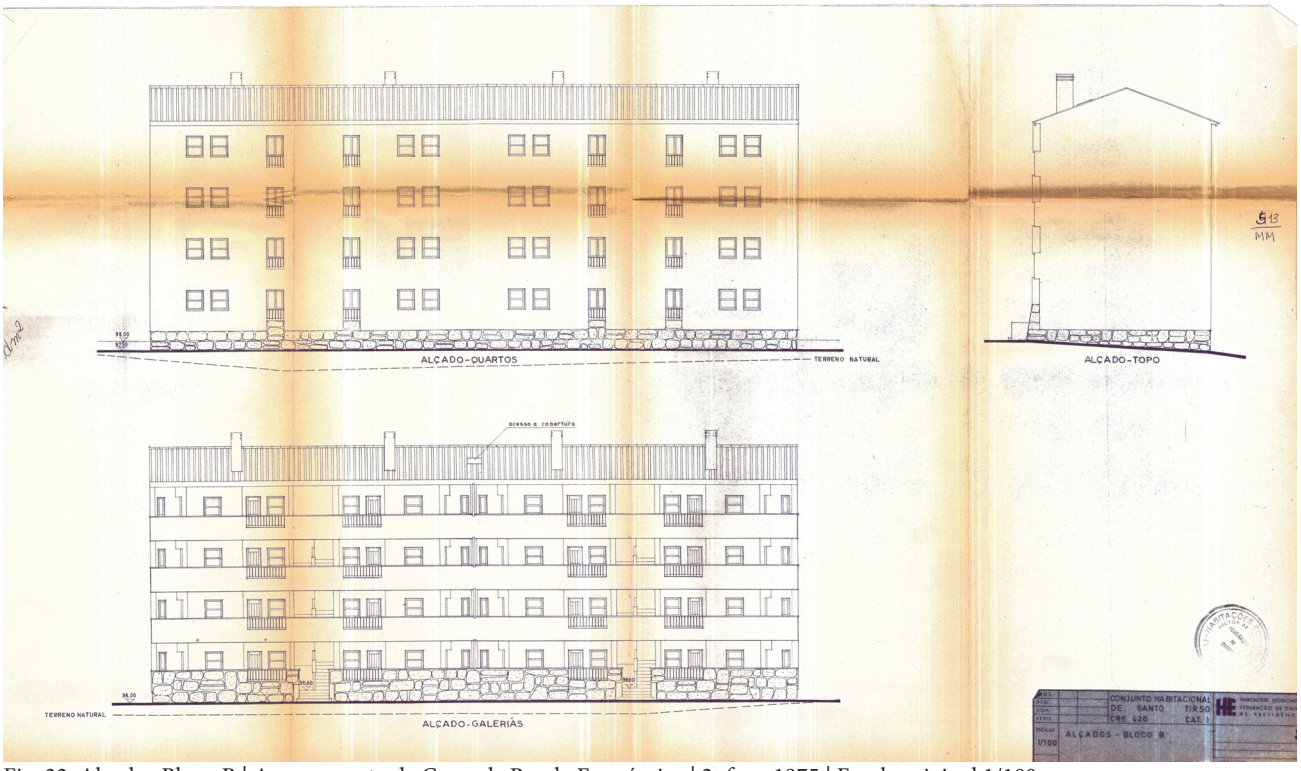


Fig. 22: Alçados Bloco B | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 2ª fase, 1975 | Escala original 1/100

Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

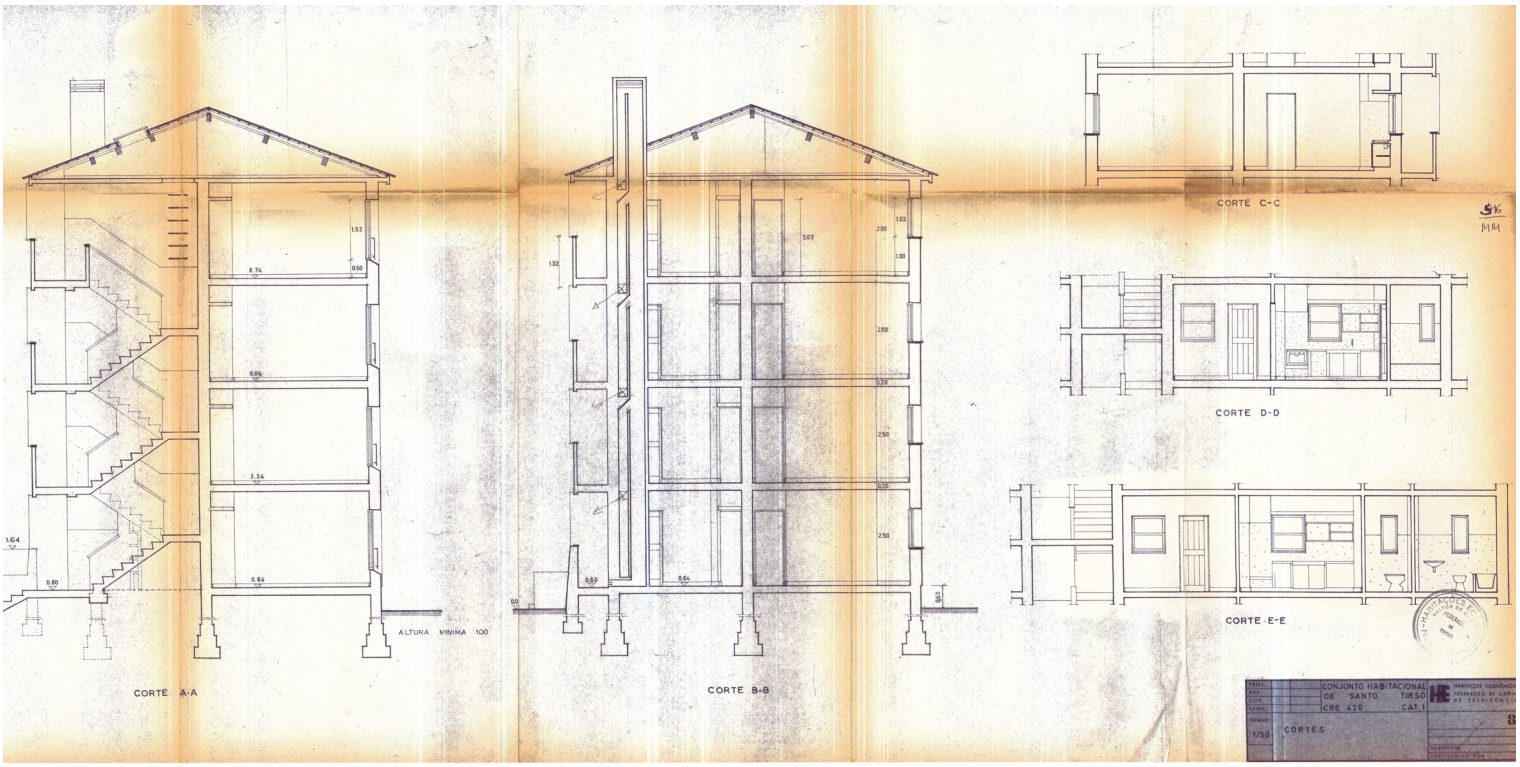


Fig. 23: Cortes | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 2ª fase, 1975 | Escala original 1/50
Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso

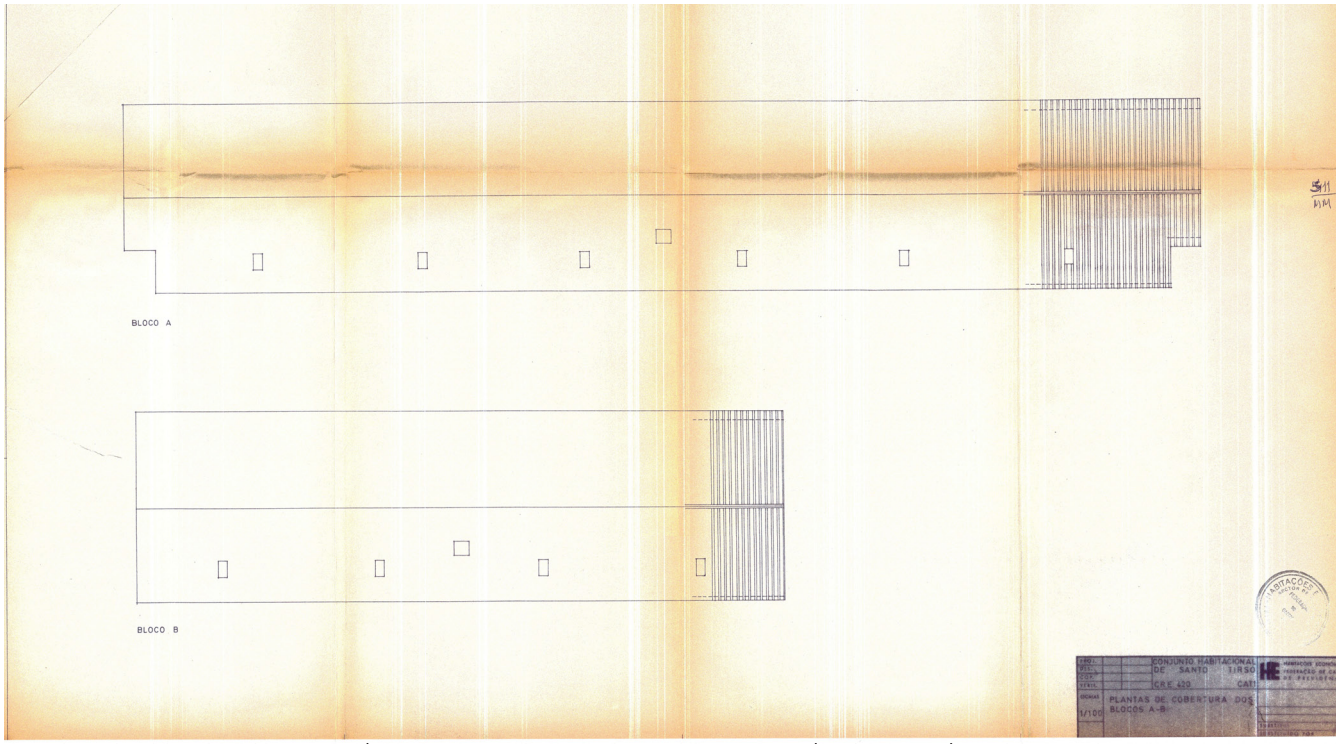


Fig. 24: Plantas das coberturas dos Blocos A e B | Agrupamento de Casas de Renda Económica | 2ª fase, 1975 | Escala original 1/100
Fonte: Arquivos Câmara Municipal de Santo Tirso